



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E
CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE**



ANILZA RITA DE SOUZA GOMES

**PRÁTICAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA
UFBA: CONTRIBUIÇÃO À POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSO
ABERTO**

Salvador
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E
CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE**



ANILZA RITA DE SOUZA GOMES

**PRÁTICAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA
UFBA: CONTRIBUIÇÃO À POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSO
ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia – Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Garcia Rosa.

Salvador
2017

ANILZA RITA DE SOUZA GOMES

PRÁTICAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UFBA: CONTRIBUIÇÃO À POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSO ABERTO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pela coordenação do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC).

Universidade Federal da Bahia, como requisito para o título de Mestre.

Dissertação apresentada e aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora:

Jorge Luiz Lordêlo de Sales Ribeiro
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia.

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia.

Rodrigo França Meirelles
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu Deus, por ter me dado forças, ânimo, sabedoria e direção para superar todos os obstáculos e dificuldades para realizar e concluir este mestrado, pois sem Ele jamais conseguiria chegar até aqui. Agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram a dar cada passo até chegar ao topo do *podium*.

À professora Flávia Garcia Rosa, minha orientadora, a quem aprendi a respeitar e amar como uma irmã, pela atenção dedicada cada vez que precisava de orientação, sempre me motivando e me dando todo suporte necessário, mesmo nos momentos de mais dificuldades. Não imaginava que encontraria mais que uma orientadora, mas também uma mestra e amiga. Que nosso grande Deus lhe ilumine e dê mais força para continuar na sua caminhada.

Aos docentes pesquisadores que colaboraram respondendo ao questionário de pesquisa, viabilizando, assim, este resultado; e aos gestores de Repositório Institucional (RI), que, quando consultados através de *e-mails* e telefones, nos deram retorno que muito acrescentou ao nosso trabalho.

A Juliana Miguel Viena, colega de trabalho que sempre me auxiliava nos momentos de necessidade – mesmo em finais de semana, quando precisava tirar alguma dúvida sobre recursos da tecnologia para viabilizar este trabalho. Nunca fiquei sem resposta. Obrigada, Ju, serei eternamente grata por tudo.

Aos meus filhos, Fábio e Rafael, pela paciência, quando, muitas vezes, atrasei o almoço nos finais de semana em detrimento dos preparativos para finalizar este trabalho.

A Júlia, minha neta, para quem, nesse período, estive um pouco ausente por conta dos estudos.

Um grande beijo no coração de cada um de vocês. Sinto-me honrada e prestigiada, mesmo não merecendo. Deus abençoe cada um de vocês.

GOMES, Anilza Rita de Souza. **Práticas de disponibilização da produção científica da UFBA**: contribuição à política institucional de acesso aberto. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

Os Repositórios Institucionais (RI) de acesso aberto surgiram como forma de minimizar a falta de visibilidade da produção científica das instituições e a necessidade de democratizar o acesso a essa produção. Neste contexto, objetivamos, nesta pesquisa, analisar o RI da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sua política de autoarquivamento, assim como identificar políticas de acesso aberto de instituições similares brasileiras cujo modelo possa contribuir para a melhoria das políticas atuais adotadas pela UFBA, justificada pela baixa adesão ao autoarquivamento. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se a metodologia de amostra por conveniência, escolhendo cinco repositórios institucionais, um por região geográfica– Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Arca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) –, acessados através do *site* do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e do portal Oasisb.br. Os resultados encontrados mostraram que, na maioria dos RI analisados, ainda não se tem uma política de autoarquivamento, e sim uma política de informação; e, em alguns casos, há uma política de mandato. Para entender melhor a causa do baixo nível de autoarquivamento no RI da UFBA, que é o foco principal desta pesquisa, foram consultados gestores desse repositório, bem como os pesquisadores da Área II – Ciências da Saúde, identificada como área de maior depósito de conteúdo, e das Áreas IV e V, Letras e Artes, respectivamente, como áreas de menor depósito. Foram visitados os *sites* do Registry of Open Access Repository Mandates and Policies (ROARMAP) e Open Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR) para obter dados de autoarquivamento em países e continentes que adotaram a Política de Acesso Aberto. Nas análises realizadas, observou-se que, apesar de o número de RI ter crescido de forma expressiva ao longo dos últimos 15 anos, o que se verifica é que muitos deles encontram-se, ainda, muito pouco povoados. Mesmo assim, os RI têm-se mostrado uma ferramenta importante para ampliar a visibilidade da produção científica em todo o mundo. Entretanto, será preciso criar caminhos que viabilizem a conscientização da importância do autoarquivamento por parte dos pesquisadores e seus pares, rever a atual política adotada pela UFBA, assim como criar uma política de incentivo que estimule os pesquisadores a fazer o depósito das suas produções científicas, acadêmicas e artísticas.

Palavras-chave: Repositório Institucional. Universidade. Comunicação científica. Acesso aberto. Política de autoarquivamento. Política mandatária.

GOMES, Anilza Rita de Souza. **Práticas de disponibilização da produção científica da UFBA**: contribuição à política institucional de acesso aberto. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

Open Access Institutional Repositories (IR) have emerged as a way of minimizing the lack of visibility of the scientific production of institutions and the need to democratize access to such production. In this context, we aim to analyze the IR of the Federal University of Bahia (UFBA), its self-archiving policy, as well as to identify Open Access policies of similar Brazilian institutions whose model can contribute to the improvement of current policies adopted by UFBA self-archiving. To reach the proposed objectives, the sample methodology was chosen for convenience, choosing five institutional repositories, one by geographic region – Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), University of Brasília (UnB), Federal University of Santa Catarina (UFSC), the National Institute of Amazonian Research (INPA) and the Arca Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) –, accessed through the website of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT) and the portal Oasisb.br. The results showed that, in most IRs analyzed, there is still no self-archiving policy, but rather an information policy; and, in some cases, there is a policy of mandate. To better understand the cause of the low level of self-archiving in UFBA's IR, which is the main focus of this research, managers of this repository were consulted, as well as the researchers of Area II – Health Sciences, identified as the area of greater content deposit, and the Areas IV and V – Letters and Arts, respectively, as areas of lower deposit. The Registry of Open Access Repository Mandates and Policies (ROARMAP) and the Open Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR) websites were visited to obtain self-archiving data in countries and continents that have adopted Open Access Policies. In the analyzes, it was observed that, although the number of IRs has grown significantly over the last 15 years, what is verified is that many of them are still very sparsely populated. Even so, IRs have proven to be an important tool to increase the visibility of scientific production around the world. However, it will be necessary to create ways to raise awareness of the importance of self-archiving by researchers and their peers, review the current policy adopted by UFBA, as well as create an incentive policy that encourages researchers to deposit their scientific, academic and artistic productions.

Keywords: Institutional Repository. University. Scientific communication. Open Access. Self-billing policy. Mandatory policy.

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Acesso Aberto
AlterOA	Alternative Open Access Publishing Models
APC	Article Processing Charge
BOAI	Budapest Open Access Initiative
COAR	Confederação de Repositórios de Acesso Aberto
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa
ERC	European Research Council
FAP	Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
H2020	Horizonte 2020
HEFCE	Higher Education Funding Council for England
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
LSE	The London School of Economic and Políticas Sciene
MAA	Movimento de Acesso Aberto
MSCA	Marie Skłodowska Curie Actions
OAI	Open Archives Initiative
OAI-PMH	Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting
OAN	Open-Access Network
OLH	Open Library of Humanities
OpenDOAR	Directory of Open Access Repositories
OSI	Open Society Institute
PWYW	Pay What You Want
RCUK	Research Councils United Kingdom
REA	Research Assessment Exercise
REF	Research Excellence Framework
RI	Repositório Institucional
ROAR	Registry of Open Access Repositories
ROARMAP	Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies

SciELO	Scientific Electronic Library Online
SHERPA	Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UCL	University College London
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
WWW	World Wide Web

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1	Indicações do Relatório Finch	22
Figura 1	Taxonomia da Ciência Aberta	32
Quadro 2	Vantagens da Ciência Aberta	36
Quadro 3	Os 20 países com maior número de políticas AA.....	60
Figura 2	Políticas de Acesso Aberto em todo o mundo	61
Figura 3	Número de Políticas de Acesso Aberto por continente em todo o mundo	61
Figura 4	Diagrama apresentado durante o evento por representante da UE ilustra a rede de colaboração entre os países no âmbito do Programa Horizonte 2020	67
Quadro 4	Sugestões para melhoria do processo de autoarquivamento	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Repositórios de Acesso Aberto ativos no Brasil.....	42
Gráfico 2	Repositórios de Acesso Aberto distribuídos por tipo no Brasil	43
Gráfico 3	Repositórios que adotaram políticas de preservação digital	44
Gráfico 4	Repositórios por área do conhecimento no Brasil.....	45
Gráfico 5	Idiomas mais frequentes nos repositórios brasileiros	45
Gráfico 6	<i>Softwares</i> mais utilizados nos repositórios brasileiros.....	46
Gráfico 7	Tipos de conteúdos nos repositórios brasileiros	46
Gráfico 8	Crescimento do número de repositórios na base do OpenDoar localizados no Brasil I	47
Gráfico 9	Crescimento do número de repositórios na base do OpenDoar localizados no Brasil II	56
Gráfico 10	Proporção de repositórios por país em todo o mundo	59
Gráfico 11	Proporção de Repositórios Organizacionais por país em todo o mundo	59
Gráfico 12	Número de mandatos totais (por tipo) em todo o mundo	62
Gráfico 13	Proporção de Repositórios Institucionais e de pesquisa por continente no mundo inteiro	62
Gráfico 14	Acervo das cinco áreas no Repositório Institucional da UFBA	72
Gráfico 15	Resposta dos docentes quanto ao conhecimento do Repositório da UFBA	77
Gráfico 16	Período em que os docentes pesquisadores tomaram conhecimento do RI da UFBA	78
Gráfico 17	De que modo tomou conhecimento do RI da UFBA.....	78
Gráfico 18	Conhecimento da Portaria nº 024/2010 de 7 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a disseminação da produção científica da universidade	79
Gráfico 19	Posicionamento com relação à adoção de uma política de disseminação da produção científica da UFBA	80

Gráfico 20	Disponibilização da produção docente no RI da UFBA.....	81
Gráfico 21	De que modo o docente pesquisador usa o RI da UFBA	81
Gráfico 22	Período em que passou a disponibilizar a produção no RI	82
Gráfico 23	De que modo ocorre a disponibilização da produção docente no RI da UFBA	83
Gráfico 24	Dificuldades encontradas para proceder ao autoarquivamento	84
Gráfico 25	Sugestões de melhorias para o processo de autoarquivamento no RI da UFBA	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ACESSO ABERTO	17
2.1	O AUTODEPÓSITO COMO VIA DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA.....	29
2.2	DO ACESSO ABERTO À CIÊNCIA ABERTA.....	31
2.1.1	Taxonomia da Ciência Aberta	32
3	REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS NA ATUALIDADE	37
3.1	DADOS SOBRE OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL.....	42
3.2	O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFBA.....	47
4	POLÍTICAS DE MANDATO DE AUTOARQUIVAMENTO EM ACESSO ABERTO	52
5	O FUTURO DO ACESSO ABERTO	63
5.1	O FUTURO DO ACESSO ABERTO NO BRASIL.....	67
5.2	CUSTO DA PUBLICAÇÃO EM ACESSO ABERTO.....	68
5.3	NOVOS MODELOS PARA AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS.....	70
6	PERCURSO METODOLÓGICO	71
6.1	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	73
7	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	74
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
9	RECOMENDAÇÕES	90
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE A – Ofício encaminhando do primeiro questionário para gestores dos cinco gestores de RI.....	100
	APÊNDICE B – Questionário.....	102
	APÊNDICE C – <i>E-mail</i> enviado aos docentes pesquisadores UFBA.....	104
	APÊNDICE D – Entrevista com grupo gestor do RI da UFBA.....	106

APÊNDICE E – Questionário com ofício encaminhando questionário para pesquisadores da UFBA	108
ANEXO A – Portaria nº 024/2010.....	111
ANEXO B – Orientações do repositório.....	112
ANEXO C – Portaria nº 125/2015.....	113

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu de um projeto mais amplo denominado: “Práticas de disponibilização da produção científica da Universidade Federal da Bahia (UFBA): contribuição à política institucional de acesso aberto através do Repositório Institucional” coordenado pela Prof^a. Flávia Garcia Rosa, oriundo da sua tese de doutorado defendida em 2011. Verificou-se que seria de grande importância aprofundar-se na questão do autoarquivamento uma vez que a adesão a essa nova modalidade não correspondia ao almejado. Partindo-se da hipótese de que “As diretrizes da política de acesso aberto da UFBA não contemplam a efetiva prática da disponibilização da produção científica no RI da UFBA”, existe uma questão que necessita de resposta: Há uma relação da atual política de acesso aberto e as práticas da disponibilização da produção científica? Definiu-se como objetivo geral analisar a política vigente e as práticas adotadas para disponibilização da produção científica no Repositório Institucional (RI) da Universidade. Como objetivos específicos, foram: analisar a atual política de Acesso Aberto (AA) da Instituição, estudar os resultados alcançados pelo RI desde sua criação, identificar e selecionar políticas de AA de instituições similares brasileiras através de seus repositórios, cujos modelos pudessem contribuir para a melhoria das políticas atuais adotadas pela UFBA. Este trabalho tem grande relevância tendo em vista a importância dos repositórios institucionais para a sociedade e a comunidade científica no sentido de oferecer uma maior visibilidade internacional além de garantir a preservação digital e o livre acesso e a gestão dos conteúdos intelectuais da instituição, ao oferecer acesso a sua produção científica à comunidade/sociedade através do RI. A produção acadêmica e científica traduz a maior importância no conjunto das atividades universitárias, porque

é através dela que o conhecimento produzido no interior da universidade é difundido e democratizado – uma das finalidades do fazer universitário. Entretanto, apesar de todos os benefícios dos repositórios institucionais alguns pesquisadores/professores mencionam que existem desafios a serem vencidos. Uma dessas dificuldades se referem aos processos de gestão com atividades de inserção de dados, coleta de informações e resistência por parte de alguns pesquisadores. Esse fator se trata da baixa adesão ao depósito voluntário, que é o caso da UFBA nas áreas IV (Letras) e V (Artes), uma vez que existem outras áreas com maior número de depósito como exemplo da área II (Saúde). Daí a justificativa deste trabalho uma vez que a baixa

adesão ao autoarquivamento, inviabiliza a disseminação da produção científica da Instituição e contraria os princípios defendidos pelo Acesso Aberto e autoarquivamento, segundo Harnad (2015) e defensores desse movimento. Para analisar as políticas de funcionamento de outros repositórios institucionais brasileiros. Buscou-se identificar um RI em cada região geográfica, utilizando-se do método amostra por conveniência para proceder às análises necessárias ao cumprimento dos objetivos propostos. Foram consultados os gestores desses repositórios selecionados por região geográfica para verificar o funcionamento destes concernentes ao autoarquivamento. Os docentes pesquisadores da UFBA da Área II, identificados como área de maior depósito, e as Áreas IV e V, com índice de menor depósito, conforme comprovado através resultados da pesquisa. A linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU), na qual se insere esta pesquisa, é a linha III do EISU, “Gestão, Formação e Universidade”, tendo como objeto da pesquisa o RI da UFBA. O desenvolvimento veloz das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) coloca em evidência uma diversidade de fontes de informação que modifica, amplia e agiliza a capacidade de comunicação da informação em todos os níveis e setores da sociedade. No âmbito da ciência, das universidades e instituições de pesquisa, esse cenário cria possibilidades que favorecem a divulgação de resultados de pesquisa de modo cada vez mais rápido. Apesar disso, grande parte da informação produzida nas universidades não está disponível de forma acessível para a comunidade acadêmica, científica e a sociedade como um todo. Nesse contexto, surgem os RI, com a finalidade de contribuir para a disponibilização da produção acadêmica dos pesquisadores em AA, minimizando, assim, a baixa visibilidade produção. As mudanças ocorridas na comunicação científica através do uso da tecnologia digital têm viabilizado a Ciência Aberta – não só a pesquisa em colaboração, mas a informação acessível a todos. Isso representa um desafio coletivo que fortalecerá a posição da ciência na sociedade, da mesma forma que contribuirá para uma sociedade mais qualificada e preparada para enfrentar o futuro em todas as áreas das ciências sociais, artes e humanidades, ainda que esses pesquisadores nunca tenham se encontrado antes, possibilitando uma forma colaborativa de pesquisa.

Ao longo dos sete capítulos que compõem esta dissertação foram abordados temas como: Produção Científica em Acesso Aberto, ressaltando a importância da internet e

o desenvolvimento das TICs como via de acesso ao autodepósito para a disseminação da informação científica, ampliando para uma nova denominação qual seja a ciência aberta. Observou-se também a questão do autoarquivamento e as perspectivas de futuro para o AA quanto aos mecanismos utilizados e caminhos a serem seguidos diante das mudanças neste cenário, bem como a conscientização dos seus depositantes de produção científica quanto à importância do processo de disponibilização de sua produção.

Foram também delineados os percursos metodológicos para verificar as atuais políticas de funcionamento adotadas nos RI analisados, com relação às Políticas de Acesso Aberto e mandatórias e os impactos delas decorrentes para as instituições, pesquisadores e a sociedade. Ressaltamos a relevância dos dados levantados na pesquisa empírica e analisados no contexto deste trabalho, pela contribuição para que recomendações fossem apresentadas.

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ACESSO ABERTO

É possível afirmar que há uma relação indissociável entre a produção do conhecimento científico e o processo de comunicação a ela subjacente (GARVEY; GRIFFITH, 1979; ZIMAN, 1981; MEADOWS, 1999). Dessa maneira, no contexto das instituições acadêmicas e das comunidades científicas, a criação do conhecimento não pode prescindir da comunicação científica. É neste sentido que Meadows (1999) ressalta a importância da comunicação para a construção do conhecimento científico, ao salientar que a comunicação se encontra no próprio coração da ciência, sendo ela tão vital quanto a própria pesquisa. Meadows enfatiza que todo esforço é desperdiçado se não forem divulgados os resultados das pesquisas. Destarte, a comunicação científica constitui parte essencial do processo de criação do conhecimento científico.

Com o advento da internet e de novas tecnologias da informação, a comunicação científica ganhou praticidade e rapidez, uma vez que a informação pode ser armazenada e compartilhada por usuários independente da distância geográfica, viabilizando assim o crescimento e compartilhamento de pesquisas e trabalhos científicos através de redes de colaboração.

A partir da década de 90, as mudanças provocadas no mundo pelas novas TIC alcançaram também a comunicação científica. O uso das tecnologias – mais precisamente, a internet – possibilitou às revistas científicas o depósito de seus artigos *on-line*. A chamada crise dos periódicos científicos, ocorrida nessa mesma década, teve como estopim a impossibilidade de as bibliotecas manterem suas coleções de periódicos devido ao alto custo das assinaturas.

O processo de globalização no final do século XX e início do século XXI teve maior desenvolvimento quando os indivíduos perceberam a capacidade de colaboração em redes no âmbito mundial, utilizando amplamente os recursos tecnológicos existentes. O desenvolvimento das redes de comunicação, por meio da internet e do correio eletrônico, permitiu maior participação social dos indivíduos nos processos de decisão política; gestão participativa nas empresas e instituições; formação de grupos de colaboração para a realização de atividades, dentre outros.

O fluxo da comunicação científica inclui a publicação formal de resultados de pesquisa, a recuperação de informação, o acesso à literatura publicada e a comunicação informal e de intercâmbio entre pesquisadores. É um fluxo contínuo – pois conhecimentos publicados e assimilados dão origem a novos conhecimentos, pesquisas e publicações –, regido por uma dinâmica específica e influenciado pelas relações com a sociedade.

A informação científica é a base essencial para o crescimento científico e tecnológico, tornando-se o canal de divulgação da informação para a construção de novos conhecimentos. Todos que anseiam o conhecimento e o avanço da ciência com o objetivo de repassar à sociedade os resultados das suas pesquisas são motivadores desse processo, tornando essencial a percepção de como a comunidade científica e a sociedade absorvem essa mesma informação. Dessa forma, o AA à informação científica promove o registro da produção científica em concordância da base com o paradigma do AA à informação, estabelecendo uma política nacional e institucional e buscando apoio da comunidade científica na forma de adesão a esses princípios.

O movimento mundial em prol do AA diz respeito à disseminação ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas financiadas, sobretudo com recursos públicos. O marco do AA foi a assinatura das Declarações de Budapeste, em 2002, e as de Bethesda e de Berlim, ambas em 2003. A Initiative de Acesso Aberto de Budapeste, conhecida como BOAI (Budapest Open Access Initiative), estabeleceu estratégias baseadas no protocolo Open Archives Initiative – Protocol Metadata Harvesting (OAI-PMH). Esse protocolo de coleta de metadados permite o intercâmbio e a disseminação estruturada de conteúdos na Internet. Possibilita a disponibilização e coleta dos metadados, dos conteúdos armazenados em sistemas que utilizem o mesmo protocolo. Opera com envio de solicitações de metadados, automaticamente, de um provedor de serviços a um provedor de dados, que respondem obedecendo a um padrão. O intercâmbio estruturado de dados permitido por este protocolo tem impulsionando, cada vez mais, o desenvolvimento e a implementação de sistemas que seguem o movimento do acesso livre à informação científica.

Por 'acesso aberto' a esta literatura, nos referimos à sua disponibilidade gratuita na internet, permitindo a qualquer usuário a ler,

baixar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou usar desta literatura com qualquer propósito legal, sem nenhuma barreira financeira, legal ou técnica que não o simples acesso à internet. A única limitação quanto à reprodução e distribuição, e o único papel do copyright neste domínio sendo o controle por parte dos autores sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser propriamente reconhecido e citado (BOAI, 2002).

Para o gerenciamento dessas informações, as instituições elaboraram políticas institucionais de AA, uma vez que uma das estratégias é o autoarquivamento pelos autores ou seus representantes das suas produções, no caso de disponibilização em repositórios disciplinares ou institucionais; ou ainda por meio de revistas científicas que adotam essa modalidade de disponibilização de conteúdo. Essas estratégias de acesso são denominadas “Via Verde” (RI) e “Via Dourada” (revistas científicas e outras).

Inúmeras declarações a favor do Movimento de Acesso Aberto (MAA) indicam caminhos a serem percorridos para o alcance do livre acesso às publicações de cunho investigativo. No entanto, foi a BOAI que recomendou as duas estratégias complementares para o AA que ganharam notoriedade e aceitação pelos defensores do movimento no mundo.

Essas duas estratégias complementares foram definidas por Harnad e outros (2004) como *Green Road* (Via Verde) e *Gold Road* (Via Dourada). Esses termos se popularizaram e, atualmente, identificam os próprios conceitos estabelecidos pela BOAI, sendo incorporados à literatura científica e empregados por autores de grande expressão na área. De acordo com Harnad e colaboradores (2004), na Via Dourada, os agentes responsáveis pela disponibilização do conteúdo publicado em periódico são as editoras, permitindo o acesso aos artigos sem ônus ao leitor ou autor, sendo chamados de periódicos AA. Nesta modalidade, o autor opta por submeter seu artigo, para avaliação por pares, a periódicos em que as editoras fornecem AA ao conteúdo. A indicação da Via Dourada é o surgimento de uma nova geração de periódicos comprometidos com a doutrina do AA e a “conversão” das revistas já existentes. Essa conversão seria a migração de periódico com acesso por assinatura (periódico comercial) para periódicos com AA ao conteúdo.

A outra estratégia do AA descrita na BOAI é o autoarquivamento, intitulada por Harnad e outros (2004) como Via Verde. É o depósito em um repositório temático ou institucional de artigo publicado pelo autor em periódico comercial. Esse caminho traz de volta o controle da comunicação científica e o devolve aos autores, eliminando essa atribuição das editoras comerciais. Nessa modalidade de disseminação da ciência, o autor não cede o direito patrimonial (no caso do Brasil) de seu artigo às editoras de periódicos científicos, podendo o conteúdo ser disponibilizado livremente em RI. Segundo Harnad e colaboradores (2004), o autor dá um sinal verde para que seus trabalhos se tornem acessíveis.

O AA pela Via Verde é concretizado através da disponibilização dos resultados de pesquisa, avaliados por pares, em arquivos abertos (BJÖRK et al., 2014). Essa disponibilização é realizada através do depósito da produção do pesquisador/autor em repositório de AA. Esse compartilhamento no repositório, por sua vez, deve ser feito, segundo a BOAI (2002), através do autoarquivamento, a primeira estratégia para o alcance do acesso aberto.

Os RI não necessariamente realizam avaliação por pares, apenas disponibilizam seu conteúdo gratuitamente para o mundo. Eles podem conter *pré-prints* (sem avaliação por pares) ou *pós-print* (com avaliação por pares). Associados à Open Archives Initiative (OAI), os arquivos são interoperáveis e os custos são mínimos (espaço em um servidor e tempo de um profissional técnico).

Segundo Harnad (2015), existem cerca de 40 mil periódicos comerciais em todos os domínios e línguas, publicando aproximadamente 2,5 milhões de artigos anualmente. Nenhuma instituição, nem mesmo aquelas consideradas “ricas”, teria condição financeira para ter acesso a todo esse conteúdo restrito pelas editoras, sendo escolhida uma pequena fração para uso.

Em 2012, quando o MAA completou 10 anos de existência, surgiu uma nova perspectiva no cenário do movimento, com propostas que trouxeram mudanças significativas e impulsionaram o debate em torno da temática, em especial sobre os modelos de negócios da publicação científica. Surgem, então, novas recomendações do AA, originadas no Reino Unido, para implementação e desenvolvimento da

comunicação científica no país, a partir do chamado de Relatório Finch. O relatório com o título *Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications*, aprovado em 2012 pelo governo britânico, continha as recomendações elaboradas pelo Grupo de Trabalho sobre a Expansão do Acesso aos Resultados da Investigação Publicada, com a liderança de Dame Janet Finch. Esse projeto visava ampliar o acesso às pesquisas publicadas com *peer-review*, com interesse na obtenção dos proventos da pesquisa no campo econômico, cultural e social. Sendo assim, o Relatório Finch (2012) instruiu dez orientações, tal qual integraria a transição da comunicação científica de forma equilibrada para um modelo sustentável de AA.

Quadro 1 – Indicações do Relatório Finch

1	Uma direção política clara deve ser definida para o apoio à publicação em AA ou periódicos híbridos, financiados por Article Processing Charge (APC), como principal veículo para publicação de pesquisas, especialmente quando financiadas por recursos públicos;
2	Os Conselhos de Investigação e outros organismos públicos de financiamento do Reino Unido devem estabelecer mecanismos eficazes e flexíveis para atender a despesa de publicações em AA e periódicos híbridos;
3	O apoio à publicação de AA deve ser acompanhado de políticas para minimizar as restrições aos direitos de utilização e reuso, especialmente para fins comerciais, e para capacitar para o uso das mais recentes ferramentas e serviços para organizar e manipular textos e outros conteúdos;
4	Durante o período de transição para o AA em todo mundo, afim de maximizar o acesso, no Ensino Superior e no setor de Saúde, a periódicos e artigos produzidos por autores do Reino Unido e de todo o mundo que não são acessíveis em termos de AA, os recursos devem ser viabilizados para estender e racionalizar licença atual para cobrir todas as instituições desses setores.
5	Os atuais debates sobre como implementar a proposta de acesso à maioria dos periódicos nas bibliotecas públicas no Reino Unido devem ser realizados com vigor, juntamente com uma campanha publicitária de <i>marketing</i> eficaz;
6	Entidades representativas de setores-chave devem trabalhar em conjunto com as editoras, academias, bibliotecas e outras com experiências relevantes e considerar prazos e custos de licenças para fornecer acesso a uma ampla gama de conteúdos relevantes para o benefício de organizações de seus setores;
7	Futuras discussões e negociações entre as universidades sobre o preço dos grandes negócios e outras assinaturas devem levar em conta as implicações financeiras da mudança para publicação AA e periódicos híbridos, de extensões para licenciamento e as mudanças resultantes na receita fornecida para os editores;
8	Universidades, financiadores, editores e sociedades científicas devem continuar trabalhando em conjunto para promover experiências em publicação AA para monografias acadêmicas;
9	A infraestrutura de sujeitos institucionais e repositórios deve ser desenvolvida de modo que desempenhe um papel valioso, para complementar a publicação formal, particularmente no fornecimento de acesso para dados de pesquisa e a literatura cinzenta.

Fonte: adaptado do Relatório Finch (2012).

A princípio, houve muita expectativa em torno dessa iniciativa, pois se recomendava que a pesquisa financiada com recurso público britânico deveria estar disponível em uma base de dados AA. No entanto, ao se constatar que o Relatório Finch indicava aos autores dar preferência para publicar as comunicações de pesquisas em periódicos de AA e orientava para o pagamento de Article Processing Charge (APC) – taxas de processamento dos artigos, o pagamento feito pelo autor ou pela instituição –, notou-se o favorecimento do desenvolvimento da Via Dourada em detrimento da Via Verde.

Esse modelo prioriza o acesso aberto dourado híbrido como a melhor estratégia para o acesso imediato à produção científica, garantido pelos autores ou instituições por meio de pagamento de taxas de processamento dos artigos aos editores comerciais que publicam os periódicos certificados. (WEITZEL, 2014, p. 67).

Essa circunstância levou a total contrariedade à implantação do Relatório Finch por parte dos defensores do AA Via Verde e ao combate pelo seu maior ativista, Harnad (2015). Esse pesquisador fez um balanço do MAA, destacando os pontos positivos e negativos dessa trajetória. Dentre os pontos positivos, Harnad (2015) atribui todo o êxito do AA à criação dos RI e à adoção dos mandatos por universidades, institutos de pesquisas e agências de financiamento, para promover o autoarquivamento da produção científica certificada. Até mesmo porque o AA Via Dourada apresenta algumas particularidades que envolvem pagamento de taxas por parte do autor. Em sua análise sobre o AA dourado na atualidade, Harnad (2015) verifica, por exemplo, que alguns periódicos dourados, especialmente aqueles de abrangência nacional, cobrem os custos de publicação a partir de assinaturas ou subsídios, enquanto os periódicos dourados mais internacionalizados cobram do autor grandes quantias para garantir a publicação em AA.

Ainda de acordo com Harnad (2015), as recomendações do Relatório Finch afetam de uma forma perversa o AA verde, principal estratégia dessa modalidade de acesso, pois o papel dos repositórios, nesse modelo, se restringiria somente à preservação digital, uma vez que a produção depositada em repositórios teria que aguardar um período relativamente longo de embargo, atrasando a possibilidade de acesso imediato. O Relatório Finch parece expressar os interesses econômicos das grandes corporações que dominam o mercado editorial de publicações científicas no mundo e toma por base as principais fragilidades do MAA: a sustentabilidade do AA dourado e os baixos resultados atuais da estratégia do AA verde. Segundo Weitzel (2014, p. 70),

Um ano após a publicação do Relatório Finch, a comissão apresenta nova versão em outubro de 2013 em documento intitulado *Accessibility, sustainability, excellence: how to expand access to research publications: a review of progress in implementing the recommendations of the Finch report* e mais conhecido como Finch II. A revisão do documento visa 'representar o melhor ajuste entre os diferentes interesses e aspirações dos atores envolvidos no sistema de comunicação científica: pesquisadores, universidades, agências de financiamento de pesquisa, sociedades científicas e acadêmicas e editores comerciais'.

Nesse outro documento, o período de transição para o acesso aberto híbrido é caracterizado no Relatório como uma etapa de economia mista, compreendendo as seguintes estratégias:

- a) Acesso aberto dourado: acesso livre e imediato às publicações com custos cobertos pelo pagamento de APC;
- b) Acesso aberto verde: periódicos disponíveis somente por assinatura, com acesso imediato sob licença, ou acesso livre via repositório após um período adequado de embargo;
- c) Arranjos de licenciamento para prover acesso a um amplo número de periódicos em benefício de pessoas e instituições de ensino superior, como, por exemplo, o Portal de Periódicos da CAPES no Brasil.

Após a publicação do Relatório Finch, os Research Councils United Kingdom (RCUK) anunciaram uma revisão da sua política de AA, no sentido de alinhá-la com as recomendações do relatório, dando preferência ao AA Dourado. A partir de então, a política dos RCUK passou a requerer suas publicações em revistas compatíveis com a sua política. As revistas compatíveis com a política dos RCUK são as que oferecem AA Dourado (incluindo as revistas “híbridas”) ou oferecem a possibilidade de depositar e disponibilizar os artigos em repositórios em AA, com um período de embargo que não pode ser superior a seis meses, ou ambas as condições (caso em que os autores poderão escolher a opção que preferirem).

Essa política Finch/RCUK foi reprovada pelos críticos da política de AA pelas suas implicações imediatas no Reino Unido e também pelas consequências que já afetam globalmente o cenário de AA e que potencialmente poderão ainda vir a ser mais profundas nos próximos anos. Para o Reino Unido, essa nova política implica o imediato aumento da despesa total com publicações (uma vez que é necessário manter a despesa com assinatura das revistas tradicionais, ao que se soma um montante crescente de taxas de publicação em revistas de AA ou híbridas), além de desperdiçar o investimento que tinha sido feito na última década nos repositórios do Reino Unido.

A orientação Finch/RCUK no Reino Unido contrapõe com as iniciativas e as políticas que, ao mesmo tempo, foram definidas e anunciadas pela Comissão Europeia. Em julho de 2012, a Comissão Europeia divulgou três importantes documentos que estabelecem o AA como o princípio geral no espaço europeu de investigação, no âmbito do novo programa-quadro de investigação e inovação, Horizonte 2020

(H2020), o que contraria a orientação do Reino Unido. A Comissão Europeia afirma claramente que tanto a Via Verde (repositórios) como a Via Dourada (revistas) são opções válidas para o AA, estabelecendo, em qualquer caso, o depósito de uma cópia dos artigos num repositório de AA como requisito base da política para o H2020.

Apesar de não ser possível prever se o AA dourado híbrido terá grandes adesões ao redor do mundo, é fato que o AA como um todo apresenta novas configurações que podem ser assim categorizadas: por um lado, o MAA, representado pelas estratégias de AA dourado “puro” e AA verde para alcançar 100% de acesso livre à produção científica; e por outro, o Relatório Finch, representando a estratégia do AA dourado híbrido, sem o apoio da estratégia do AA verde.

A orientação política Finch/RCUK afastou-se claramente do que até aí tinha sido o ponto de partida para as políticas de acesso aberto de entidades financiadoras: o requisito de depositar as publicações financiadas em repositórios, independentemente de essas políticas incluírem ou não apoio para publicação de revistas de Acesso Aberto (RODRIGUES, 2014, p. 189).

Outra preocupação demonstrada por Harnad (2015) é concernente ao lento crescimento dos números de mandatos adotados pelas instituições ao redor do mundo nos últimos anos. Tendo em vista que a estratégia do AA verde é dependente de políticas mandatórias, seja no nível institucional, governamental ou de um campo científico, o baixo número de políticas mandatórias implantadas no mundo indica problemas na função dos RI: prover os repositórios com o maior número de produção científica certificada em nível mundial.

Aparentemente, o resultado dessa trajetória apontou para um cenário pouco promissor, considerando todos os esforços empreendidos na última década: enquanto 20% da produção científica está disponível para AA em repositórios (AA verde), os periódicos Via Dourada alcançaram a média de 10%. (HARNAD, [S.I.], v.14, n. 1, p. 51-68, 2009. Em entrevista ao LSE Impact Blog, em setembro de 2012, Harnad (2012) afirmou que é possível ter uma visão mais otimista, acompanhando a elevação do percentual dos AA verde e dourado, cujos dados foram coletados pelo próprio Harnad com séries históricas, revelando o seu franco desenvolvimento. Por outro lado, apesar do maior percentual de periódicos certificados estar sob o domínio de grandes corporações que visam lucros, é preciso considerar que um dos méritos do AA se

refere às mudanças significativas no processo de organização, disseminação e uso do conhecimento científico em meio digital em todo o mundo. Como principais evidências disso, evidencia-se que já houve uma melhoria no funcionamento do sistema mundial da ciência, bem como o aprimoramento da infraestrutura de comunicação, conforme reconhece Guédon (2010).

No entanto, um dos aspectos mais negativos que Harnad (2015) identifica na trajetória do MAA, nos últimos dez anos, é a adoção de mandatos pouco efetivos, que atrasam as conquistas do movimento e distraem a comunidade científica do AA verde, tais como as recomendações do Relatório Finch publicado em junho de 2012.

Em entrevista ao Impact of Social Sciences Blog, Harnad (2012) afirma que o Relatório Finch procura eliminar o seu principal concorrente – o AA verde – com o seu rebaixamento a *backup* ou a uma “redundância”, já que, nessa proposta, os RI desempenhariam um papel secundário e reduzido. Aos repositórios, caberia armazenar e preservar os dados de pesquisas e a literatura cinzenta em lugar de prover acesso imediato aos artigos científicos. As recomendações do Relatório Finch propõem claramente o abandono da estratégia do AA verde e das políticas mandatárias em prol do financiamento e valorização do AA dourado por todos os atores do processo de produção científica. Esse modelo tem sido denominado de AA dourado híbrido, em oposição ao AA dourado “puro”, uma vez que é preciso pagar APC – cujos valores variam entre mil e 5 mil dólares por artigo para compensar os custos de produção. Além disso, caberia também ao governo do Reino Unido cobrir os custos de acesso àqueles títulos que não fossem ainda de AA dourado, pagando as taxas para manter um *site* nacional com títulos licenciados nos moldes do que existe no Brasil, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Fica claro, para Harnad (2015), que é necessário, com urgência, ampliar em 100% o número de políticas mandatárias para o AA verde pelas instituições de ensino e pesquisa e pelas agências financiadoras, bem como atualizar os mandatos que precisam melhorar para garantir o cumprimento da meta também em 100% para o AA, seja no Reino Unido ou no resto mundo. Para Harnad (2015), esse aumento e

atualização das políticas é puramente uma questão de política, e não vai despende nenhum custo extra.

Harnad (2012 apud WEITZEL, 2014) recomenda uma nova mudança na política do Relatório Finch e dos RCUK no sentido de priorizar o autoarquivamento em AA verde evitando assim a recomendação de priorizar o AA dourado híbrido.

- a) demover da ideia segundo a qual, se o periódico oferece ambas as estratégias (verde ou dourada), os RCUK devam recomendar sempre a dourada;
- b) manter o depósito imediato da versão final do artigo revisto por pares, mesmo que exista um período de embargo. O repositório deve possibilitar ao usuário o contato com o autor para obtenção dos artigos em períodos de embargo (WEITZEL, 2014, p. 72).

Após todas as discussões sobre o Relatório Finch (2012), surge uma nova perspectiva para o AA verde no mundo. Em 2014, o Higher Education Funding Council for England (HEFCE),¹ através do Research Excellence Framework (REF),² devolveu a esperança para desenvolvimento do AA Verde (WEITZEL, 2014). Em seu contexto, estão os principais empreendimentos em AA no mundo e a cronologia do AA confunde-se com seu próprio desenvolvimento.

O HEFCE é um órgão público responsável pelo financiamento de universidades e faculdades do ensino superior e educação continuada desde 1992. Seu papel é apoiar abordagens bem-sucedidas de publicações em AA e aumentar o acesso público aos resultados de investigação. Indica-se que todas as pesquisas decorrentes de financiamento HEFCE devem ser amplamente e livremente acessíveis. Para isso, em 2014, adotou um método de avaliação REF, sucessor do Research Assessment Exercise (REA).³

O REF estabelece a exigência de depósito em RI ou repositório temático de resultado de investigação (artigos de periódicos e anais de eventos) aceitos para publicação após 1 de abril de 2016; no entanto, já indicam o depósito o quanto antes. O depósito deve ser feito imediatamente após a aceitação para publicação, com um período de

¹ Disponível em: <<http://www.hefce.ac.uk/>>.

² Disponível em: <<http://www.ref.ac.uk/>>.

³ Disponível em: <<http://www.rae.ac.uk/>>.

carência de três meses (WEITZEL, 2014) sendo esse depósito atrelado à concessão de bolsa de financiamento para pesquisa.

O diferencial dessa política de AA é o depósito da publicação em RI estar atrelado à avaliação para concessão de financiamento, fato que ocorre na Universidade de Liège na Bélgica. Outra questão é a política em AA exigir depósito de toda publicação de artigos de periódicos e anais de eventos, inclusive as publicações com período de embargo. A publicação permanece restrita até o final do período de embargo, mas os seus metadados, como título, autor etc., permanecem pesquisáveis, e os leitores, através do botão “pedido de cópia”, podem solicitar o documento diretamente ao autor (SWAN, 2014).

Outra perspectiva ousada é o H2020, um projeto que se constitui num programa de financiamento da União Europeia (UE) com ações compiladas que pretendem garantir a competitividade e crescimento sustentável na Europa a longo prazo, mobilizando o investimento privado e criando novas oportunidades.

Com um orçamento de 80 bilhões de euros e com possibilidade de incremento por investimento privado, o programa se divide em três áreas, com prioridade para investimento: excelência científica, liderança industrial e desafios sociais. Fica a critério do autor disponibilizar a pesquisa ou não. No entanto, o H2020 visa tornar os frutos das investigações livres de barreira de acesso.

O AA está presente como garantia de acesso à produção científica financiada pelo Programa H2020. O projeto não expõe com clareza uma preferência ao AA verde ou dourado; pelo contrário, cita que há duas vias principais e não excludentes para AA às publicações. No entanto, pode-se notar a influência do Relatório Finch nesse projeto, por dois motivos: inclui a disponibilização de fundos de financiamento para publicação de artigos, os APC, e considera período de embargos altos em justificativa às editoras recuperarem seus lucros.

Segundo Andrade e Salcedo (2014), no H2020, os documentos oficiais ressaltam a visão mercadológica que mantém dos frutos da ciência, que deve ser levada do laboratório ao mercado, representando crescimento econômico para seus países.

No guia do usuário com versão anotada, Annotated Model Grant Agreement (AGA), de 2015, há explicação de itens do projeto com exemplos de aplicação e “boas práticas”: nele, observa-se a predisposição ao AA Dourado, pois subestima a função dos RI e indica aos autores manterem seus direitos patrimoniais.

2.1 O AUTODEPÓSITO COMO VIA DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

A questão do autodepósito – ou seja, depósito realizado pelos próprios autores – está intimamente ligada à Via Verde pregada por Harnad e demais defensores do MAA. Harnad chamou essa estratégia de “via”, uma vez que a adoção desses caminhos conduz ao AA, à informação científica.

Observa-se, na prática, que, mesmo as instituições que adotam os princípios estabelecidos pelo MAA desde o início – como o Massachusetts Institute of Technology (MIT) –, o sistema de bibliotecas, além de atuar como gestor do repositório, é responsável pelo depósito de grande parte da produção científica no mesmo. Apesar de o repositório possuir uma política que apoia e incentiva o depósito e de o corpo docente concordar com a mesma, o índice de depósito espontâneo ainda é baixo. Estudos apontam que apenas 15-20% dos 2,5 milhões de artigos publicados anualmente em todo o mundo estão sendo autoarquivados pelos seus autores (HAJJEM; HARNAD; GINGRAS, 2005 apud GARGOURI et al., 2010). A Universidade do Minho possui o maior índice de depósito espontâneo, e esse fato está ligado, dentre outras coisas, à forma de como a política foi implementada na instituição.

Essa situação se torna mais complexa quando entram em cena novas soluções tecnológicas que se mostram mais atrativas para as práticas de pesquisa, de compartilhamento e de disseminação de informações. Nesse sentido, as redes sociais virtuais têm proporcionado uma influência significativa nas atividades acadêmicas e de pesquisa. Em redes, como o Facebook ou o Twitter, por exemplo, os pesquisadores encontram um ambiente favorável para criar grupos de interesse, compartilhar ideias e conteúdo, trocar experiências, dentre outras atividades, de forma rápida. A partir dessas experiências, surgem as redes sociais virtuais com foco na comunidade científica, tais como o ResearchGate e Academia.edu.

[...] serviços como ResearchGate⁴Academia.edu⁵ Mendeley,⁶ além de outras como Zotero⁷ são formas de apoio para pesquisadores na obtenção e compartilhamento de informações científicas e acadêmicas. São '[...] ferramentas utilizadas na finalidade de apoiar o armazenamento, compartilhamento e reutilização de conhecimento científico, cujo intuito maior é a integração e/ou relacionamento entre autores, pesquisadores, professores e estudantes para o trato de informação de interesse em comum' (CASSOTA et al., 2017, p. 19).

Estudos, como o realizado por Veiga e Macena (2015), apontam as políticas de autoarquivamento como uma das causas para o baixo povoamento dos RI no Brasil. Os autores chegam a afirmar que “a Via Verde se encontra em crise”. Além de ser considerado fundamental para a expansão do AA, o autoarquivamento pode colaborar na aceleração do processo de povoamento dos repositórios, uma vez que essa atividade será distribuída entre os pesquisadores das instituições. Em consulta feita a gestores de RI brasileiros, Veiga e Macena (2015) verificaram que 36% desses repositórios não disponibilizavam o autoarquivamento para seus pesquisadores. Daqueles RI que disponibilizavam o autoarquivamento, somente 5% de seu conteúdo haviam sido autoarquivados. Os autores apontam a falta de conscientização dos gestores dos RI e dos bibliotecários quanto aos objetivos do AA e da Via Verde como alguns dos fatores que favorecem a baixa adesão dos pesquisadores ao autoarquivamento. Segundo os autores, cerca de 86% dos gestores que participaram da pesquisa “não acreditam que seus pesquisadores se interessariam em autoarquivar, caso houvesse esta possibilidade” (VEIGA; MACENA, 2015, p. 44). Reforçam, também, que cada instituição ou comunidade científica deve buscar, identificar e encontrar soluções para os fatores que podem estar dificultando essa adesão às práticas do AA.

Tay (2017), em um artigo no qual propõe que se repense o RI, indica alguns fatores como responsáveis pela falta de motivação dos pesquisadores para depositar seus trabalhos nesses repositórios. O primeiro fator apresentado pelo autor é o desconhecimento, por parte dos pesquisadores, da existência do repositório em sua instituição, seguido das dúvidas em relação aos direitos autorais de sua produção. O

⁴Ver: <<https://www.ResearchGate.net/>>.

⁵ Ver: <<https://www.academia.edu/>>.

⁶Ver: <https://www.mendeley.com>.

⁷Ver: <<https://www.zotero.org/>>.

autor complementa, afirmando que a estrutura acadêmica não oferece nenhum incentivo para que o pesquisador se interesse por publicações em AA. Ao não oferecer uma experiência interessante para os usuários, não os atraindo para fazer uso mais intensivo dos RI, outras soluções vêm ganhando espaço como instrumento de armazenamento e compartilhamento da produção dos pesquisadores, como as chamadas Scholarly Collaboration Networks (SCN), ou Rede de Colaboração Acadêmica, como o ResearchGate e a Academia.edu (TAY, 2017). Nessas plataformas, os pesquisadores possuem controle sobre sua conta e seus arquivos, independente da instituição em que estiverem atuando. Além disso, no ambiente, o pesquisador pode contar, de forma concentrada, com estatísticas de uso de sua produção, além de estabelecer, nesse mesmo ambiente, redes de relacionamento com outros pesquisadores com interesses semelhantes. Alguns desses benefícios são inviáveis no formato atual dos RI (TAY, 2017).

O ResearchGate é uma rede social voltada a profissionais da área de ciência e pesquisadores, sendo a maior neste campo. Caracteriza-se por ser uma plataforma gratuita que permite a membros interagirem e colaborarem com colegas de trabalho e campos de estudo mundialmente, oferecendo diversas ferramentas exclusivas. Já a Academia.edu é um site americano de redes sociais para acadêmicos. A plataforma pode ser usada para compartilhar papéis, monitorar seu impacto e seguir a pesquisa em um campo particular.

Na atualidade, novas orientações surgem no âmbito da comunicação científica e novas questões vêm sendo amplamente debatidas pela comunidade científica, como a que diz respeito à disponibilização de dados brutos e anotações de pesquisa, até a disponibilização de *softwares* e *designs* de instrumentos. Esse movimento denomina-se Ciência Aberta (*Open Science*).

2.2 DO ACESSO ABERTO À CIÊNCIA ABERTA

A Ciência Aberta é um conceito relativamente recente que engloba várias dimensões, concepções e práticas. Ela se fundamenta no princípio de que a investigação científica pode ser partilhada e reutilizada. A utilização de ferramentas e infraestruturas digitais assegura o acesso aos resultados de investigação gerados em cada etapa do

processo de investigação científica, facilitando a colaboração e garantindo a abertura, transparência e inovação do conhecimento científico.

Apesar de não existir uma definição única para o conceito de Ciência Aberta, podem ser identificados elementos comuns às várias definições:

1. AA e reutilização dos resultados de investigação científica (publicações e dados científicos);
2. Abertura dos processos e métodos (registros experimentais, código de *softwares* etc.);
3. Utilização de tecnologias, ferramentas e infraestruturas digitais.

2.1.1 Taxonomia da Ciência Aberta

O acesso à ciência e ao conhecimento é indispensável a uma sociedade mais informada e mais consciente do mundo que habita, contribuindo para torná-la mais humana, mais justa e mais democrática e na qual o bem-estar seja partilhado por todos. O acesso ao conhecimento, acompanhado da garantia da acessibilidade à formação, constituem um direito fundamental e desempenham um fator de valorização, de mobilidade social e de democratização essenciais aos estados democráticos das sociedades contemporâneas (Figura 1).

Figura 1 – Taxonomia da Ciência Aberta



Fonte: adaptado de Foster (2017).

Para Albagli⁸ (2015), entender o significado do atual movimento pela Ciência Aberta implica reconhecer sua inserção no contexto mais amplo da existência de uma forte tensão entre a socialização do conhecimento, da informação e da cultura, de um lado, e sua privatização, de outro. Ainda segundo Albagli, por um lado, temos, desde fins do século XX, o alargamento dos mecanismos de apropriação privada da produção intelectual e cultural, tanto pelo endurecimento dos instrumentos de proteção da propriedade intelectual, como por meio de novas formas e estratégias de captura, apropriação e valorização dessa produção coletiva. Por outro, desenvolvem-se novas práticas e espaços de interação, de produção colaborativa, expressando importantes inovações sociais nas dinâmicas produtivas, políticas e culturais, as quais se valem das novas plataformas digitais.

A Ciência Aberta permite a partilha do conhecimento entre a comunidade científica, a sociedade e as empresas, possibilitando, dessa forma, ampliar o reconhecimento e o impacto social e econômico da ciência. Vai além da disponibilização em AA de dados e publicações; é a abertura do processo científico enquanto um todo, reforçando o conceito de responsabilidade social científica. A implementação de uma prática de Ciência Aberta é também geradora de múltiplas oportunidades de inovação. Permite impulsionar o desenvolvimento de novos produtos, serviços, negócios e empresas.

Para Albagli (2015), a Ciência Aberta promove o aumento dos estoques de conhecimento público, propiciando não apenas a ampliação dos índices gerais de produtividade científica e de inovação, como também das taxas de retornos sociais dos investimentos em ciência e tecnologia. Além disso, tem-se demonstrado historicamente que é no compartilhamento e na abertura, de modo coletivo e não individual, que ocorrem a criatividade e a inovação, valendo-se das infraestruturas de conexão e interação em redes. É nesse mesmo quadro que se projetam abordagens e práticas análogas, como as de cocriação, *e-science*, produção *peer-to-peer*, produção wiki, *crowdsourcing*, coinovação, inovação aberta, entre outras.

Consideramos, ainda, que a sociedade em geral e as comunidades associadas à produção e à curadoria do conhecimento devem ter um papel responsável e

⁸Pesquisadora do IBICT, coordenadora do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (Liinc).

fundamental na promoção, na valorização, na divulgação e na partilha do conhecimento. Em suma, o conhecimento é de todos e para todos, e as políticas públicas nesse domínio devem ser orientadas nesse sentido. Principalmente quando o conhecimento produzido resulta do financiamento público, a sua partilha, em AA, torna-se crucial.

Tornar a ciência mais aberta e acessível a todos, representando um desafio coletivo, fortalecerá a posição da ciência na sociedade, da mesma forma que contribuirá para uma sociedade mais qualificada e preparada para enfrentar o futuro. Ampliar a translação do conhecimento científico para a sociedade e as empresas, tornando-o acessível à população de forma adequada, reforçará o impacto social da investigação e concorrerá para a sua valorização e reconhecimento.

De acordo com a Fundação para Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência, da Tecnologia e Ensino Superior/República Portuguesa (REPÚBLICA PORTUGUESA, 2016b) são cinco os pilares da Ciência Aberta:

1. AA ou Acesso Livre: disponibilização *on-line* e sem limitações dos resultados de investigação científica. O AA pode ser aplicado a todas os tipos de publicações científicas, com e sem revisão por pares, através de autoarquivamento;
2. Dados Abertos (*Open Data*): correspondem à ideia de que certos dados devem estar disponíveis para que todos usem e publiquem, sem restrições de direitos autorais e patentes ou outros mecanismos de controle. O acesso ou reuso dos dados são controlados por organizações, tanto públicas como privadas;
3. Investigação/Inovação Aberta: A Ciência Aberta viabiliza a investigação replicável aberta, criando a possibilidade de oferecer aos utilizadores de acesso livre componentes experimentais que permitem a reprodução (replicabilidade) da investigação;
4. Rede Aberta de Ciências: os cientistas estão a se adaptar aos novos contextos comunicacionais e a atividade de investigação está a povoar as redes digitais de âmbito global. Essas redes, que permitem a superação do espaço e do tempo, trouxeram consigo possibilidades de

partilha de informação únicas, consideradas por alguns cientistas como potencializadoras da realização dos seus ideais científicos;

5. **Ciência Cidadã:** é baseada na participação informada, consciente e voluntária, de milhares de cidadãos que geram e analisam grandes quantidades de dados, partilham o seu conhecimento e discutem e apresentam os resultados. Aí se incluem as iniciativas de *crowd science*, como SETI@Home; de inteligência distribuída, como Clickworkers; e ainda os chamados *hackerspaces*, entre outras. São iniciativas que, por um lado, desafiam as normas estabelecidas do fazer científico, na medida em que abrem espaço para a atuação de outros atores sociais, não chancelados oficialmente com títulos acadêmicos, como aptos ao trabalho de pesquisa. Por outro, as práticas que elas ensinam podem incluir outros saberes, oriundos de vivências e experiências de pessoas comuns, o que tenciona a noção tradicional de conhecimento científico.

Em suma, a Ciência Aberta otimiza todo o processo de criação, transferência e utilização universal do conhecimento:

- **Acelera a transferência de conhecimento:** pode reduzir atrasos na reutilização dos resultados da investigação científica, incluindo artigos e conjuntos de dados e promover um caminho mais rápido da investigação para a inovação;
- **Aumenta a transferência de conhecimento para a economia:** o acesso aos resultados da investigação financiada publicamente pode promover *spillovers* e impulsionar a inovação em toda a economia, bem como aumentar a consciencialização, promovendo a efetivação de escolhas conscientes entre os consumidores;
- **Enfrenta os desafios globais de forma mais eficaz:** os desafios globais exigem ações internacionais coordenadas e desenvolvidas de forma colaborativa com vantagens para todas as partes;
- **Promove o envolvimento dos cidadãos na ciência e investigação:** iniciativas de Ciência Aberta e Dados Abertos podem promover a consciência e a confiança na ciência entre os cidadãos. Em alguns casos, maior

envolvimento dos cidadãos pode levar a uma participação ativa em experiências científicas e recolha de dados.

Quadro 2 – Vantagens da Ciência Aberta

AS INSTITUIÇÕES	AS ENTIDADES FINANCIADORAS	O PÚBLICO
Cumrem as exigências das entidades financiadoras	Maior retorno do investimento	Transparência na investigação
Aumentam a visibilidade e o impacto	Acelera a troca de ideias	Acesso à investigação com grande impacto na sociedade
Reduzem a duplicação de esforços e promovem a replicabilidade/reprodutibilidade (benefício económico)	Acelera a inovação	Maior consciência para os desafios sociais

Fonte: elaborado pela autora.

A Open Science and Research Initiative identifica um conjunto de oportunidades para os diferentes *stakeholders* envolvidos no processo, porque, graças ao AA a dados e resultados da investigação, é possível o avanço e a inovação na criação de novos serviços e *softwares*.

3 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS NA ATUALIDADE

Com a disseminação e adoção das estratégias propostas pelo MAA, um número significativo de instituições implementou RI, trazendo uma maior visibilidade às pesquisas realizadas, e sua utilização ampliou o acesso a um maior número possível de interessados, o que promove a democratização ao saber.

Os RI têm como princípio o autoarquivamento, tema que tem sido estudado e incentivado por autores como Stevan Harnad e Alma Swan. Apesar das estratégias de incentivo e políticas mandatórias, em muitos países, a adesão pelo pesquisador ao AA pela Via Verde ainda encontra muitos desafios. O entendimento dos objetivos do AA e da estratégia da Via Verde em mobilizar os pesquisadores, retomando o comando no processo de comunicação científica, é requisito fundamental para dirigentes de instituições que possuem repositórios e gestores de RI.

A consolidação dos RI de cunho científico, mantidos por universidades e institutos de pesquisa, tem alterado algumas práticas da ciência, principalmente no que diz respeito ao acesso a publicações com resultados de pesquisa. Tanto que Björk (2005) e Costa (2008), nos modelos de comunicação científica que apresentam, colocam os repositórios como ferramentas para facilitar o acesso à produção científica e, com isso, apoiar a disseminação e o uso da informação. Os repositórios estão em um contexto maior, relacionados com o uso de ferramentas informatizadas nos processos científicos, ou seja, em todas as etapas da pesquisa.

Passerini de Rossi (2012) afirma que o MAA é muito importante para países em desenvolvimento, por possibilitar o acesso sem barreiras às informações científicas mais atualizadas. Da mesma forma que facilita o acesso às publicações, cria oportunidades para os autores desses países divulgarem suas pesquisas, disseminando-as livremente, potencializando a sua visibilidade. Entretanto, o modelo de publicação em AA enfrenta problemas, entre eles, a sobrecarga no processo de avaliação pelos pares, como relata Arns (2014). Esse indício revela a necessidade de repensar o modelo atual adotado por revistas de AA, principalmente o processo de submissão, como destaca o autor. A sustentabilidade do modelo do AA ainda é muito discutida, principalmente para as revistas. A opção de atribuir os custos aos autores

tem sofrido ataques, como apresentam Rizor e colaboradores (2014), revelando a necessidade de desenvolvimento de modelos de publicação sustentável de AA, apoiado por instituições de fomento.

Os RI, por sua vez, nascem no âmbito do AA como uma ferramenta representativa desse movimento, sem competir com as revistas na oferta de acesso. São lócus privilegiado para a preservação, que expandem a oferta de acesso por conter documentos embargados ou liberados. Com o consentimento dos editores e das editoras, abre-se o acesso à literatura científica via rede.

O AA pode ser alcançado por dois caminhos: a Via Verde e a Via Dourada. A Via Dourada se subdivide em duas: a pura e a híbrida. A Via Dourada pura se concretiza por meio de periódicos publicados por instituições e ocorre a partir da escolha dos pesquisadores em publicar sua produção científica em periódicos de AA, nos quais todos os artigos são disponibilizados *on-line* sem barreiras financeiras de acesso à publicação pelo autor, pela instituição e pelo leitor. Mas também pode se concretizar por meio de periódicos publicados por editores comerciais, a partir da escolha do pesquisador em publicar sua produção em periódicos de AA, nos quais todos os artigos são disponibilizados *on-line*, sem barreiras financeiras para o leitor, mas com pagamento de taxas pelo autor ou instituição.

A Via Dourada híbrida, por sua vez, se difere da pura pela existência, em um mesmo periódico, de artigos de AA e acesso restrito. Ela acontece a partir da escolha dos pesquisadores em publicar sua produção científica em periódicos de editores comerciais que disponibilizem alguns artigos em AA mediante o pagamento de taxa, impondo uma barreira financeira para o autor ou para a instituição.

Na Via Dourada pura, todos os artigos daquele periódico estão disponibilizados sem barreiras financeiras para o leitor; na Via Dourada híbrida, alguns artigos daquele periódico são disponibilizados sem barreira financeira para o leitor. Neste caso, no mesmo periódico, coabitam artigos fechados e abertos (BJÖRK, 2012).

O AA pela Via Verde é concretizado através da disponibilização dos resultados de pesquisa, avaliados por pares, em arquivos abertos (BJÖRK et al., 2014). Essa disponibilização é realizada através do depósito da produção do pesquisador/autor

em repositório de AA. Esse compartilhamento no repositório deve ser feito, segundo a BOAI, através do autoarquivamento, a primeira estratégia para o alcance do AA.

Fazendo uma análise 20 anos após a publicação da “proposta subversiva” (autoarquivamento), Stevan Harnad (1995) declara que o principal fator contra a Via Verde – e para ele, Via Verde é sinônimo de autoarquivamento – é que “[...] os autores não autoarquivam espontaneamente: como ‘publique ou pereça’ o acesso aberto pela via verde depende de políticas mandatórias das instituições e agências de fomento.” (HARNAD; POYNDER, 2014). Porém, a Via Verde se encontra em crise: “Os repositórios experimentam diversas dificuldades que limitam o seu crescimento e desenvolvimento e que se traduzem em resistência, inércia ou desinteresse dos autores/investigadores por esta forma de publicação” (RODRIGUES; RODRIGUES, 2014, p. 111).

Mesmo enfrentando obstáculos, vários países têm adotado o autoarquivamento, feito pelos pesquisadores ou por alguém de sua equipe. No Brasil, os repositórios têm, de forma tímida, implementado o autoarquivamento. A maioria dos repositórios se inicia com a disponibilização de teses e dissertações, colocando o passivo que já estava arquivado em algum sistema de informação da instituição – em geral, na biblioteca. As universidades brasileiras vêm definindo a biblioteca como o responsável principal pelo povoamento dos repositórios, o que traz complicadores na liberação da licença ou cessão de direitos por parte dos autores (KURAMOTO, 2006).

Quando a biblioteca assume esse papel de arquivar o que seria de obrigatoriedade do autor, cria a necessidade da assinatura de uma autorização para que ela o faça em seu lugar. É preciso entender o papel de cada ator nesse processo. O autor ou pesquisador é uma pessoa altamente capacitada e capaz de executar essa tarefa, mas, dentro da estrutura das instituições de ensino superior, em muitos casos, há sobrecarga de atividades e funções por vários tipos de deficiências estruturais.

O futuro do AA depende dessa medida de conscientização, uma vez que, desde seu início, o MAA preconizou que os próprios pesquisadores fizessem o autoarquivamento de sua produção científica – o que já está implícito no nome “autoarquivamento”.

Um fato importante relacionado a essa forma de depósito é que o autor ou pesquisador, ao fazer ele próprio o depósito de sua produção, além de agilizar o povoamento dos repositórios digitais, ajuda na ampliação da visibilidade da sua produção científica; sem depender de quem quer que seja, ele com certeza deveria ser o maior interessado em divulgar a sua produção. Em um artigo intitulado “O Brasil Ganha um novo aliado na Batalha do Acesso Livre”, publicado em seu *blog* no dia 29 de junho de 2012, o pesquisador Hélio Kuramoto comentou que, quando os pesquisadores perceberem os benefícios do autoarquivamento, eles não hesitarão em adotá-lo. Trata-se de algo novo para eles e somente a prática poderá mostrar as vantagens desse procedimento, afirma Kuramoto (2012).

Apesar de iniciativas isoladas anteriores, o MAA no Brasil iniciou-se por volta da primeira década dos anos 2000, através de declarações de associações e instituições de ensino e pesquisa em prol da democratização do acesso à informação científica. Algumas iniciativas políticas foram consideradas importantes para impulsionar a trajetória do MAA, tais como o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica no Brasil, a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto, a Carta de São Paulo, todas em 2005, e também a Declaração de Florianópolis, em 2006 (KURAMOTO, 2006).

O IBICT assumiu o papel da principal entidade, em escala nacional, para articulações políticas e promoção de ações voltadas para a implantação de repositório nas instituições de ensino e pesquisa. Um dos objetivos era promover a competência e o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de informação científica e tecnológica no Brasil para a criação de repositórios. “Em 2002 o Massachusetts Institute of Technology (MIT) em parceria com a Hewlett-Packard (HP) desenvolveu o software Dspace e o IBICT no ano de 2004 realizou a primeira tradução deste software.” (IBICT, 2004 apud VEIGA; MACENA, 2015, p. 38-39).

Com o advento de novas TIC para disseminação do conhecimento científico, Kuramoto (2006, p. 93) aponta um momento propício para a atuação do IBICT em consonância com o propósito da sua criação.

Com o surgimento das tecnologias da informação e da comunicação, combinado com o movimento do acesso livre à informação, verifica-se a existência de um cenário amplamente favorável ao Instituto para o cumprimento de sua missão inicial (KURAMOTO, 2006, p. 93).

Com o lançamento do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica no Brasil, em setembro de 2005, o IBICT dá continuidade a suas articulações para a implantação desse movimento no Brasil. Esse manifesto foi caracterizado como um documento referência que atribuiu diversas recomendações para a comunidade científica (autores, editores, agência de fomento e instituições acadêmicas) apoiar o movimento mundial em favor do AA à informação científica. Entre as recomendações, estão: a colaboração da comunidade científica para disponibilizar os resultados de pesquisas realizadas dentro do território nacional, em acesso livre; em acordo com a Declaração de Berlim, recomendam-se às instituições acadêmicas brasileiras a criação de RI/repositórios temáticos na perspectiva do acesso livre; e aos autores (pesquisadores), depositar, obrigatoriamente, em um repositório de acesso livre, publicações com resultados de pesquisas que foram financiadas com recursos públicos (IBICT, 2005).

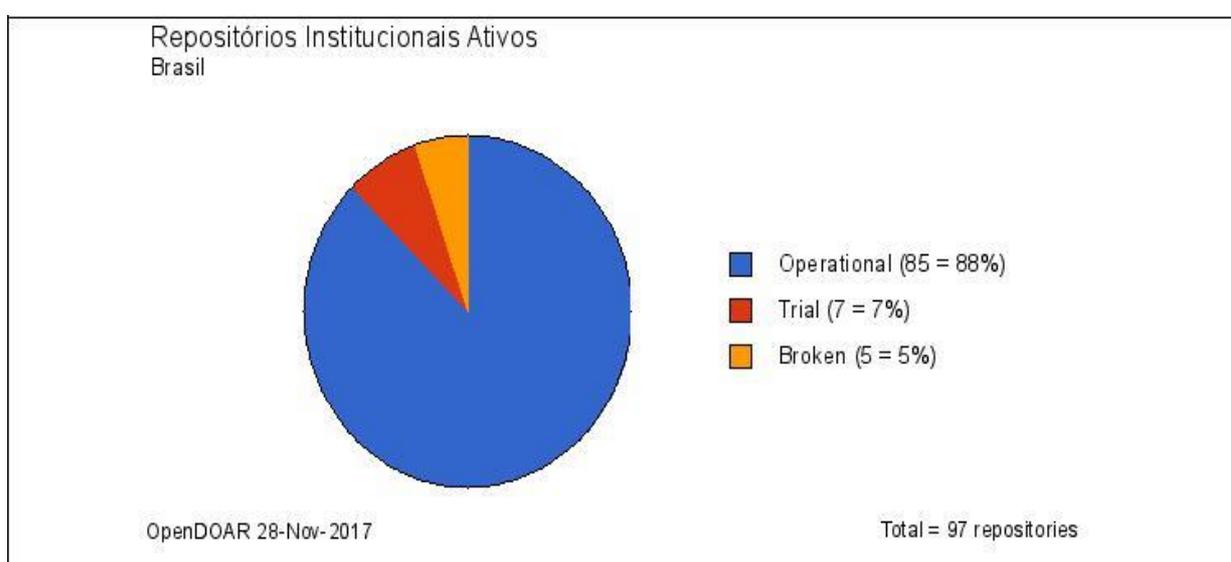
A partir das articulações e visando a promoção do AA no Brasil, o IBICT realizou duas iniciativas importantes: a implementação de um projeto piloto com a criação de RI e o edital IBICT-FINEP/PCAL/XDBD nº 002/2009. Do projeto piloto, cinco universidades federais – Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)– foram contempladas com *kits* tecnológicos para operação do Dspace⁹ para criação do repositório, com treinamento de pessoal e suportes técnico e informacional, “[...] com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção científica destas instituições e proporcionar maior visibilidade à sua produção científica” (IBICT, 2009).

⁹Software desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada.

3.1 DADOS SOBRE OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL

O Gráfico 1 mostra que, dos 97 repositórios cadastrados no portal do OpenDoar,¹⁰ 5% (5) repositórios estavam fora do ar (*Broken*); 7% (7) dos repositórios estavam em período experimental (*Trial*); e 88% (85) dos repositórios brasileiros encontravam-se ativos, ou seja, em funcionamento. A partir deste Gráfico 1, observa-se a importância de os repositórios estarem constantemente em operação.

Gráfico 1 – Repositórios de Acesso Aberto ativos no Brasil



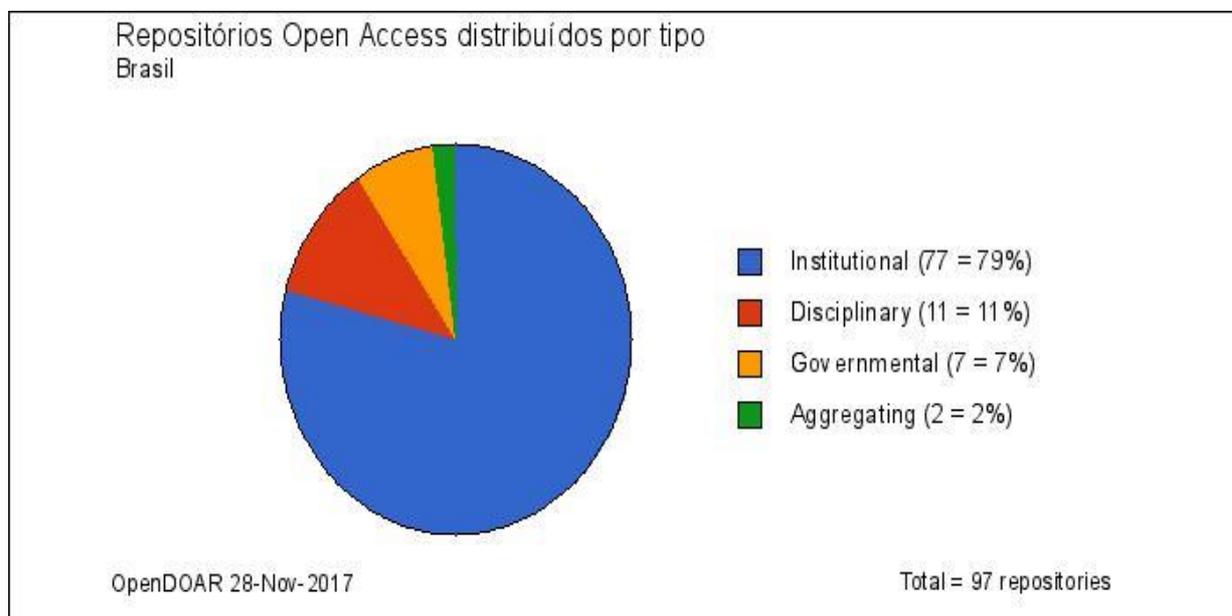
Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

Já no Gráfico 2, observa-se a distribuição dos repositórios por tipo. Assim, dos 97 repositórios, 79% são classificados como institucional, ou seja, contém a produção científica de uma instituição; 11% são repositórios temáticos (*Disciplinary*), que contém a produção científica de uma determinada área do conhecimento, a exemplo da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) do Ministério da Saúde; 7% referem-se a repositórios governamentais, aqueles que armazenam registros de uma determinada organização governamental, por exemplo, o repositório Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), que contém materiais provenientes de leis e processos legislativos de uma forma geral; e finalmente, o repositório do tipo agregador (*aggregating*), que refere-se a um repositório que reúne registros de outros repositórios, no caso

¹⁰ Dado dinâmico, sendo o último acesso em 28 nov. 2017.

específico do Brasil, o exemplo apresentado refere-se ao Scientific Electronic Library Online (SciELO), que é uma biblioteca digital de revistas científicas com 2%.

Gráfico 2 – Repositórios de Acesso Aberto distribuídos por tipo no Brasil



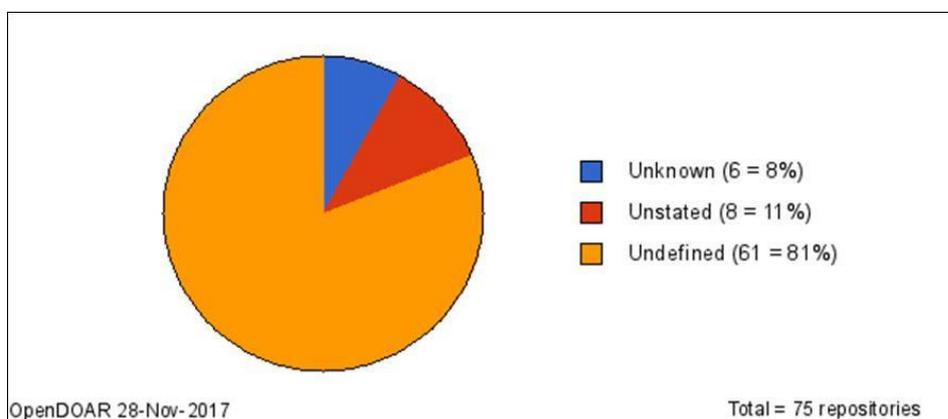
Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

O Gráfico 3 refere-se à porcentagem de repositórios que estabeleceram uma política de preservação digital. Verifica-se que a maioria dos nossos repositórios não se preocupava com esse pequeno, mas importante, detalhe. Em primeiro lugar, é verificado se existem políticas de preservação por intermédio do campo identificador no protocolo OAI-PMH, por exemplo, para Eprints Nottingham – essa seção, normalmente, inclui as políticas. Caso existam, elas são analisadas mediante critérios padronizados e um grau é atribuído a cada política. Se não for possível encontrar informações sobre as políticas, então o *status* do repositório é considerado como “política desconhecida”. Se existir informações sobre políticas, mas ela não for coberta, então o *status* atribuído será o de “não estabelecida”. Em alguns casos, pode ocorrer abertura para uma política relevante. Se, no entanto, ainda assim, a informação for “ainda não definida”, o *status* será “indefinido”.

De 75 repositórios, (61), 81% não se preocuparam em definir qualquer política de preservação digital; (8) 11% foram identificados como repositórios que não têm uma

política de preservação digital definida; e apenas (6), 8%, repositórios informaram que existe uma política de preservação digital definida.

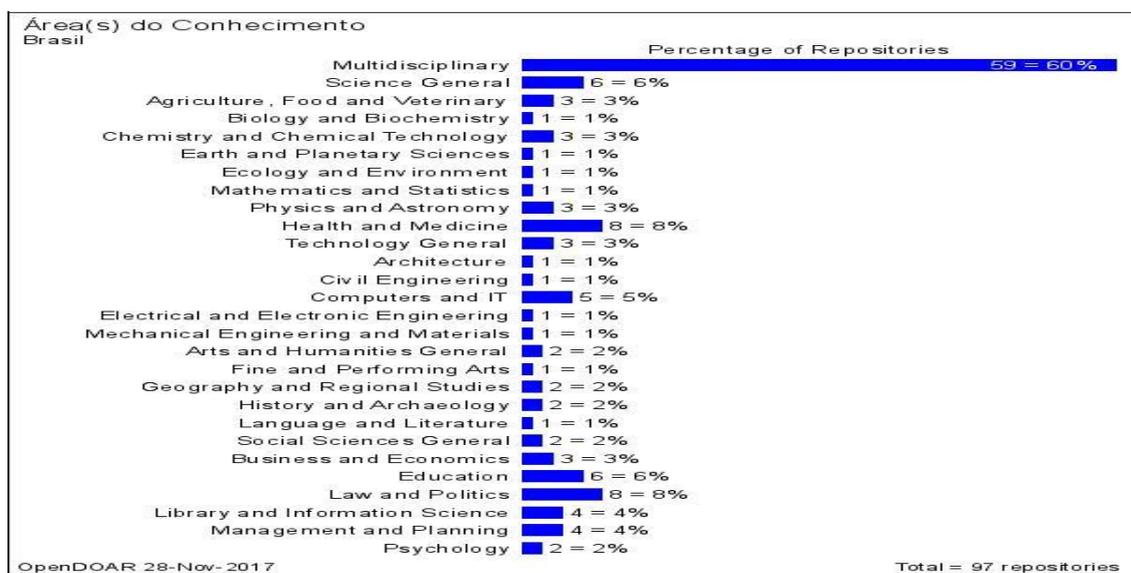
Gráfico 3 – Repositórios que adotaram políticas de preservação digital



Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

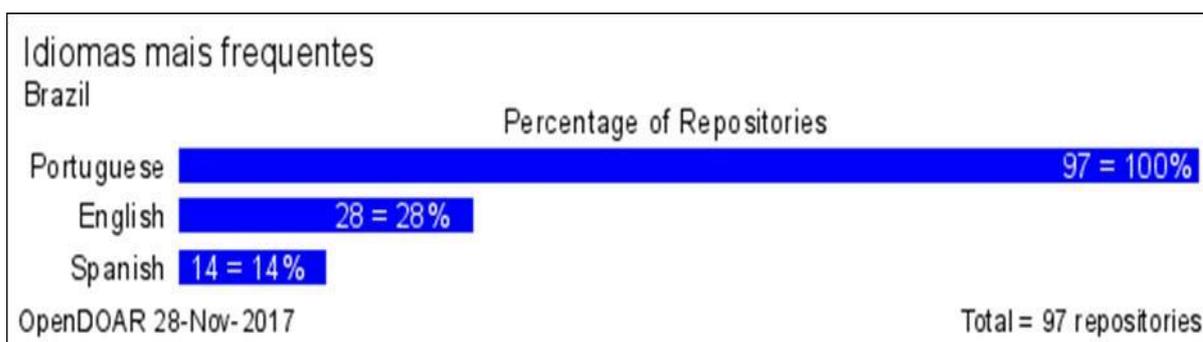
A maioria das instituições, efetivamente, mantém a produção científica de todas as áreas do conhecimento. Nesse caso, os repositórios são considerados como multidisciplinares (*Multidisciplinary*), conforme apresenta o Gráfico 4.

No entanto, nas instituições especializadas, como nos institutos de pesquisa, assim como nos repositórios temáticos, a produção científica refere-se apenas a algumas poucas áreas do conhecimento (Gráfico 4). Observa-se que, de fato, a maioria dos repositórios como está vinculada a instituições de ensino e pesquisa e abrange as diversas áreas do conhecimento, prevalecendo como multidisciplinares (76%).

Gráfico 4 – Repositórios por área do conhecimento no Brasil

Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

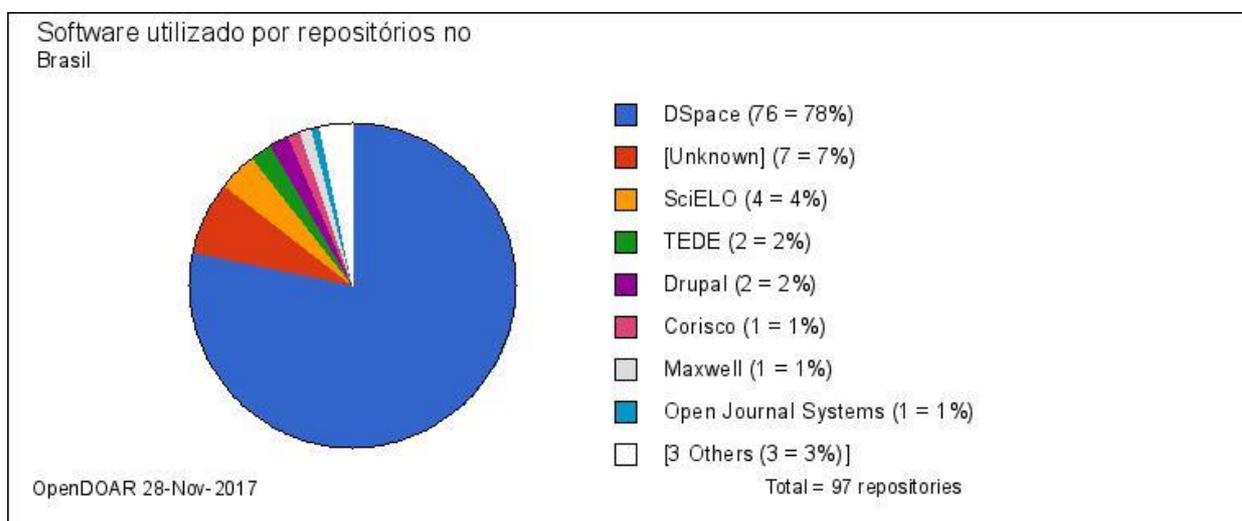
O Gráfico 5 mostra a divisão de repositórios segundo o idioma dos documentos armazenados. Nesse caso, encontram-se repositórios que permitem os idiomas português, inglês e espanhol. Na verdade, quando a documentação é apenas em português, a instituição dificulta uma disseminação mais ampla do seu conteúdo.

Gráfico 5 – Idiomas mais frequentes nos repositórios brasileiros

Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

O Gráfico 6 mostra o tipo de *software* utilizado pelos repositórios brasileiros. Destaca-se o uso do DSpace pela maioria, totalizando 78%. O DSpace foi produzido a partir de uma parceria entre o MIT e os Laboratórios HP para atender à necessidade de criação de RI e multidisciplinares por parte de bibliotecas, arquivos e centros de pesquisa. Foi traduzido para o português pela Universidade do Minho, em Braga, Portugal.

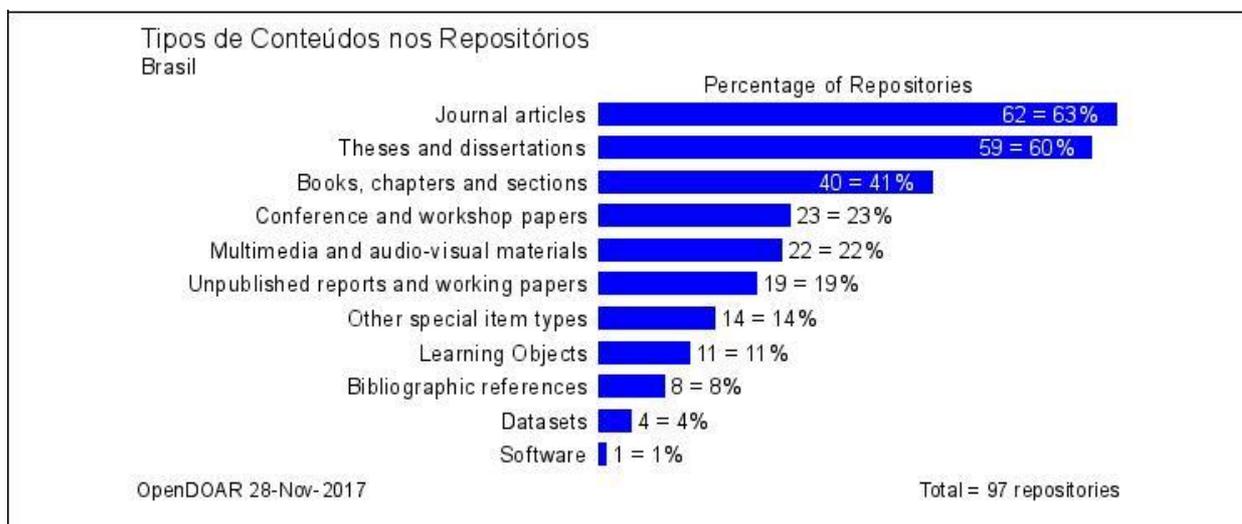
Gráfico 6 – Softwares mais utilizados nos repositórios brasileiros



Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

No Gráfico 7, pode-se observar a diversidade de documentos depositados nos diversos repositórios brasileiros, sendo artigos de periódicos (63%) e teses e dissertações (60%) a prevalência.

Gráfico 7: Tipo de Conteúdo nos Repositórios Brasileiros



Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

Gráfico 8 – Crescimento do número de repositórios na base do OpenDOAR localizados no Brasil



Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

O Gráfico 8 apresenta o crescimento de repositórios no Brasil, principalmente depois de 2007. Isso demonstra:

1. A importância da atuação do IBICT em prol do AA no Brasil e as parcerias internacionais firmadas, sobretudo com Portugal;
2. A contribuição da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no fomento do projeto de implantação dos RI no Brasil, através do IBICT.

3.2 O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFBA

Conforme informação da Professora Flávia Garcia rosa, o RI da UFBA foi implantado em 2010, após uma proposta originada de uma das recomendações da sua dissertação de mestrado em 2006, apresentado como uma das alternativas possíveis para minimizar o uso de cópias de livros e disponibilizando a produção da Editora da UFBA (Edufba) para AA. Naquela ocasião, havia um desconhecimento do Centro de Processamento de Dados (CPD)¹¹ da UFBA com relação à implantação de

¹¹ Atual Superintendência de Tecnologia da Informação (STI).

repositórios, e foi necessário mobilizar um suporte inicial, através de seleção e circulação de artigos técnicos e científicos que tratavam do tema. Além disso, contou-se, desde o início, com o apoio técnico do consultor Rodrigo Meirelles, que se interessou em participar voluntariamente do projeto e manteve diálogo com técnicos do IBICT.

Em setembro de 2007, o DSpace foi instalado no servidor da UFBA. Percebeu-se, então, que, para alcançar os resultados desejados, a criação do RI deveria ser repensada na forma de um projeto mais amplo, e não restrito apenas à Edufba. A implantação do RI foi, então, transformada em projeto de pesquisa de doutorado da professora Flávia Rosa, submetida à seleção e aprovada para o ano letivo de 2008, no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Faculdade de Comunicação (Pós-Cultura), sob orientação do professor Marcos Palacios.

Para a estruturação do projeto, pensando o RI como uma política da instituição, as principais motivações foram:

- a. A redução da exclusão cognitiva;
- b. A ampliação da visibilidade da pesquisa da UFBA em todas as áreas; c. A possibilidade de redução do uso de cópias de livros no ambiente acadêmico;
- d. A ampliação da visibilidade da produção das áreas multimídia nas artes (dança, música, teatro e artes plásticas);
- e. A melhoria do posicionamento da UFBA no cenário acadêmico e sua maior contribuição efetiva no desenvolvimento da ciência do país.

Ainda em junho de 2008, antes da visita à Universidade do Minho, o projeto foi apresentado ao reitor da UFBA, professor doutor Naomar de Almeida Filho, que, de imediato, entendeu que o RI deveria, de fato, ser encaminhado como uma política da instituição.

A Universidade do Minho, em Portugal, primeira instituição de língua portuguesa a instalar um RI, serviu de base para o projeto da UFBA. Em junho de 2008, a professora Flávia Rosa, em visita técnica à Universidade do Minho, dialogou com o professor

doutor Eloy Rodrigues, diretor do Centro de Documentação e idealizador do projeto de implantação do RI dessa instituição. Na ocasião, a principal questão levantada por Rodrigues dizia respeito às dificuldades inicialmente enfrentadas em função da ausência de uma política institucional, quando da implantação do RI naquela universidade. Suprida tal lacuna, observou-se a ampliação da adesão da comunidade ao autoarquivamento, permitido por essa modalidade de arquivo aberto e do *software* utilizado.

O RI da UFBA está inserido no movimento mundial de AA à produção científica e se destaca pela contribuição na ampliação da visibilidade da produção científica da instituição. Permite também consolidar um sistema de ordenamento dessa produção, que se faz, tradicionalmente, de maneira dispersa. A adoção desse novo modelo de gestão para documentos eletrônicos contribui para sistematizar uma política de disseminação para a UFBA, bem como para disponibilizar para a sociedade o resultado de suas atividades de pesquisa, criação e inovação. Para tanto, é indispensável o compromisso e a participação dos programas de pós-graduação da instituição para que, de fato, o RI cumpra o seu papel.

Para a implantação de uma política institucional e para respaldar o projeto do RI na UFBA, foi necessária a criação de um grupo gestor para elaborar as políticas de depósitos. Essa questão envolve o estabelecimento de critérios de disponibilização, definição de aportes financeiros e elaboração de linhas de trabalho para sensibilização da comunidade científica da universidade. A sugestão de uma política institucional foi levada para aprovação final pelo Conselho Universitário da UFBA, ainda em 2009. Entretanto só em janeiro de 2010 foi concretizada a criação do RI através da Portaria 024/2010.

Dando continuidade aos trabalhos e para melhor embasamento desta pesquisa, foi realizada uma entrevista com o atual coordenador do RI, no Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA (SIBI/UFBA), o bibliotecário Uillis Assis Santos, e com a superintendente do SIBI/UFBA, professora Lídia Brandão Toutain, uma vez que esse sistema intermedia o autoarquivamento da produção científica da UFBA. O SIBI tem a responsabilidade pela administração técnica do *software*, por melhorias e ajustes no RI, avaliação os serviços prestados, divulgação e ampliação do RI, gerenciamento e criação de comunidades, subcomunidades e coleções, gerenciamento dos depósitos e prestação de auxílio aos usuários no uso do sistema.

Segundo Uillis Assis, existem duas possibilidades para a realização dos depósitos: poderão ser feitos pelos próprios alunos e professores – na escolha dessa modalidade de autoarquivamento, os alunos e professores deverão se cadastrar no repositório através de *e-mail*, solicitando acesso para realizar o depósito e informando o curso e a tipologia do trabalho (tese, dissertação ou artigo); também poderão ser realizados por um funcionário da coordenação do curso ou colegiado – na escolha dessa modalidade, o funcionário terá que se cadastrar no repositório e, posteriormente, enviar um *e-mail* para a solicitação para ser o responsável pelo depósito dos trabalhos da pós-graduação ou do colegiado e marcar para participar de um treinamento com a equipe do repositório. A administração do RI entende que a coordenação da pós-graduação ou do colegiado é livre na escolha de uma das modalidades; porém, a recomendação é que os depósitos sejam feitos na modalidade autoarquivamento (pelos alunos e professores).

Quanto às dificuldades encontradas no processo de autoarquivamento por parte dos depositantes, Assis informa que os problemas mais reportados são relacionados a informações sobre os direitos autorais e a inexistência de formulários específicos para alguns tipos de trabalhos. O RI trabalha com dois tipos de formulários: um destinado para teses, dissertações e TCC e outro para todos os outros tipos de trabalhos. Ao ser consultado acerca de ações a serem desenvolvidas para ampliar o número de documentos disponibilizados no RI, acrescentou que o SIBI tem entrado em contato com os programas de pós-graduação para divulgar o repositório, através de envio de *e-mail* para a comunidade UFBA, e realizado palestras e treinamentos, além de provocar uma mudança na cultura institucional para autoarquivamento e maior disseminação e divulgação nas redes, como acrescenta a professora Lídia Brandão, superintendente do SIBI.

Atualmente, no RI da UFBA¹² estão disponíveis cerca 22.513 documentos, dentre as suas 43 comunidades, com uma média de 4.003 acessos por dia. Os tipos de documentos estão estabelecidos nas “Orientações para Uso do Repositório Institucional da UFBA”.¹² Há uma prevalência de teses, dissertações e artigos de

¹² Ver: <<https://repositorio.ufba.br/ri/about/about.jsp>>.

periódicos. A comunidade que apresenta o maior número de depósitos é a Faculdade de Medicina da Bahia (2.489), seguida do Instituto de Saúde Coletiva (1.544). Ainda é muito baixo o número de depósitos das comunidades da área de Artes – Escola de Belas Artes (218), Escola de Dança (159), Escola de Música (228) e Escola de Teatro (279). Quando o RI foi pensado para a UFBA, destacou-se “[...] a disponibilização não apenas de conteúdos textuais, mas de imagens, vídeos, sons, atendendo à especificidade de algumas áreas do conhecimento, como é o caso da área de Artes – Música, Dança, Artes Plásticas e Teatro.” (ROSA, 2011, p. 146). Na prática, esse tipo de disponibilização não vem ocorrendo.

4 POLÍTICAS DE MANDATO DE AUTOARQUIVAMENTO EM ACESSO ABERTO

Os RI têm sido uma valiosa via para a concretização do AA e para a disseminação da produção científica no mundo. Entretanto, para que os seus objetivos se cumpram, é imprescindível que a literatura científica publicada pelos canais legitimados pela comunicação científica seja depositada nesses sistemas.

O depósito de documentos digitais em repositório – realizado diretamente pelo autor ou seu representante através do autoarquivamento ou efetuado por intermédio da biblioteca, do gestor do repositório ou do gestor de uma coleção etc. (depósito mediado), mediante autorização prévia do autor– cumpre o que está preconizado pelo MAA. Essa política de depósito voluntário leva ao encorajamento dos pesquisadores a efetuarem o autoarquivamento de suas publicações em RI de AA (REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, 2009, p. 11).

Entretanto, para a consolidação de um repositório, são criadas as políticas de informação, que são um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras e regulamentos que orientam a produção, gestão, organização, disseminação, recuperação, uso e preservação da informação (ANDRYCHUCK, 2004 apud JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009). Segundo Hill (1995 apud JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009),

As políticas de informação são projetadas para responder às necessidades e regular as atividades dos indivíduos, indústria e comércio, de todos os tipos de instituições e organizações e governos nacionais, locais ou supranacionais. Devem regular a capacidade e a liberdade de adquirir, possuir e manter a própria informação, usá-la e transmiti-la.

Sendo assim, as instituições têm se dedicado à elaboração dessas políticas informacionais ou medidas legislativas que promovem e incentivam o povoamento dos RI a partir do autoarquivamento da produção intelectual revisada pelos pares. Isso se faz necessário, uma vez que, apesar do aumento significativo de iniciativas na última década, o volume de depósito ainda é muito ínfimo e não corresponde aos anseios do MAA.

Para tal, é necessária a existência de mandatos de depósito como política informacional de autoarquivamento, ou seja, instrumentos instituídos, através de medidas legais ou administrativas, que obrigam o autor vinculado à instituição ou que teve sua pesquisa financiada por recursos públicos a depositar uma cópia de sua pesquisa no repositório da instituição a qual está vinculado (HARNAD, 2008).

Swan (2008, p. 168 apud SILVA, 2014, p. 63) evidencia que “indícios mostram que somente políticas mandatárias funcionam bem” para o povoamento dos repositórios e corrobora, dizendo que:

Políticas que somente encorajam ou até mesmo solicitam aos autores para tornarem seus trabalhos em acesso aberto não obtém resultados em um nível considerável de conformidade, em parte por causa das preocupações sobre direitos autorais [...] (SWAN, 2008, p. 168 apud SILVA, 2014, p. 63).

Apesar dos mandatos de autoarquivamento em AA terem uma história de menos de dez anos, mais de três centenas de instituições, agências de financiamento e outros programas acadêmicos de todo o mundo implementaram políticas exigindo que os pesquisadores autoarquivem os resultados de suas pesquisas em repositório. Xia e outros (2012, p. 87) afirmam que:

Estudiosos discutiram a importância das políticas de mandato na promoção do Acesso Aberto à comunicação científica como uma resposta à lenta acumulação de itens em muitos repositórios institucionais. [...]. Argumentaram que uma política de mandato pelos financiadores ou instituições seriam capazes de aumentar a consciência da ampla informação dos estudiosos e melhorar o auto arquivamento de resultados de pesquisa.

A Universidade de Southampton foi pioneira na adoção de política de mandato de autoarquivamento, iniciando-o no Departamento de Eletrônica & Ciência da Computação, em janeiro de 2003 (GARGOURI et al., 2010; XIA et al., 2012). De acordo ainda com os estudos de Xia e colaboradores (2012), os países ocidentais, especialmente a França, Alemanha e Portugal, implementaram a maioria dos mandatos até o momento. Ainda segundo os autores, em pesquisa realizada com a compilação de 349 políticas de mandatos, tendo como faixa de análise os anos de 2003 a 2012, o período de maior implementação de mandatos de AA se circunscreve nos anos de 2009 e 2010.

Harnad (2008) já afirmava que os repositórios com mais sucesso no que diz respeito ao autoarquivamento de informações eram aqueles cujas instituições estabeleceram políticas mandatórias. Como exposto anteriormente, a implementação da obrigatoriedade do arquivamento da produção científica é o fator primordial para que as taxas de depósito sejam consideravelmente aumentadas, visto que, em instituições cuja participação dos autores depende exclusivamente do incentivo de políticas voluntárias, as taxas de depósito permanecem baixas.

A instituição deve, portanto, exigir o depósito imediatamente após a aceitação para publicação, sem atrasos ou exceções. Porém, caso o acesso ao conteúdo que foi depositado tenha de ser restringido, é fortemente recomendado aos autores que tornem seu conteúdo livremente disponível tão logo quanto possível.

Desse modo, as políticas de depósito mandatórias (*mandatory self-archiving*) ou mandatos (*mandates*) são aquelas que “[...] exigem que os pesquisadores coloquem suas publicações em acesso livre no repositório institucional” (REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL, 2009, p. 11). Essas políticas, fundamentais para o povoamento dos repositórios institucionais, “[...] geralmente têm como objeto a informação científica publicada formalmente” (LEITE et al., 2012, p. 9).

É importante frisar que há, portanto, diferentes modos de implementar o depósito mandatório, e a discussão a respeito do tema é longa. O que se deve esclarecer é que se trata de política institucional, no sentido em que cada uma dessas instituições – sejam universidades ou agências de fomento – define e adota o que for considerado mais conveniente ou eficaz. A expectativa é que a abordagem da Via Verde (*Green Road*) de Harnad torne-se o paradigma dominante nesse contexto e que, conseqüentemente, o acesso ao conhecimento resultante das pesquisas científicas seja, de fato, amplo e irrestrito, no sentido em que sejam removidas barreiras de preço e permissão.

Essa ação de depositar uma cópia do trabalho em um RI traz benefícios à instituição, uma vez que, por meio dela, é possível reunir em uma coleção os resultados das pesquisas de uma instituição, formando um registro digital acadêmico permanente (SWAN, 2014, p. 46).

Em todo o mundo, as universidades vêm estabelecendo políticas mandatórias para garantir o povoamento dos RI (GUÉDON, 2004; HARNAD, 2008). “Essas políticas mandatórias garantem a *obrigatoriedade* do depósito de toda produção científica de uma instituição, assim como respaldam possíveis *exceções desta obrigatoriedade*”. (NUNES; MARCONDES; WEITZEL, 2012, grifo nosso).

O Registro de Mandatos e Políticas de Repositório de Acesso Aberto (Roarmap) é um registro internacional pesquisável que traça o crescimento de mandatos e políticas de AA por universidades, instituições de pesquisa e financiadores de pesquisa que exigem ou solicitam aos seus pesquisadores que proporcionem AA, aos seus pares, produção de artigos de pesquisa, depositando-os em um repositório de AA.

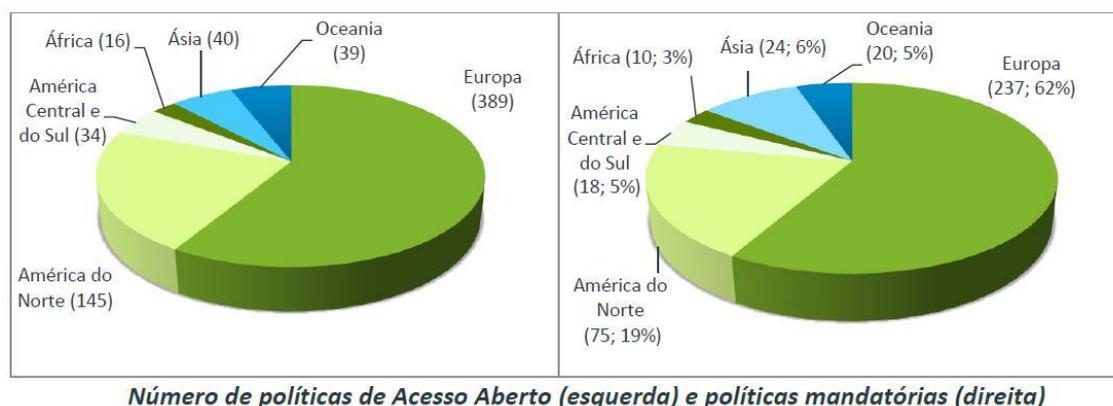
No âmbito do Projeto PASTEUR4OA,¹³ todos os aspetos de cada uma das políticas de AA existentes foram registados na base de dados do Roarmap. Era já sabido que apenas as políticas mandatórias fazem aumentar o número de conteúdos em AA acima do nível básico de depósito voluntário (cerca de 15%). O projeto analisou as políticas mandatórias em vigor de mais de 120 universidades de todo o mundo e avaliou a eficácia de cada política. A eficácia foi medida em termos da porcentagem de conteúdos disponíveis em AA de cada instituição, comparando com o número total de artigos publicados por ano dessas instituições.

A análise envolveu verificar como cada elemento da política afeta o seu sucesso. Isso foi conseguido através da análise de regressão, que permitiu obter dados sobre se existe uma correlação positiva entre eficácia e um elemento da política, e se essa correlação positiva é estatisticamente significativa, representando um forte nível de correlação.

No Gráfico 9, está representado o número de políticas de AA e políticas mandatórias por continente, apresentado no relatório do Projeto PASTEUR4OA 2015.

¹³ O PASTEUR4OA, Estratégias de Alinhamento de Políticas de Acesso Livre para Pesquisa da União Europeia, visa apoiar a recomendação da Comissão Europeia aos Estados Membros, de julho de 2012, de que eles desenvolvam e implementem políticas para garantir o AA a todos os resultados da pesquisa financiada publicamente.

Gráfico 9 – Crescimento do número de repositórios na base do OpenDoar localizados por continente no mundo inteiro



Fonte: Swan (2015).

A análise desse trabalho mostrou que os seguintes elementos de uma política são positivamente correlacionados com um resultado bem-sucedido:

- A política refere que os artigos de investigação devem ser depositados num RI (isto é, a política é mandatória);
- A política afirma que o depósito não pode ser dispensado; ou seja, quaisquer que sejam as condições do embargo, o artigo deve ser depositado no momento especificado na política;
- Se a política refere que o autor deve reter alguns direitos sobre o trabalho publicado, essa ação é mandatória e não pode ser dispensada;
- A política afirma que os itens depositados devem ser colocados em AA e, se existir um embargo, o AA deve ser assegurado imediatamente depois de concluído o período de embargo;
- A política liga o depósito dos artigos com a avaliação da investigação/desempenho da instituição, isto é, a política refere que os artigos que não são depositados conforme os requisitos da política não contam para a avaliação do desempenho ou para a avaliação da investigação.

Além disso, a política deve indicar que o depósito de artigos de investigação deve ser feito em AA, e isso não deve ser dispensado em hipótese alguma. O que mostra que são significativamente correlacionados com o resultado de altos níveis de AA e, claro, tornam a política mandatória (SWAN, 2015).

O outro elemento de uma política estatisticamente significativo é a ligação entre o depósito e a avaliação da investigação (avaliação do desempenho). Estes dois elementos estão associados significativamente com o sucesso.

Como modelo de política de AA, o projeto acrescenta que a política deve responder às necessidades dos autores. Ao mesmo tempo, deve requerer as ações essenciais para garantir o AA e incluir os elementos identificados como requisitos inegociáveis.

Recomenda que a política defina que o depósito deve ser feito no momento da aceitação para publicação de um artigo. Embora o depósito imediato após a aceitação possa parecer ir contra os requisitos de embargo do editor, na verdade, não o é. A ação de depósito é diferente da disponibilização em AA de um artigo, não podendo o editor impor sanções.

O objetivo é obter dos autores o depósito dos seus artigos assim que forem aceitos para publicação. Assim que o artigo for depositado, o autor não precisa preocupar-se com essa questão por mais tempo: se está sob o embargo de um editor, o *software* do repositório disponibiliza o artigo automaticamente e torna-o público no final do período de embargo.

Finalmente, a versão do artigo que a política deve especificar para depósito é a versão do autor, depois de revisto pelos pares e depois de feitas todas as alterações exigidas no processo de revisão.

No relatório de Swan (2015, grifo do autor), são sugeridos um modelo de política de AA e critérios a incluir:

- a. **Propósito:** esta política visa tornar o conhecimento produzido de uma instituição disponível a todos em benefício da investigação, em particular, e da sociedade, em geral.
- b. **Condições da política:** A política requer o seguinte:
- Todas as publicações com arbitragem por pares devem ser depositadas no RI [nome do repositório] no momento de aceitação para publicação;
 - A versão a ser depositada é a versão final do autor, com as mudanças exigidas pela arbitragem por pares;
 - O depósito deve ser feito independentemente de existir um embargo do editor ou um outro legítimo;
 - Razões para não disponibilizar a publicação em AA numa data futura;
 - Os artigos devem ser disponíveis em AA logo que possível ou depois do período de embargo terminar;
 - Todos os procedimentos de avaliação da instituição devem usar as listas de publicações do RI. Publicações não depositadas no momento de aceitação para publicação não devem ser consideradas.

Segundo o Swan (2015),

Uma política que inclui todos estes critérios e é devidamente implementada na instituição terá sucesso em reunir um grande volume de conteúdos em Acesso Aberto. O requisito para depósito e a insistência de que este passo não pode ser dispensado por nenhuma razão, assegura que os autores depositem o seu trabalho.

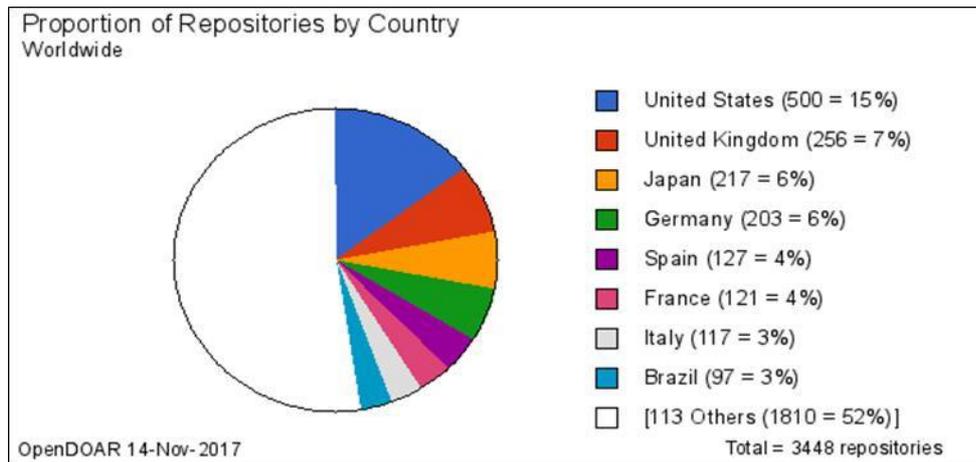
Os próprios autores podem estar certos de que, se existir uma boa razão para não disponibilizarem o seu trabalho em AA no momento do depósito – um requisito de embargo do editor ou razões éticas ou legais para que o trabalho não seja tornado público – então, o texto integral do registo pode manter-se fechado durante um período de embargo, ou mesmo para sempre, em casos extremamente raros, se existir tal razão legítima.

Finalizando, o relatório acrescenta que o número de políticas que seguem esse modelo está a crescer. A primeira foi a política da Universidade de Liège, na Bélgica. Outros que seguiram o exemplo incluem a Universidade do Minho, em Portugal; a Universidade de Turim, na Itália; a Universidade de Ghent, na Bélgica; a Universidade de Durham, no Reino Unido, e outros, incluindo um número de agências de financiamento de ciência nacionais e internacionais.

É importante ressaltar que o programa de financiamento da Comissão Europeia H2020 também segue esse modelo, o que significa que as instituições que seguem esse tipo de política estão alinhadas com o programa de financiamento europeu. Isso é importante, na medida em que os investigadores financiados pelo programa têm

uma agradável experiência se as políticas do financiador e da instituição têm requisitos correspondentes, tornando simples o cumprimento de ambas as políticas através de um conjunto de ações.

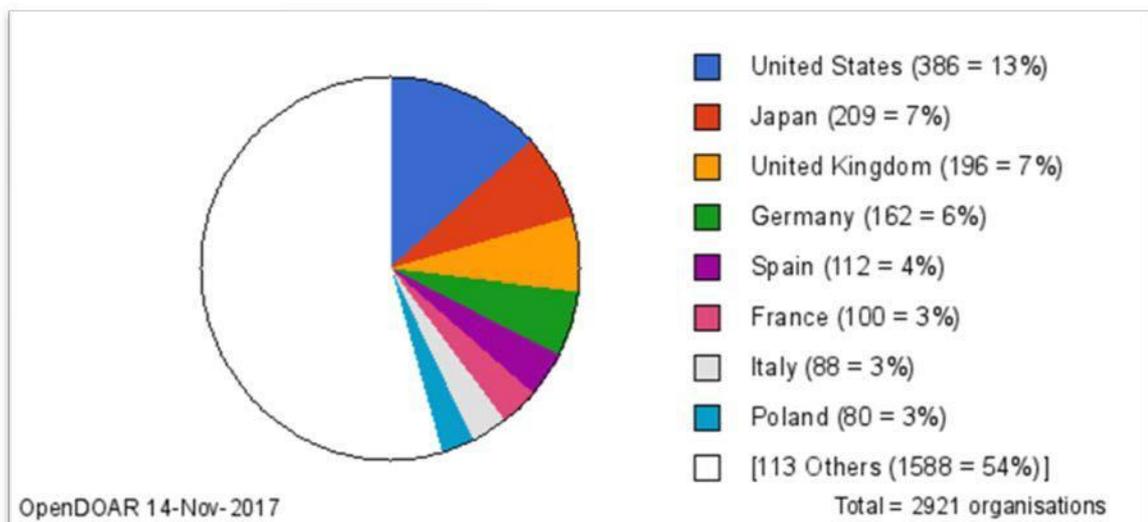
Gráfico 10 – Proporção de repositórios por país em todo o mundo



Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

No Gráfico 10, o Brasil, aparece com 97 repositórios, o que corresponde a 3% dos repositórios no mundo, segundo o *site* do OpenDOAR.

Gráfico 11 – Proporção de repositórios organizacionais por país em todo o mundo



Fonte: adaptado de OpenDOAR (2017).

O Gráfico 11 mostra o número de repositórios organizacionais por país em todo o mundo, onde os Estados Unidos aparece com 386 repositórios organizacionais (13%), seguido do Japão, com 209 (7%), Reino Unido, com 186 (7%), e Alemanha, 161 (6%). O Brasil não aparece nessa estatística.

Quadro 3 – Os 20 países com maior número de políticas AA

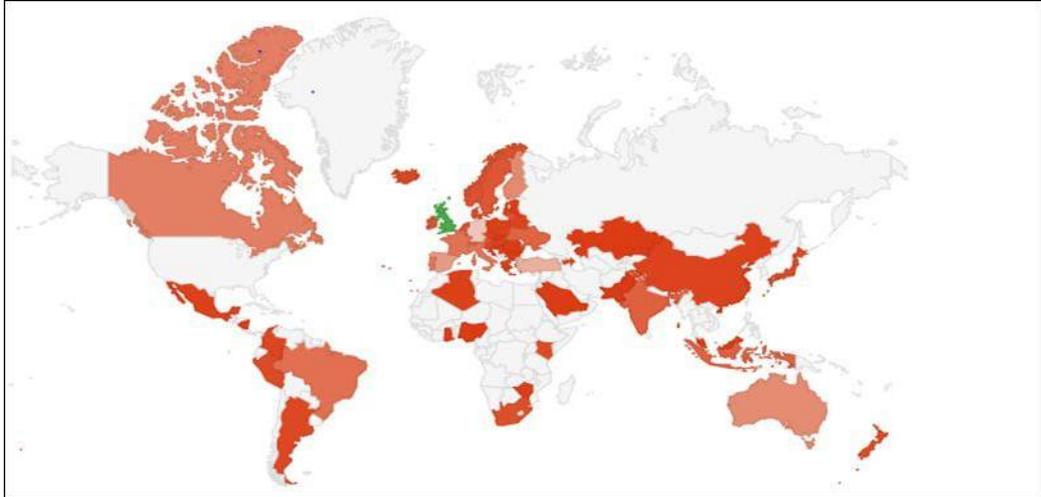
Ordem	PAÍS	Nº de Políticas
01	Estados Unidos	138
02	Reino Unido	120
03	Alemanha	57
04	Turquia	48
05	Espanha	39
06	Austrália	33
07	Finlândia	32
08	Canadá	28
09	Portugal	26
10	Itália	24
11	França	23
12	Brasil	22
13	Bélgica	20
14	Ucrânia	17
15	Índia	16
16	Indonésia	16
17	Suiça	13
18	Suécia	12
19	Noruega	10
20	Irlanda	10

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados Roarmap (2017).

No Quadro 3, o Brasil ocupa o 12º lugar entre os países que possuem maior número de políticas de AA no mundo, somando um total de 22 políticas de AA.

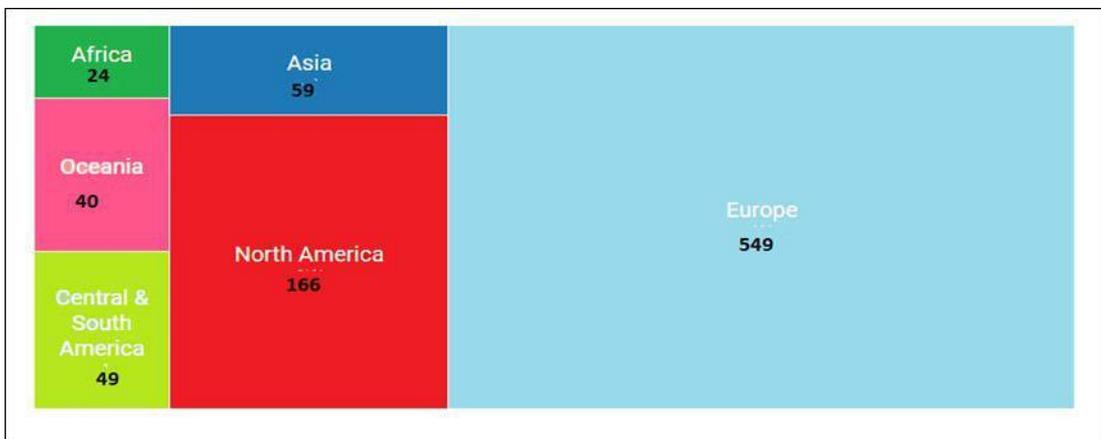
Na Figura 2, um gráfico dinâmico no Roarmap mostra uma atualização ao vivo das políticas de AA em todo o mundo.

Figura 2 – Políticas de Acesso Aberto em todo o mundo



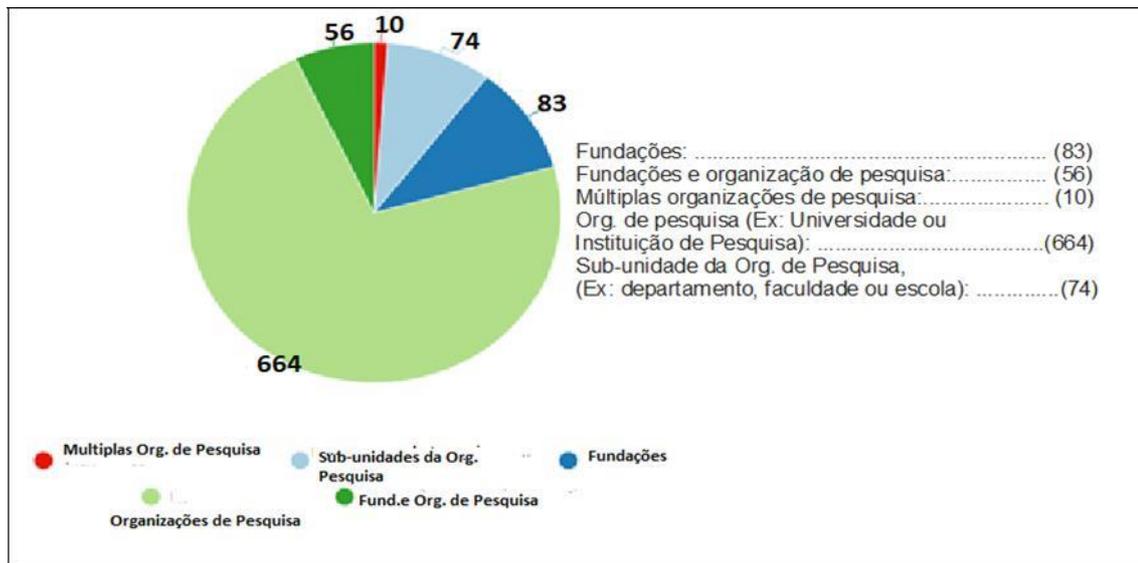
Fonte: elaborado pela autora com base no Roarmap (2017).

Figura 3 – Número de políticas de Acesso Aberto por continente em todo o mundo

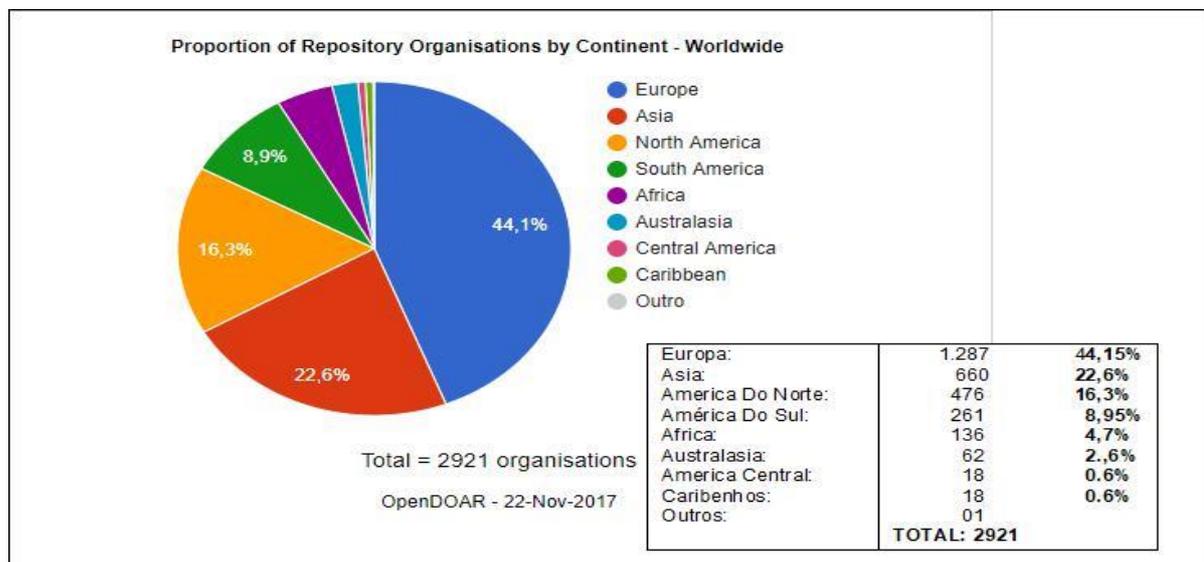


Fonte: elaborado pela autora com base no Roarmap (2017).

A Figura 3 identifica o número de adoção de políticas de AA por continente. No tocante à América do Sul, o número total de políticas de AA está assim distribuído: Brasil: 22; Argentina: 6; Bolívia: 1; Colômbia: 5; Peru: 7; e Venezuela: 4, totalizando em 45 políticas em toda o continente. O Brasil se destaca na América Latina enquanto a América Central, conta com apenas 4 políticas de AA.

Gráfico 12 – Número de mandatos totais (por tipo) em todo o mundo

Fonte: elaborado pela autora com base no Roarmap (2017).

Gráfico 13 – Proporção de Repositórios Institucionais e de pesquisa por continente no mundo inteiro

Fonte: elaborado pela autora com base no Roarmap (2017).

Observa-se que o continente europeu obtém o maior percentual de RI e de pesquisa, seguido do continente asiático e da América do Norte.

5 O FUTURO DO ACESSO ABERTO

Dez anos após o BOAI, a comunidade científica, por meio de um novo manifesto, renova seu compromisso com o MAA. O texto reafirma a confiança nos objetivos do movimento, em suas estratégias, princípios e em seus compromissos. Afirma que o AA está “bem estabelecido e em crescimento em todos os domínios” e que nada, após dez anos do movimento, tornou o AA menos necessário e oportuno (BOAI10, 2012).

Ao completar 15 anos, pesquisadores que estão à frente desse movimento publicaram carta à comunidade científica. Nesse documento, relembram que a Boai “lançou uma campanha mundial de acesso aberto”, que seria construída com o trabalho conjunto da comunidade científica, para alcançar “sucesso mais amplo, mais profundo e mais rápido.” (BOAI, 2017).

Gomes e Rosa (2010) afirmam que esse movimento foi o grande aliado nas mudanças no fluxo da comunicação científica, enquanto Björk e colaboradores (2014) mostraram que 82% das 148 instituições mais produtivas academicamente tinham pelo menos um RI para preservar e disseminar sua produção. É inegável que as ações avançaram e que o número de RI e de periódicos científicos de AA cresceu consideravelmente nesses 15 anos. Mas, no que diz respeito aos RI e seu papel como Via Verde do movimento, vários estudos mostram que, em grande parte, são sistemas pouco povoados.

Borrego (2017) apresentou um estudo no qual foram observadas as práticas dos pesquisadores das 13 principais universidades espanholas em relação à disponibilização de sua produção em AA. O autor teve como foco os RI dessas universidades e a rede social ResearchGate. Os resultados mostram que, em uma amostra de 1.031 artigos produzidos por pesquisadores das 13 universidades espanholas, cerca de 84% – ou seja, 917 artigos – não estavam disponíveis nos RI aos quais os pesquisadores eram afiliados. Desses 917 artigos, 775 foram publicados em periódicos que permitem alguma forma de depósito (*preprint* ou *posprint*). São os periódicos denominados *Green*, *Blue* e *Yellow Journals*, de acordo com suas políticas de arquivamento, seguindo o padrão de cores do Securing a Hybrid Environment for

Research Preservation and Access (Sherpa)/RoMEO.¹⁴ Por outro lado, 564 artigos da amostra foram recuperados em texto completo no ResearchGate, ou seja, 54,8% do total. Destes, 71 também estavam disponíveis em RI. O autor conclui que o espírito do AA está presente na mente e nas ações da comunidade científica, mas chama a atenção para o fato de que os pesquisadores, em número significativo, não escolhem os RI para depositar suas produções.

O Workshop on Alternative Open Access Publishing Models organizado pela Comissão Europeia em outubro de 2015 reuniu especialistas em comunicação científica em sua sede em Bruxelas para discutir o futuro do acesso aberto (AA). Posts anteriormente publicados neste blog relataram os objetivos do encontro bem como as abordagens institucionais e modelos de negócios potencialmente sustentáveis, tendo em vista o crescente número de mandatos de acesso aberto na União Europeia e no mundo, especialmente para resultados de pesquisa financiada com recursos públicos. (NASSI-CALÒ, 2016b)

Nesse *workshop*, foram apresentadas formas de viabilizar modelos de negócio de AA com probabilidade de ser sustentáveis e bem-sucedidas, segundo o informe de autoria de Adam Smith (NASSI-CALÒ, 2016b).

No que tange às **parcerias**,

A cooperação entre diferentes atores da publicação de acesso aberto, tais como acadêmicos, editores, bibliotecários e *publishers*, fortalece este modelo de negócios e contribui para debilitar os tradicionais sistemas de assinatura. Por exemplo, é comum às bibliotecas obterem melhores preços de assinaturas por meio de pacotes de vários periódicos de um determinado *publisher*. Entretanto, acordos de não divulgação que são obrigadas a assinar, proíbem as bibliotecas de compartilharem esta informação. Gerard Meijer, presidente da Radboud University (Holanda), conclama as instituições acadêmicas a se recusarem a assinar tais acordos daqui por diante uma vez que favorecem apenas os *publishers*.

A *Open Library of Humanities* (OLH) e a *Open Access Network* constituem modelos que enfrentam a obrigatoriedade de confidencialidade entre *publishers* e instituições. A OLH, como plataforma de publicação, incentiva a livre troca de informação e a colaboração entre bibliotecas. A *Open Access Network* também advoga o compartilhamento de informação, recursos e objetivos comuns.

O SciELO é o mais estabelecido entre os modelos discutidos no evento, segundo Adam Smith. Trata-se de uma parceria de 17 anos que aumenta a visibilidade dos resultados de pesquisa em acesso aberto por meio de sistemas compartilhados de publicação, indexação e disseminação. O informe ainda menciona que o SciELO está em vias de se tornar um

¹⁴As cores são utilizadas pelo Projeto Sherpa/RoMEO (<http://sherpa.ac.uk>) para descrever se um periódico adota somente o arquivamento de *preprints* (*yellow*), somente *posprints* (*blue*), ambas (*green*) ou nenhuma dessas possibilidades (*white*).

Publisher em larga escala e assim estimular a parceria entre os periódicos, fazendo frente ao modelo tradicional de publicação.

O acesso aberto na publicação científica tem como objetivo primordial a visibilidade dos resultados de pesquisa e sua ampla disponibilização a qualquer pessoa interessada, o que pode ser caracterizado como uma forma de 'abertura horizontal', termo usado por Adam Smith no relatório do *workshop* AlterOA.

Em contrapartida, 'abertura vertical' se refere a compartilhamento de dados. A disponibilização de dados de pesquisa em repositórios ou periódicos de acesso aberto (*open data*) vem ganhando força na comunidade acadêmica e outros setores da sociedade. Inúmeras iniciativas criadas nos últimos anos buscam incentivar esta prática, bem como resolver questões éticas e tecnológicas inerentes ao compartilhamento de dados. A utilização, reutilização, revisão, discussão e citação de dados de pesquisa levou a mudanças significativas na prática da publicação científica. Os dados de pesquisa complementam o artigo tradicional, porém não o substitui. No entanto, o periódico perde a exclusividade de relatar os resultados, o que ao longo do tempo, pode diminuir sua relevância. O compartilhamento de dados

é particularmente interessante para agências de fomento, pois aumentam a transparência da pesquisa e informa como os recursos estão sendo empregados. Repositórios de *preprints* como arXiv e BioRxiv podem ser considerados um exemplo de abertura vertical, uma vez que dividem com os periódicos a exclusividade da descoberta.

A iniciativa em desenvolvimento *Open Research Network*, ao criar alternativas não comerciais para a publicação e disseminação de resultados de pesquisa e preservação dos dados, é mais um exemplo de abertura vertical (NASSI-CALÔ, 2016, grifo do autor).

Em abril de 2016, a Confederação de Repositórios de Acesso Aberto (Coar) lançou o grupo de trabalho **Repositórios da Próxima Geração** com o objetivo de identificar novas funcionalidades e tecnologias para repositórios. O relatório publicado em novembro de 2017, apresenta os resultados do trabalho desse grupo, incluindo recomendações para a adoção de novas tecnologias, normas e protocolos que ajudarão os repositórios a se tornarem mais integrados no ambiente da *web* e lhes permitirão alargar o seu papel no ecossistema de comunicação acadêmica (RODRIGUES, 2017, grifo do autor).

O grupo de trabalho ora criado acredita que a rede globalmente distribuída de mais de 3 mil repositórios pode ser alavancada para criar um sistema de comunicação acadêmica e científica mais sustentável e inovador, ultrapassando os constrangimentos e limitações do sistema atual, que é dominado por um pequeno grupo de editores comerciais. "Coletivamente, os repositórios podem fornecer uma visão abrangente da investigação em todo o mundo e, simultaneamente, permitir que cada investigador e instituição participe na rede global de investigação científica e acadêmica." (RODRIGUES, 2017).

Segundo Rodrigues (2017), "[...] a criação de serviços adicionais, como métricas de uso padronizadas, comentários, revisão por pares e funcionalidades de redes sociais" oferecidos "[...] [por] uma rede global confiável de repositórios tem potencial para

viabilizar uma alternativa viável ao sistema atual, tornando-o mais centrado nos interesses da investigação” no sentido de “[...] (maximizar a disseminação, aumentar a eficiência e minimizar/otimizar os custos), aberto e favorável à inovação, dirigido e gerido pela comunidade acadêmica”.

Rodrigues (2017) complementa que o mais

[...] importante desta visão é que os repositórios fornecerão acesso a uma ampla variedade de resultados de investigação, criando condições para que uma maior diversidade de contribuições para o registo académico seja acessível e também formalmente reconhecida nos processos de avaliação da investigação. [...] A visão da COAR está alinhada com outras, como a apresentada no Future of Libraries Report do MIT, que estão a definir um novo papel para as bibliotecas no século XXI. Esse papel envolve uma mudança das bibliotecas focadas na aquisição e disponibilização de conteúdos para os seus utilizadores locais para bibliotecas que garantam a curadoria, valorização, disseminação e partilha com o resto do mundo dos resultados da investigação realizada pelas suas instituições e comunidades.

Os próximos passos da Coar, além de disseminar o relatório ora publicado, pretendem fomentar a rápida adoção das suas recomendações pelas principais plataformas de *software* para repositórios, além de promover a atualização das recomendações, criando condições e usando as ferramentas, alinhadas à plataforma do GitHub,¹⁵ que permitam o envolvimento permanente da comunidade (RODRIGUES, 2017).

Com a criação desse grupo dentro do Coar, pode-se renovar a esperança de que o AA terá mais impulso no sentido de ampliar o papel dos repositórios, no futuro bem próximo, quanto às novas ferramentas, que já estão acessíveis em redes sociais e que, até então, não era possível utilizá-los nos repositórios institucionais.

¹⁵“**GitHub** é uma plataforma de hospedagem de código-fonte com controle de versão usando o Git. Ele permite que programadores, utilitários ou qualquer usuário cadastrado na plataforma contribuam em projetos privados e/ou Open Source de qualquer lugar do mundo. **GitHub** é amplamente utilizado por programadores para divulgação de seus trabalhos ou para que outros programadores contribuam com o projeto, além de promover fácil comunicação através de recursos que relatam problemas ou mesclam repositórios remotos” (WIKIPÉDIA, 2017).

5.2 CUSTO DA PUBLICAÇÃO EM ACESSO ABERTO

Apesar da maioria das iniciativas em AA não ter fins lucrativos, AA é compatível com lucro. *Publishers* comerciais de AA como o PLoS e BioMed Central, no entanto, procuram favorecer parte dos autores com APC reduzidas e operar com margens de lucro bem menores do que a de grandes *publishers* multinacionais, como Elsevier, Springer e Wiley, da ordem de 30-40%. Para se opor a estas e seus lucros desmedidos, surgiram vários modelos de AA que preconizam lucro zero ou muito baixo e, por esse motivo, têm maior probabilidade de contar com o apoio da comunidade acadêmica.

Um representante desse modelo de negócio é a OLH, que acredita que não é necessário ter lucro para ser bem-sucedido no mercado editorial. Para a OLH e muitas outras, resultados de pesquisa são encarados como bem público e devem ser livremente acessíveis. A University College London Press compartilha essa ideia e emprega recursos públicos da instituição para financiar a publicação em AA sem o pagamento de APC para autores da University College London (UCL) e, por meio de uma pequena taxa, para autores de outras instituições. Na mesma linha, estão o Projeto Sponsored Consortium for Open Access Publishing (SCOAP3), liderado pelo Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire (CERN) ou Conselho Europeu para Pesquisa Nuclear, e o modelo *Pay What You Want* (PWYW),¹⁶ financiadores que buscam maximizar a visibilidade e o impacto dos recursos empregados e tendem a apoiar modelos de negócio de AA sem fins lucrativos. Por conseguinte, agências públicas de fomento em vários países tiveram um forte impacto no crescimento e fortalecimento do AA.

Os conselhos de pesquisa do Reino Unido e o Conselho de Financiamento do Ensino Superior da Inglaterra provocaram uma mudança radical na conduta da publicação acadêmica por meio de políticas que demandam o AA. Da mesma forma, a Comissão Europeia, mesmo antes de estabelecer as normas para o programa H2020,¹⁷ já

¹⁶A Universidade de Munique, na Alemanha, utiliza um sistema de preços de publicação em AA denominado "Pay what you want" (PWYW), no qual a decisão sobre o valor da APC a ser pago é dos autores.

¹⁷O H2020 é o maior programa de investigação e inovação da UE, com quase 80 milhões de euros de financiamento indisponível ao longo de sete anos (2014 a 2020).

reportava que a proporção de artigos de AA em 2011 passava dos 50%. O informe do AlterOA ainda destaca o SciELO como iniciativa que utiliza os recursos públicos para subsidiar a publicação em AA e caminha para se tornar um *Publisher* regional bem estabelecido, eficiente e influente.

A aparente contradição mencionada acima, de fato, não é um conflito. Ao tornar os resultados da pesquisa abertos, há um estímulo à inovação, para o benefício de todos. O monopólio dos *publishers* comerciais, entretanto, tende a diminuir com o avanço das tecnologias e a mudança de políticas em favor do AA.

Na medida em que o AA se fortalece, o papel de bibliotecas de instituições de ensino e pesquisa deixa de se limitar à decisão sobre assinatura de periódicos e provedores de informação e passa a ter maior participação e importância. A OLH é uma das iniciativas que empodera os bibliotecários a atuar como *publishers* colaboradores e a encontrar soluções alternativas frente ao aumento de preços de assinaturas e outras questões.

O AlterOA 2015 mostrou que a inovação em ideias e tecnologias é a força motriz que move o AA como modelo de negócios na publicação científica. A Comissão Europeia considera que ainda há muito a ser feito e enumera três etapas a seguir:

- Continuar a reunir pontos de vista e ideias de pesquisadores, financiadores, bibliotecários e usuários da pesquisa científica a serem discutidos em um próximo evento;
- Obter financiamento inicial para fomentar modelos alternativos de AA até que se tornem estabelecidos e sustentáveis;
- Aperfeiçoar o mandato de AA para H2020 para fomentar determinados modelos de negócio de AA e desencorajar outros que não sejam favoráveis.

A Comissão Europeia pretende o máximo de transparência e participação e incentiva as partes interessadas a expressar suas opiniões e ideias através da plataforma Digital4Science.¹⁸

5.3 NOVOS MODELOS PARA AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

A trajetória do AA vem se estabelecendo no decorrer do tempo, e isso se deve às políticas mandatórias estabelecidas pelas agências de fomento, instituições e governos em todo o mundo. Segundo Nassi-Calò (2016a, p. 1):

Hoje, estima-se que entre 35 a 60% dos artigos avaliados por pares – número que aumenta na razão de 2% ao ano – são publicados em acesso aberto, dependendo da plataforma onde se encontram indexados. Este percentual considera apenas a Via Dourada (periódicos exclusivamente AA); repositórios de postprints (Via Verde), e mais recentemente, repositórios de preprints se somam aos periódicos, fazendo com que grande parte da ciência se torne disponível não apenas à academia, mas a todos os setores da sociedade. Existe ainda outro modelo, os periódicos híbridos, publicações por assinatura que, por opção do autor e pagamento de uma taxa, disponibilizam os artigos em AA. São evidentes e inegáveis os benefícios da equidade no acesso à informação científica e técnica – não apenas nos países em desenvolvimento – por contribuir para a educação, atualização profissional e para o crescimento tecnológico e econômico das nações.

No artigo “Desafios da sustentabilidade do modelo de acesso aberto: periódicos em saúde do Brasil”, Nassi-Calò (2016b), enfatiza que

Subbiah Arunachalam, histórico defensor do movimento AA, salienta o papel do SciELO na região afirmando que ‘com estes esforços, a América Latina se tornou um modelo acessível de publicação de periódicos em AA’ e acredita que quando a Índia e a China adotarem este modelo ‘haverá um grande impacto em tornar a ciência aberta, não apenas nestas regiões, mas em todo o mundo’.

Fica claro em toda a trajetória para o AA que, apesar de algumas conquistas já estabelecidas, há uma necessidade de dar continuidade a esse movimento, pois quanto mais benefícios se alcança, mais a ciência pode oferecer, em parceria com a tecnologia e os atores envolvidos nesse contexto, viabilizando, assim, um futuro melhor, cujos benefícios alcancem globalmente toda a humanidade.

¹⁸É uma empresa de tecnologia com sede em Londres, Reino Unido, que se concentra em investimentos estratégicos em empresas iniciantes que apoiam o ciclo de vida da pesquisa.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Os procedimentos utilizados para descrever os passos, processos e técnicas para alcançar os objetivos definidos e obter as informações e os resultados na preparação da pesquisa é a metodologia. Para a elaboração da fundamentação teórica deste trabalho, recorreu-se à pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, teses e dissertações, tanto no suporte físico tradicional quanto em suporte digital. Utilizou-se bases de dados, como Scielo Livro, Redalyc, E-lis e RI de diversas instituições para o levantamento da bibliografia pertinente. A consulta efetuada para o levantamento teórico expandiu-se para publicações oficiais, jornais eletrônicos e páginas da internet que contêm registros estatísticos relevantes para subsidiar os estudos sobre o tema abordado. Esta pesquisa que se insere na linha de pesquisa III, “Gestão, Formação e Universidade”, e caracteriza-se como descritiva e quantitativa. Acerca do conceito de pesquisa descritiva, Gil (2002, p. 42) afirma que:

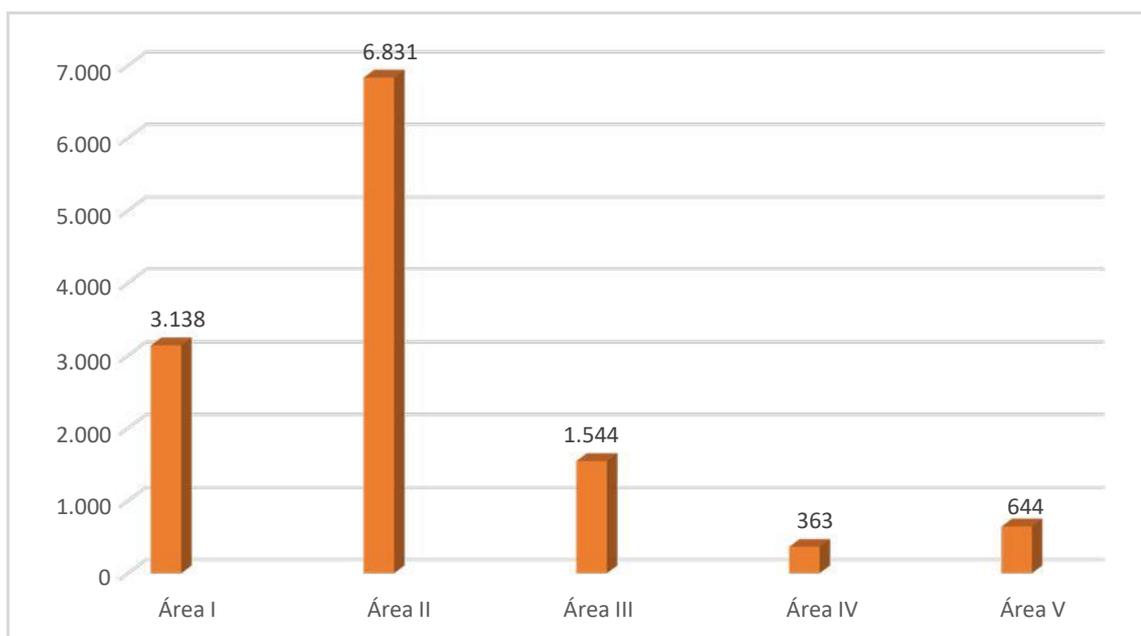
As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

O objeto da pesquisa é o RI da UFBA, local de disponibilização da produção científica da universidade, acessado universalmente, possibilitando a interação entre universidade e sociedade. Foram analisadas as práticas de disponibilização da produção científica da instituição. Configura-se como um estudo de caso, de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, e utilizou-se a estratégia de observação direta. Segundo Gil (2010), esse tipo de observação, como técnica de coleta de dados, tem como vantagem a percepção dos fatos de forma direta, sem qualquer intermediação, como foi o caso da observação realizada com o objeto da pesquisa o RI da UFBA e os demais RI selecionados.

Aplicou-se um instrumento de coleta de dados com os sujeitos que compõem o universo da pesquisa. Deste universo, fazem parte 53 pesquisadores da UFBA bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) das Áreas II (Ciências da Saúde), IV (Letras) e V (Artes) do

conhecimento, áreas estas que apresentam maior número de documentos (artigos científicos, teses, dissertações, comunicações em congresso, livro e capítulo de livro) disponibilizados – no caso a área II – e menor número – as áreas IV e V –, conforme o Gráfico 14, abaixo:

Gráfico 14 – Acervo das cinco áreas no Repositório Institucional da UFBA



Fonte: adaptado do RI da UFBA.

Conforme comprovado através do Gráfico 14, a Área II configura maior número de depósitos, enquanto as Áreas IV e V configuram menor número de depósitos.

A abordagem quantitativa apresenta como característica a análise numérica dos dados coletados por meio de procedimentos estatísticos, representados graficamente em tabelas e ilustrações. O universo do estudo é o RI da UFBA e, para a análise da política institucional adotada para o RI, foram selecionados cinco repositórios de instituições brasileiras (escolhidos, um por região: Sul – UFSC; Sudeste – Arca Fiocruz; Norte – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa); Nordeste – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e Centro-Oeste – UnB. Foi encaminhado um questionário estruturado por *e-mail*, após contato telefônico, para os gestores dos Ri selecionados.

6.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como foi dito anteriormente, aplicou-se um instrumento de coleta de dados (Apêndice E), um questionário estruturado com 12 perguntas, sendo 1 aberta e 11 fechadas – técnica denominada “Survey”. Essa é uma das ferramentas disponíveis para pesquisadores sociais, bem como para outros campos de pesquisa, com longo histórico de desenvolvimento e aplicação. Envolve a coleta e a quantificação de dados, os quais se tornam fontes permanentes de informação. Essa técnica é de grande utilidade em função de sua ampla aplicabilidade. Utilizou-se a ferramenta de questionário *on-line* Survey Money para a coleta.

Segundo Babbie (2005), são três os objetivos gerais que definem o interesse de utilizar essa técnica de pesquisa: descrição, explicação e exploração – este último significando o mecanismo de busca quando se investiga algum tema. Trata-se de um procedimento útil, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas (SANTOS, 1999). A pesquisa com Survey pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa (FONSECA, 2002). Nesse tipo de pesquisa, o respondente não é identificável; portanto, o sigilo é garantido.

7 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa-quantitativa. Por fim, foi realizada a análise dos dados para a conclusão dos trabalhos, na qual serão feitas as considerações finais e recomendações necessárias.

Malhotra (2006, p. 154) diz que a “pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma da análise estatística”.

Gonçalves e Meirelles (2004) afirmam que, na pesquisa qualitativa, os dados são de caráter interpretativo; na quantitativa, têm elemento na linguagem matemática em sua demonstração e tratamento.

Algumas dificuldades foram identificadas no decorrer da fase de consulta dos cinco repositórios analisados concernentes: à política institucional; ao que contém no portal; às orientações de uso; aos tipos de documentos encontrados; ao sistema de busca. Destacam-se as seguintes questões principais:

- O endereço do repositório do Inpa apresentou falha no carregamento da página e não foi possível ter acesso ao seu conteúdo nas primeiras tentativas, o que se tornou possível após algumas semanas, quando foi contatada a equipe responsável pela manutenção do *site*;
- No repositório do Inpa, não foram encontrados política institucional, tutorial para submissão no repositório e manual de ajuda, instruindo como depositar na sua página.

Dos cinco repositórios analisados na amostra, apenas o Inpa não dispunha das informações solicitadas pela análise.

Formam aplicados dois questionários para os gestores desses repositórios: um em agosto de 2016, para saber como aconteceu a implantação do RI e políticas adotadas, e outro em agosto de 2017, para saber se houve alguma mudança nas informações coletadas no questionário de 2016.

Da primeira consulta realizada, em agosto 2016, com os gestores, via *e-mail*, a partir da análise das respostas recebidas, chegou-se a algumas conclusões. Dos cinco RI observados, apenas o Arca, da Fiocruz, tem uma política de autoarquivamento explícita, reforçando o que já é um princípio de um RI. A adoção de uma política explícita reforça a atitude que o pesquisador deve ter para com a sua produção. Das cinco, apenas essa instituição apresenta uma política que aponta para tal procedimento. Os demais têm como políticas de autoarquivamento denominações, que não induzem ao autoarquivamento e são nomeadas como: institucionais, de informação ou de AA. Dos cinco repositórios analisados, apenas um apresenta políticas visíveis na página inicial de seus sistemas e apenas um apresenta política de mandato de autoarquivamento. Não foi identificada nenhuma forma de sanção expressa na política quanto a não realização do processo de autoarquivamento. Desse modo, determinam um prazo para o depósito do documento no sistema, porém não determinam nenhuma penalidade quanto à não realização. Sobre os materiais de apoio disponíveis para o autor para a realização do depósito, foi observado que as instituições que têm a sua política de autoarquivamento estabelecida disponibilizam materiais didáticos aos autores, tais como vídeos-tutoriais, guias com passo a passo para a realização do depósito, disponíveis para *downloads*, e páginas de perguntas e respostas mais frequentes.

Quanto ao tipo de documentos disponível, há uma semelhança entre os cinco RI, prevalecendo: teses, dissertações, artigos científicos, livros, capítulos de livros, dentre outros.

Fazendo uma análise do RI da UFBA e comparando com os demais selecionados, observa-se que tanto o da UFBA como os demais utilizam o DSpace como *software* livre. O DSpace foi desenvolvido no ano de 2002 pela biblioteca do Massachusetts Institute of Technology - MIT em parceria com a HP (Hewlett Packard) – nos Estados Unidos. O software preserva e permite acesso fácil e aberto a todos os tipos de conteúdo digital, incluindo texto, imagens, imagens em movimento e conjuntos de dados. DSpace utiliza o Dublin Core qualificado como padrão de metadados. É aceito e adotado por grande parte das IES e de pesquisa do mundo sobretudo por suas características técnicas que permite a interoperabilidade.

Quanto à análise da página principal de acesso aos RI, embora não fosse objetivo principal deste estudo, verificaram-se itens relacionados à arquitetura dos *sites*, observou-se que não há uma lógica de “navegação” –há informações disponíveis em vários locais, quase sempre sem uma indicação clara para o usuário do quê e onde acessar, ou seja, o *site* não privilegia o ponto de vista do usuário. O *design* influencia nas soluções estéticas e, certamente, na visualização e acesso por parte do usuário. Quanto a orientações de uso, apenas o Arca, da Fiocruz, faz essa orientação de maneira mais detalhada, embora todos eles possuam manuais de orientações de uso, tutoriais e autoajuda. Quanto ao sistema de busca nos sites dos RI, não existe um direcionamento muito claro. Às vezes, é necessário navegar um pouco para saber onde encontrar essa informação. Quanto ao sistema de busca, todos funcionam da mesma forma. A busca pode ser realizada pelas coleções, títulos, data de documentos. Pode-se destacar, no RI da UFBA, a publicação semanal do Alerta, veiculado pelo Núcleo de Disseminação do Conhecimento (NDC), que se destina a divulgar a produção acadêmica da UFBA registrada no seu repositório.

Um ano depois, em agosto de 2017, enviou-se um novo questionário para os mesmos repositórios das 5 regiões e obtiveram-se os resultados que se seguem.

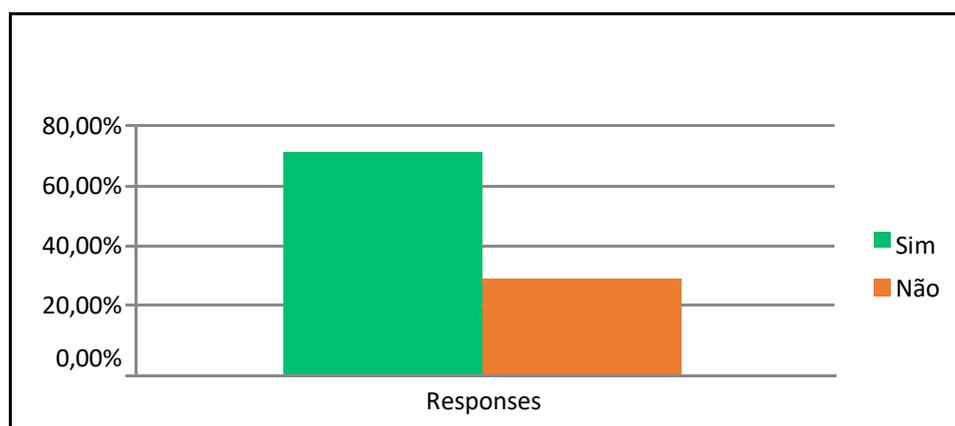
Não houve um crescimento considerável no autoarquivamento, nem implementação de medidas para que isso ocorresse. As políticas vigentes também não foram modificadas, apenas um dos repositórios (UFSC) respondeu que há um crescimento constante no autoarquivamento e que está em curso uma portaria para deixar como obrigatório o depósito dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), pois, atualmente, é opcional. Não houve, desse modo, alteração significativa no quadro apresentado em agosto de 2016.

Quanto ao questionário Survey para os docentes pesquisadores da UFBA que são bolsistas do CNPq, algumas dificuldades foram enfrentadas no decorrer de oito meses. Inicialmente, realizou-se a primeira abordagem através de *e-mail* (Apêndice C). Em função do baixo índice de retorno, foi necessário buscar um contato direto com os pesquisadores, pessoalmente e através de telefone, no sentido de solicitar a colaboração dos cientistas para responderem o questionário *on-line*. Alguns estavam fora do país, outros envolvidos em trabalhos de campo para finalizar relatórios de

pesquisa, mas, finalmente, conseguiu-se um retorno de 58,49% do universo da pesquisa.

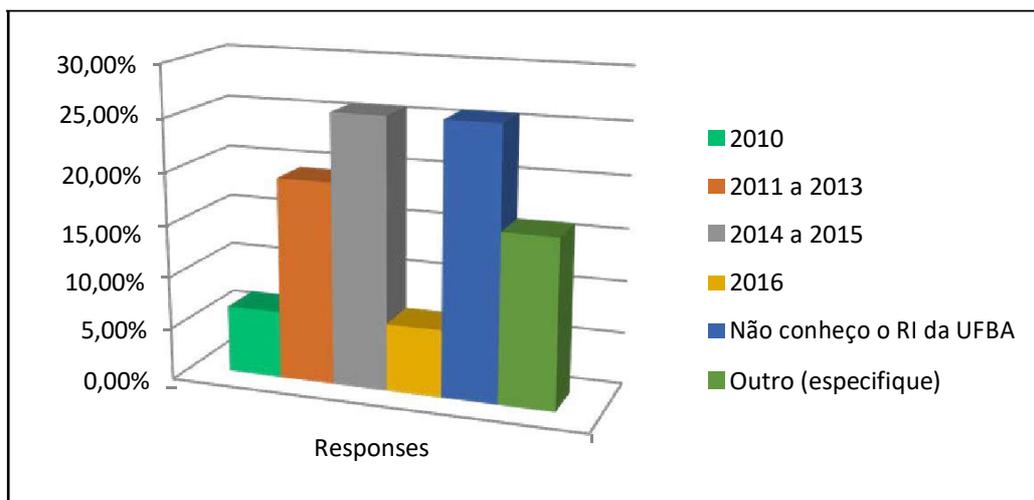
Conforme mencionado no item “6.1 Instrumentos para coleta de dados”, foram elaboradas 12 questões, 11 estruturadas e 1 aberta, para os docentes pesquisadores.

Gráfico 15 – Conhecimento do Repositório da UFBA pelos docentes pesquisadores.



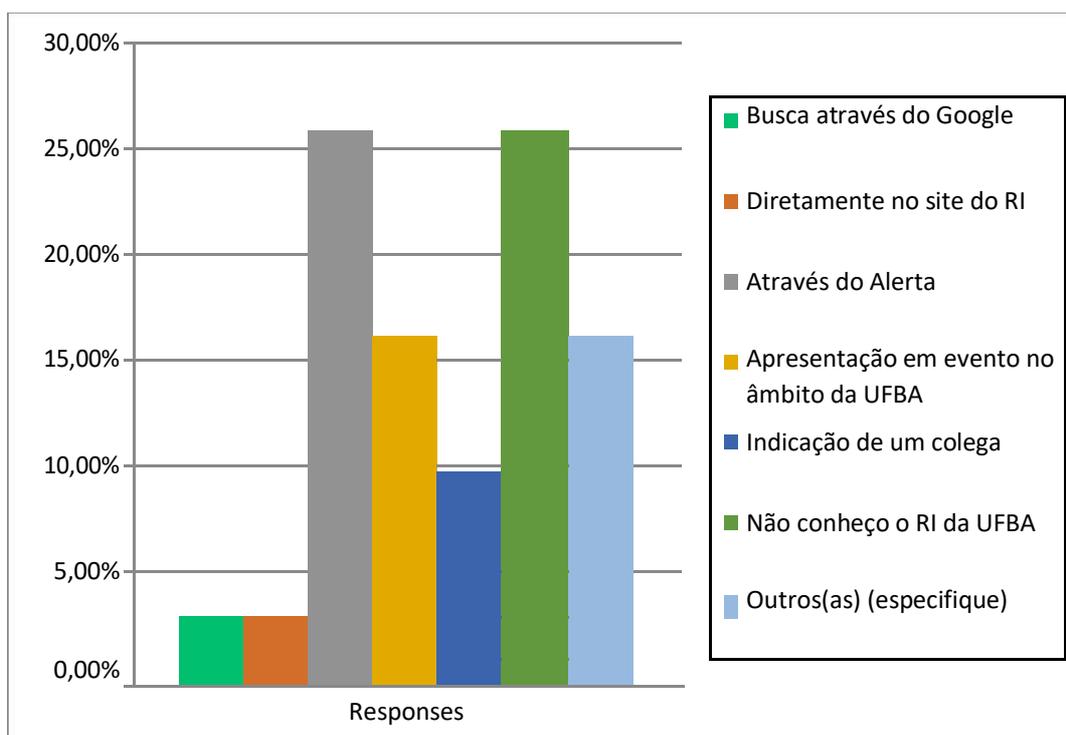
Fonte: elaborado pela autora.

A primeira pergunta diz respeito ao conhecimento que os docentes pesquisadores têm do RI da UFBA. Do universo da pesquisa, 70,97% responderam que sim, enquanto 29,03% responderam que não, o que mostra que a maioria dos pesquisadores tem conhecimento da existência do repositório. Uma vez que um dos objetivos específicos deste trabalho é indicar percursos que possam contribuir para a melhoria da atual política adotada pela UFBA, justificada pela baixa adesão ao autoarquivamento, e tendo em vista que um repositório tem como funções armazenar, preservar e difundir o conhecimento, esse conhecimento traz como resultados a vantagem competitiva para o docente e, conseqüentemente, a visibilidade para a instituição.

Gráfico 16 – Período em que os docentes pesquisadores tomaram conhecimento do RI da UFBA

Fonte: elaborado pela autora.

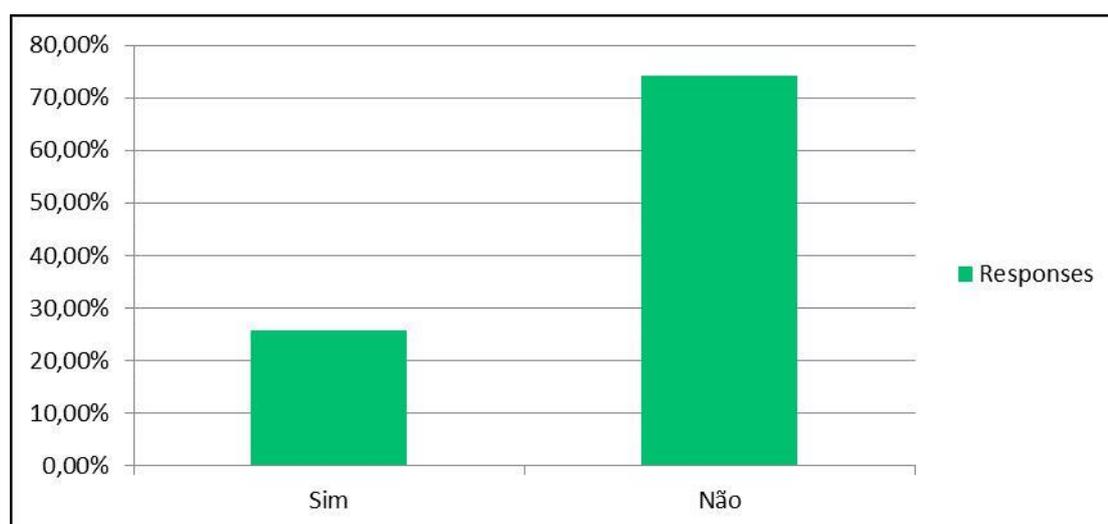
Como demonstra o Gráfico 16, em 2010, ano de criação do RI da UFBA, um número muito baixo de docentes, cerca de 6,45%, sabia da existência do repositório. Já no período entre 2014 e 2015, há um crescimento em torno 25,81%; no entanto, esse mesmo percentual equivale aos docentes que dizem ainda não conhecer o RI.

Gráfico 17 – De que modo tomou conhecimento do RI da UFBA

Fonte: elaborado pela autora.

Ao serem questionados de que modo tomaram conhecimento do repositório, 25,81% apontam para o Alerta como meio através do qual estabeleceu esse conhecimento. Esse é o mesmo percentual de quem afirma não conhecer o repositório. Apenas 3,23% atribuem ao Google ou diretamente no RI esse contato. Os demais percentuais indicam: apresentação em evento no âmbito da UFBA, 16,13%; indicação de um colega, 9,68%; outros meios, 16,13%. Com os resultados obtidos, podemos destacar a importância do Alerta na divulgação do conteúdo do RI. É preocupante, no entanto, que o mesmo percentual desconheça repositório. No caso do Alerta, ele é enviado por lista a todos da UFBA, ou seja, supostamente, chega ao *e-mail* UFBA de todos os pesquisadores/professores. Talvez alguns recebam e desprezem, ou mesmo, por motivo desconhecido, não recebam de fato.

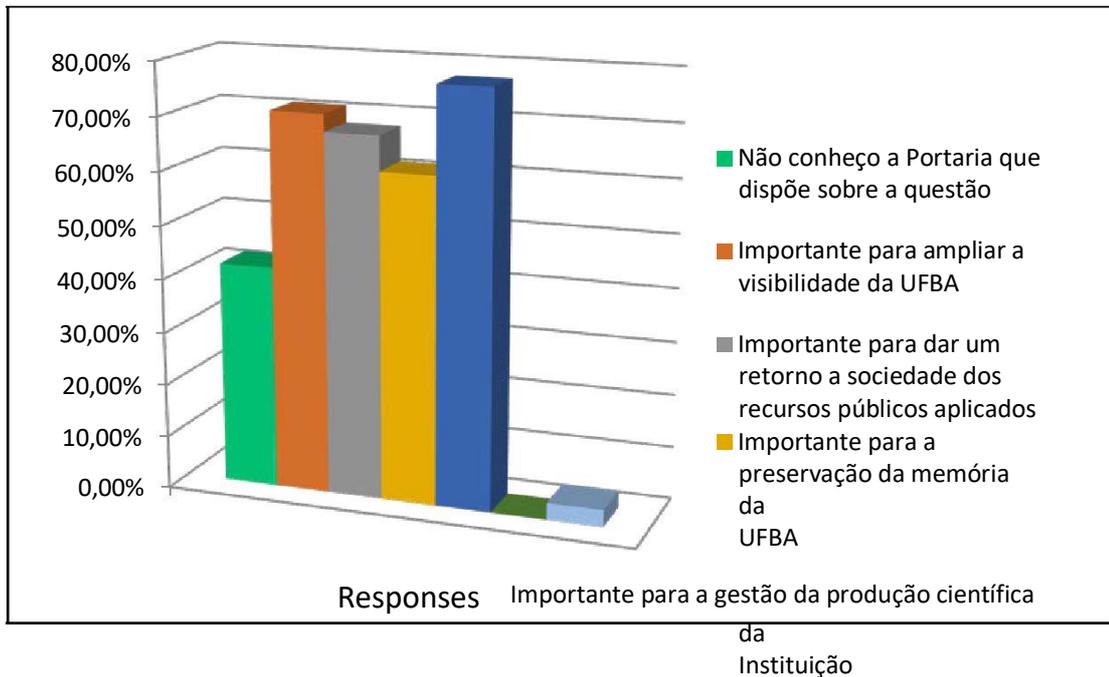
Gráfico 18 – Conhecimento da Portaria nº 024/2010 de 7 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a disseminação da produção científica da universidade



Fonte: elaborado pela autora.

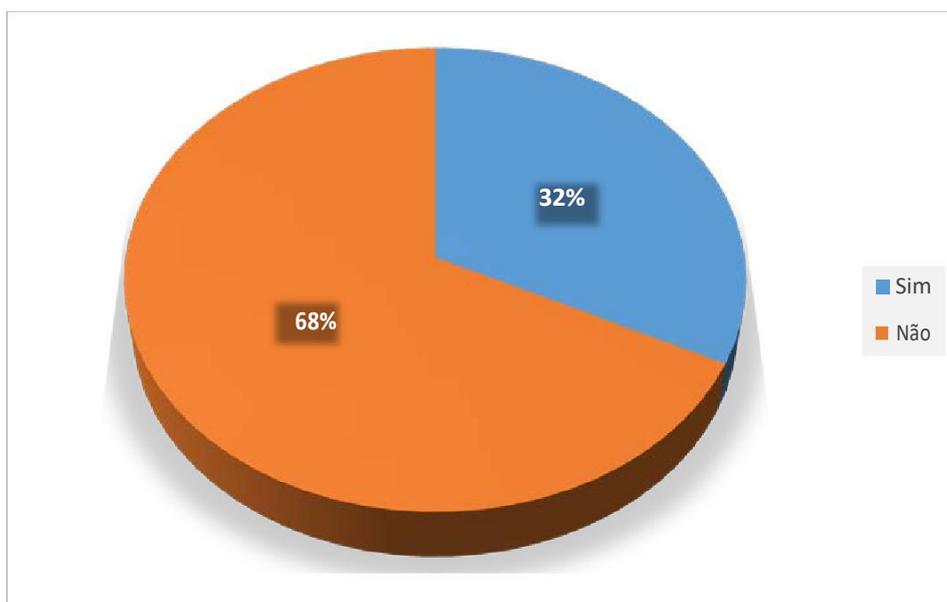
O Gráfico 18 apresenta os resultados referentes ao conhecimento da Portaria nº 024/2010, que dispõe sobre a disseminação da produção científica da universidade. Apenas 25,81% afirmam conhecê-la, enquanto a maioria (74,19%) a desconhece. Os resultados apontam que a divulgação da referida Portaria não ocorre de forma satisfatória.

Gráfico 19 – Posicionamento com relação à adoção de uma política de disseminação da produção científica da UFBA



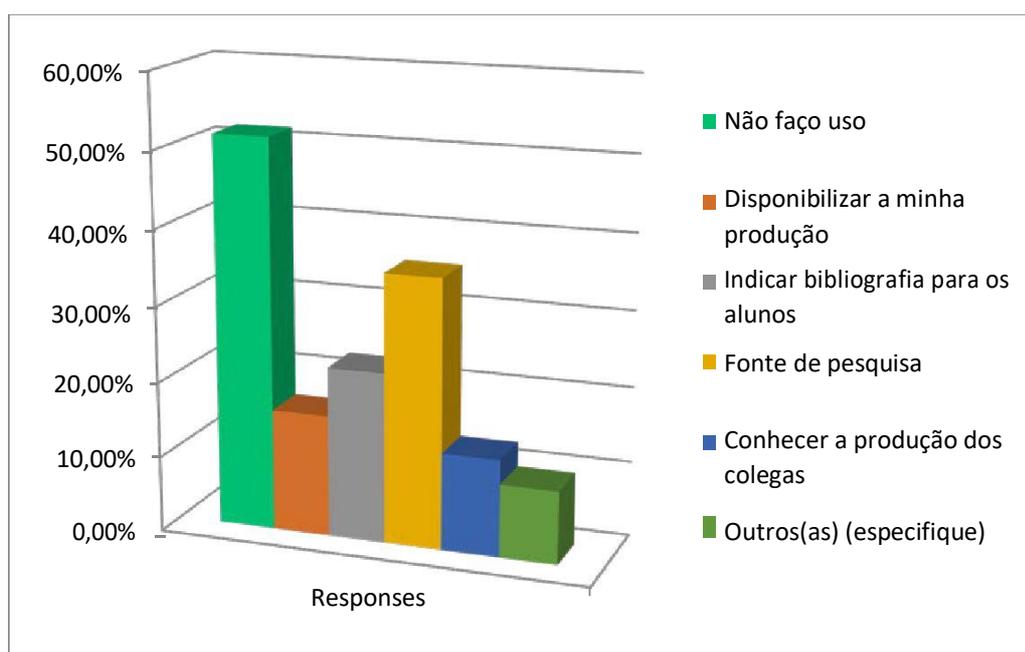
Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 19 resulta de uma questão com opção de múltiplas respostas. Pode-se verificar que há um percentual expressivo de docentes que conhecendo ou não a política de disseminação da produção científica na UFBA, que acha: importante para ampliar a visibilidade da UFBA (70,97%); importante para dar retorno a sociedade dos recursos públicos aplicados (67,74%); importante para a preservação da memória da UFBA (61,29%); importante para a gestão da produção científica da instituição (77,42%). Essa questão está dentro do objetivo geral do nosso trabalho: analisar a política vigente e as práticas adotadas para disponibilização da produção científica no RI, tomando como objetivos específicos analisar a atual política de AA, estudar os resultados alcançados pelo RI desde sua criação, identificar e selecionar políticas de AA de instituições similares brasileiras, através de seus repositórios, que possam contribuir para a melhoria das políticas atuais adotadas pela UFBA, justificada pela baixa adesão ao autoarquivamento. Segundo Hill (1995, p. 279 apud JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009), as políticas de informação são projetadas para responder às necessidades e regular as atividades dos indivíduos, indústria e comércio, de todos os tipos de instituições e organizações e governos nacionais, locais ou supranacionais. Devem regular a capacidade e a liberdade de adquirir, possuir e manter a própria informação, usá-la e transmiti-la.

Gráfico 20 – Disponibilização da produção docente no RI da UFBA

Fonte: elaborado pela autora.

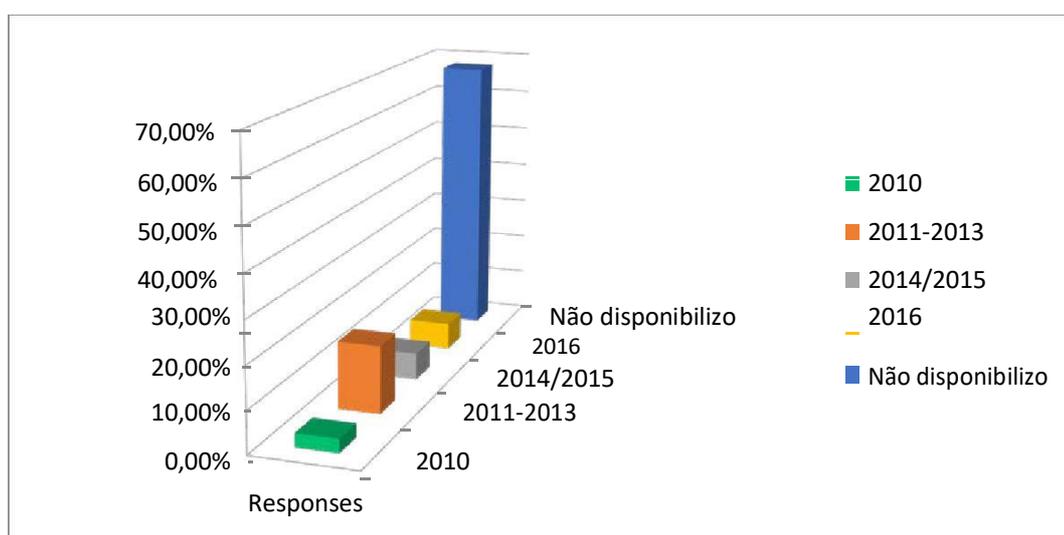
O Gráfico 20 evidencia o que foi demonstrado no Gráfico 15 (29,03%) desconhecem o RI da UFBA consequentemente uma minoria (32,26%) disponibiliza sua produção. Essa pesquisa tem justamente em um dos seus objetivos específicos, verificar a baixa adesão ao autoarquivamento.

Gráfico 21 – De que modo o docente pesquisador usa o RI da UFBA

Fonte: elaborado pela autora.

Para essa questão demonstrada no Gráfico 21, teve-se a opção de mais de uma resposta, e o percentual de docentes que não usam o RI foi de 51,61%; 16,23% disponibilizam sua produção; 22,58% usam o RI para indicar bibliografia aos alunos; 22,58% usam como fonte de pesquisa; e 12,90% usam para conhecer a produção dos colegas. De acordo com Swan (2015), o autoarquivamento não é uma alternativa para publicação em periódicos científicos, mas uma atividade complementar em que o autor publica o seu artigo em qualquer periódico e depois autoarquiva uma cópia em um repositório. Embora o autoarquivamento seja recomendado na Via Verde, ainda não é uma prática comum entre os pesquisadores na atualidade. Conseqüentemente, poucos indicam o RI para seus alunos.

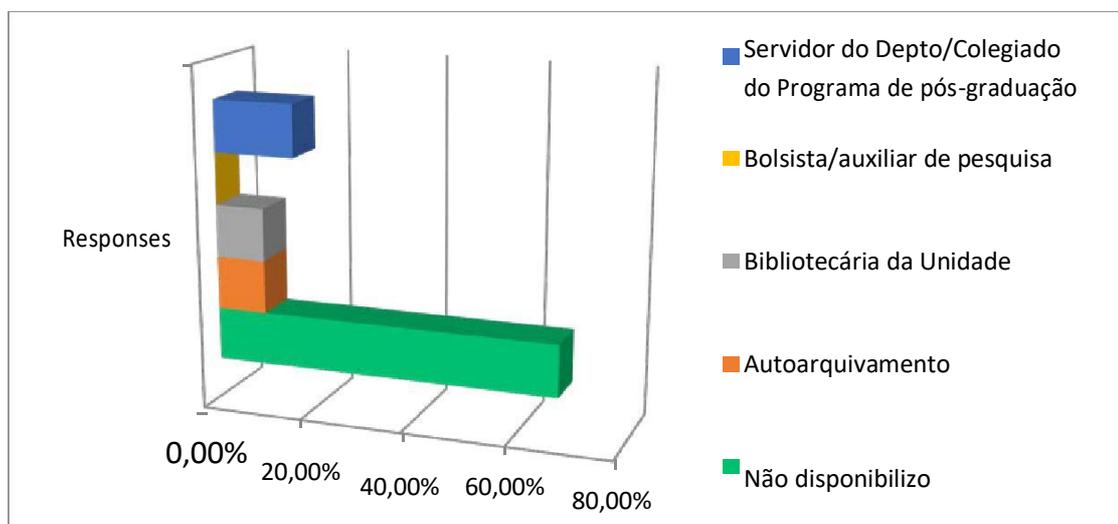
Gráfico 22 – Período em que passou a disponibilizar a produção no RI



Fonte: elaborado pela autora.

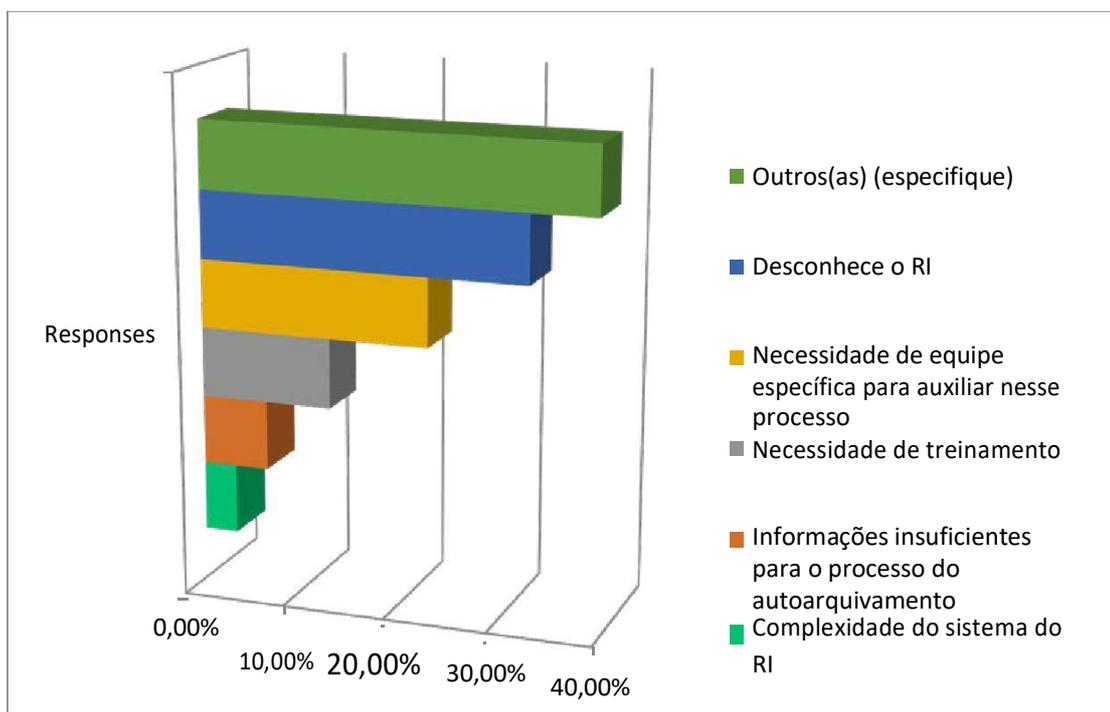
Conforme o Gráfico 22, foi perguntado aos docentes pesquisadores a partir de quando eles passaram a disponibilizar a produção no RI. Analisando o gráfico, verifica-se que, no período de 2011 a 2013, houve um aumento considerável de disponibilização de produção docente no RI (16,13%). Entretanto, no período de 2014 a 2015, esse índice caiu para 6,45% e permanece até 2016. Quanto aos que não disponibilizam, o índice chega a 77,74%. Pode-se observar que há sempre uma tendência ao baixo autoarquivamento.

Gráfico 23 – De que modo ocorre a disponibilização da produção docente no RI da UFBA



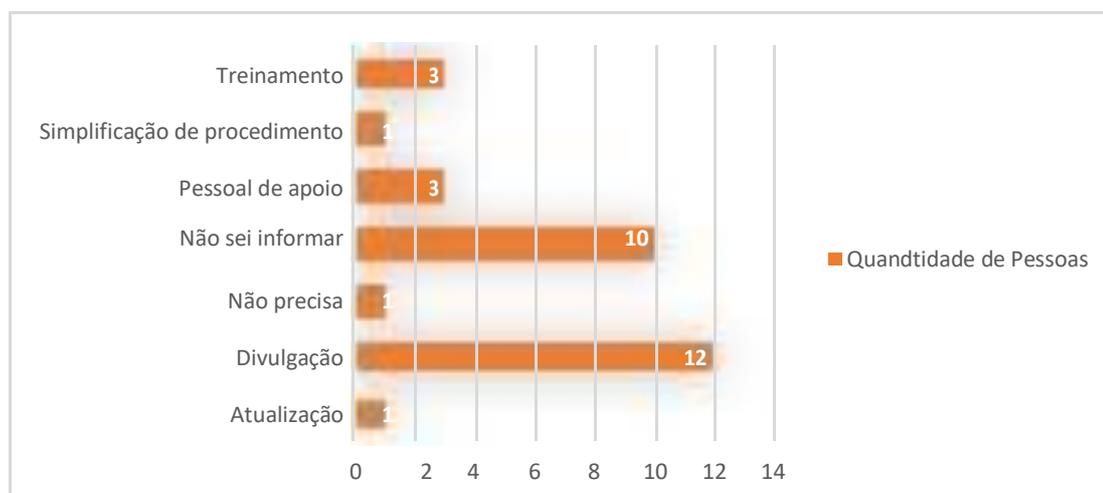
Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 23 apresenta os resultados sobre de que modo ocorre a disponibilização da produção do docente no RI, questão que possibilitou marcar mais de uma resposta. Constatou-se que 67,74% dos docentes pesquisadores não disponibilizam sua produção no RI; 9,68% fazem autoarquivamento ou este é efeito por bibliotecários da unidade acadêmica; e 16,13% têm a disponibilização é realizada por servidores do departamento ou colegiado do programa de pós-graduação. Pode-se observar que, mesmo com bibliotecários e servidores fazendo o arquivamento, ainda assim, a taxa de adesão ao RI é baixa.

Gráfico 24 – Dificuldades encontradas para proceder ao autoarquivamento

Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 24 mostra mais uma questão com opção de marcar mais de uma resposta. A pergunta foi sobre qual a dificuldade encontrada para proceder ao autoarquivamento. As respostas indicam: 3,23% consideram o sistema complexo; 6,45% consideram as informações insuficientes no processo de autoarquivamento; 12,90% apontam a necessidade de treinamento; 22,56% apontam necessidade de uma equipe específica para auxiliar nesse processo. Entretanto, os maiores percentuais foram de docentes que desconhecem o RI (32,26%) e outros motivos (38,71%). Pelo resultado, pode-se inferir que um número muito baixo de docentes tem acessado o RI e, por isso, desconhecem até as dificuldades para proceder ao autoarquivamento.

Gráfico 25 – Sugestões de melhorias para o processo de autoarquivamento no RI da UFBA

Fonte: elaborado pela autora.

No Gráfico 25, por ser oriundo de uma questão aberta, sintetizamos as sugestões de melhorias para o processo de autoarquivamento em categorias. Analisando o gráfico, foram obtidas: 1 sugestão de atualização do sistema; 1 sugestão de simplificação de procedimento; 12 sugestões de uma maior divulgação do repositório; 3 sugestões de envolvimento de mais pessoal de apoio para orientação no autoarquivamento, 1 sugestão de simplificação de procedimento, 3 sugestões de treinamento para viabilizar o processo de autoarquivamento; apenas 1 docente informou que não seria necessário nenhuma alteração, de modo que se pode inferir que tenha conhecimento dos procedimentos; e 10 docentes não souberam informar, de modo que podemos inferir que não tenham nenhum acesso ao sistema do repositório.

Portanto, dos 53 docentes considerados na amostra, 31 responderam ao questionário, o que corresponde a, aproximadamente, 58% dos docentes consultados.

Quadro 4 – Sugestões para melhoria do processo de autoarquivamento

CATEGORIAS	Quantidade de Pessoas
Atualização	01
Divulgação	12
Não precisa	01
Não sei informar	10

Pessoal de apoio	03
Simplificação de procedimento	01
Treinamento	03
TOTAL	31

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme o quadro acima, dos 31 docentes que responderam o questionário sobre melhoria do processo de autoarquivamento, resultaram em algumas sugestões para que essa melhoria possa acontecer.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2018 o RI da UFBA celebrará oito anos de implantação. A partir dos dados levantados nesta pesquisa fica evidenciado que muito ainda está por fazer para a consolidação desse portal do conhecimento da Instituição. Vitrine da pesquisa desenvolvida pelos inúmeros programas de pós-graduação e grupos de pesquisa. Dentre os docentes/pesquisadores que fizeram parte do universo desta pesquisa, 71% declararam que sabem da existência do repositório. No período compreendido entre 2010 e 2015, o número de depósitos foi ascendente, correspondendo aos primeiros anos de implantação e o esforço inicial para o povoamento.

O *Alerta*¹⁹ e os eventos no âmbito da UFBA que trataram do RI são os meios apontados pelos respondentes como propulsores para a divulgação do mesmo, mas fica patente que essas ações não foram suficientes para incorporar esse conhecimento a comunidade.

Um ponto que devemos destacar como grave é o desconhecimento pela maioria, da Portaria que dispõe sobre a disseminação da produção científica da Universidade, apenas um pouco mais que 1/4 dos docentes pesquisadores – cerca de 25,81% – têm conhecimento de sua existência. Entretanto, são unânimes quando consideram importante a adoção de uma política de disseminação da produção científica da Universidade, pois, segundo eles: amplia a visibilidade da UFBA, dá retorno para a sociedade dos recursos públicos aplicados, preserva a memória da universidade e é de grande importância para a gestão da produção científica da Instituição.

Mesmo nesse contexto de ampla aceitação da importância do RI, um percentual muito baixo (32%) dos docentes disponibiliza as suas produções. Quando consultados sobre o modo de utilização do RI da UFBA, os docentes foram categóricos em informar que, na sua maioria, indicam como bibliografia para seus alunos e como fonte de pesquisa, ou então para conhecer a produção dos colegas, isto reforça o importante papel institucional do RI.

Fica patente com os resultados levantados que há uma questão Institucional com relação ao RI que precisa de solução a partir do seu Grupo Gestor (GG) já que ele é

¹⁹“Alerta é uma publicação do Núcleo de Disseminação do Conhecimento (NDC) e destina-se a divulgar a produção acadêmica da UFBA registrada no seu Repositório Institucional. O Núcleo foi criado e é mantido pelo Grupo Gestor do RI/UFBA”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2017).

responsável por “desenvolver, implantar e manter” o Repositório, conforme está disposto na Portaria nº 125 de 2015, de 19 de junho que constituiu o atual GG.

Na sua implantação, o RI contou com uma iniciativa de um pesquisador através do seu doutorado, buscando no seu percurso a institucionalização dessa ação, uma vez que foi respaldada desde o primeiro momento pela administração central da UFBA designando um Grupo Gestor para discutir e propor cada etapa do processo de implantação, que resultou na Portaria nº 024/2010 de 7 de janeiro de 2010 a qual trata da política institucional a ser adotada para o RI; percebe-se que, embora o apoio tenha prevalecido nas gestões posteriores, parece haver questões de caráter operacional que interferem na política de expansão do Repositório e, principalmente, na ampliação da adoção do autoarquivamento por um maior número de pesquisadores. Atualmente, o Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA (Sibi/UFBA) é quem coordena o Repositório, mas não foi o que ocorreu no momento de sua implantação, quando a Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (Propci) juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (Propg) assumiram essa tarefa uma vez que não houve entendimento por parte da direção do Sibi, na ocasião da implantação que essa função seria do Sistema ficando a sua participação restrita a validação dos metadados.

Deve-se destacar, naquele momento, a coordenação das duas Pró-Reitorias – PROPCI e PROPG – para o povoamento inicial do Repositório já que havia uma equipe com um coordenador – havia participado do processo de implantação e fazia parte do grupo gestor – e quatro estagiários. Essa equipe conduziu o RI da UFBA para a conquista, em 2011, da premiação do Ibict por ter sido o RI que em um ano disponibilizou o maior número de artigos científicos.

Com a mudança de gestão em 2014, o apoio ao Repositório foi imediato, inclusive trazendo para a UFBA a realização da 5ª Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto (Confoa) que tem como tema central os Repositórios e o Ibict representando o Brasil nessa parceria luso-brasileira. No entanto, não houve entendimento por parte da PROPG quanto a continuidade do RI sob sua tutela e o mesmo passou para a coordenação do Sibi. A equipe é bastante reduzida, e provavelmente por isso, não se tem uma ampliação das ações do Repositório.

Diante das questões levantadas e buscando atender aos objetivos propostos nessa pesquisa, que têm na política institucional seu foco principal, acreditamos que a nossa contribuição seja através de recomendações, pois hoje o que o RI necessita é ser, de

fato, institucionalizado e tal questão passa por adoção de medidas e uma política para o RI, revista e melhor definida.

9 RECOMENDAÇÕES

A proposta inicial desta pesquisa seria também apresentar caminhos para melhorias para a atual política adotada pelo RI da UFBA, bem como meios de ampliar o autoarquivamento. Desse modo, sugere-se:

- Criar um meio de intensificar a divulgação e a conscientização da importância do autoarquivamento por parte dos pesquisadores e seus pares, através de visitas programadas e previamente agendadas com as unidades de ensino, sobretudo com as pós-graduações e grupos de pesquisa;
- Atualizar os documentos auxiliares que são baseados nas políticas, como as orientações de uso e tutoriais, elaborando um tutorial com imagem em movimento que descreva de forma explicativa o processo de depósito;
- Criar medidas de incentivo ao autoarquivamento, como, por exemplo, os editais pontuarem as produções dos pesquisadores que estejam no RI;
- Capacitar e treinar os bibliotecários para que possam orientar e intermediar os pesquisadores e o sistema;
- Adotar um sistema eficaz de dados estatísticos com divulgação permanente dos pesquisadores e produções com maior número de *downloads*, por exemplo;
- Utilizar as redes sociais de forma permanente para a divulgação do conteúdo disponibilizado. Percebe-se que apenas a Edufba divulga a sua produção no RI. Destaca-se a importância do Alerta no processo de divulgação, que deve continuar sendo apoiado na sua execução.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia; ABDO, Alexandre Hannud. (Org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília, DF: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. p. 9-26.

ANDRADE, Viviane Toraci Alonso de. **Comunicação científica na sociedade em rede: uma plataforma de ciência aberta para o Brasil**. 2014. 227 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13158/TESE%20Viviane%20Toraci%20de%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

ARNS, Martijn. Open access is tiring out peer reviewers. **Nature**, [S.l.], v. 515, n. 467, 2014. Disponível em: <<https://www.nature.com/news/open-access-is-tiring-out-peer-reviewers-1.16403>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

ANDRADE, Viviane Toraci Alonso de; SALCEDO, Diego A. Cenário mundial de políticas públicas de acesso livre: mapeamento e análise. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 585-598, 2014.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BAKER, Monya. 1,500 scientists lift the lid on reproducibility. **Nature**, London, v. 533, p. 452-454, May 2016.

BAYNES, Grace. Colaboração e cooperação são fundamentais para tornar a ciência aberta uma realidade **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, nov. 2017. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2017/11/06/colaboracao-e-cooperacao-sao-fundamentais-para-tornar-a-ciencia-aberta-uma-realidade-publicado-originalmente-no-blog-lse-impact-of-social-sciences-em-outubro2017/>>. Acesso em 23 nov. 2017.

BJÖRK, Bo-Christer et al. Anatomy of green open access. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, New York, v. 65, n. 2, p. 237-250, 2014. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.22963/abstract>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BJÖRK, Bo-Christer. The hybrid model for open access publication of scholarly articles: A failed experiment? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 63, n. 8, p. 1496-1504, 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.22709/full>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BJÖRK, Bo-Christer. **Scientific communication life-cycle model**. 2005. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/85cf/657b09d9298defa6bd0f778401518d376bc.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2017.

BORREGO, Ángel. Institutional repositories versus ResearchGate: the depositing habits of Spanish researchers. **Learned Publishing**, [S.l.], v. 30, p. 185- 192, 2017. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/leap.1099>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). **Declaração de Budapeste**. 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE 10 (BOAI10). **Declaração de Budapeste**. 2012. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15-1>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE 15 (BOAI15). **Declaração de Budapeste**. 2017. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15-1>>. Acesso em: 8 out. 2017.

CASSOTA, Maria Luiza Jurema et al. Recursos de Conhecimento: colaboração, participação e compartilhamento de informação científica e acadêmica. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.27, n.1, p. 17-34, jan./abr. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/EDUFBA/Downloads/29469-77748-1-PB.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2017.

CARVALHO, Ana Maria Ferreira de; GOUVEIA Fábio Castro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO– ENANCIB, 18., 2017, Marília. **Anais...** Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2017/10/pdf_a93d771a19_0000027088.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CONTEXTO da Política de Acesso Aberto do H2020. Disponível em: <<https://www.fosteropenscience.eu/content/contexto-da-pol%C3%ADtica-de-acesso-aberto-do-h2020>>. Acesso em: 1 out. 2017.

COSTA, Sely. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **LIINC em revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 218-232, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/16048/1/ARTIGO_AbordagensEstrategiasFerramentas.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOSTER. Disponível em: <www.fosteropenscience.eu/about>. Acesso em: 25 out. 2017.

GARGOURI, Yassine et al. Self-selected or mandated, open access increases citation impact for higher quality research. **PLoS ONE**, São Francisco, v. 5, n. 10, Oct. 2010. Disponível em: <<http://www.plosone.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pone.0013636>>. Acesso em: 20 out. 2017.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Scientific communication as a social system. In: GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. **Communication: the essence of science**. London: Pergamon Press, 1979. p. 148-164.

GASPARYAN, Armen Yuri; AYVAZYAN, Lilit; KITAS, George D. Open access: changing global science publishing. **Croatian Medical Journal**, Zagreb, v. 54, n. 4, p. 403-406, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2010.

GUÉDON, Jean-Claude. Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças(Org.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: SENAC: Cengage Learning, 2010. p. 21-77.

GUÉDON, Jean-Claude. Toward optimizing the distributed intelligence of scientists: the need for open access. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2004, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2004.

HAIJEM, Chawki; HARNAD, Stevan; GINGRAS, Yves. Ten-year cross-disciplinary comparison of the growth of Open Access and how it increases research citation impact. **IEEE Data Engineering Bulletin**, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 39-47, 2005. Disponível em: <<https://eprints.soton.ac.uk/262906/1/rev1IEEE.pdf>>. Acesso em: 20 out 2017.

HARNAD, Stevan. Finch Group reviews progress in implementing open access transition amid ongoing criticisms. **Impact of Social Sciences Blog**, London, 2013a. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2013/11/18/finch-group-review-of-progress/>>. Acesso em: 20 out 2017.

HARNAD, Stevan. Finch II: "Our mind's made up: don't confuse us with facts". **Impact of Social Sciences Blog**, London, 2013b. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2013/11/18/finch-group-review-of-progress/>>. Acesso em: 18 out. 2017.

HARNAD, Stevan. Hybrid gold open access and the Cherise cat's grin: how to repair the new open access policy of RCUK. **Impact of Social Sciences Blog**, London, 2012. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2012/09/03/hybrid-open-access-repair-rcuk/>>. Acesso em: 13 maio 2016.

HARNAD, Stevan. **A impact advantage = EA + (AA) + (QB) + QA + (CA) + UA. Southampton**. 2005. Disponível em: <<https://eprints.soton.ac.uk/262085/>>. Acesso em: 1 set. 2017.

HARNAD, Stevan. Open access: what, where, when, how and why. In: HOLBROOK, J. BRITT; MITCHAM, CARL (Ed.). **Ethics, Science, Technology, and Engineering: An International Resource**. Farmington Hills: Macmillan Reference, 2015. Disponível em: <<https://eprints.soton.ac.uk/361704/1/ESTEarticle-OA-Harnad.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2017.

HARNAD, Stevan. No-Fault Peer Review Charges: The Price of Selectivity Need Not Be Access Denied or Delayed. ... Policy. The Serials Librarian. **D-Lib Magazine**, [S.l.], v. 16, n. 7/8, set. 2010. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/381526/>>. Acesso em: 18 out. 2017.

HARNAD, Stevan. Opening access by overcoming zeno's paralysis. In: JACOBS, N. (Ed.). **Open Access: key strategic, technical and economic aspects**. Oxford: Chandos, 2006.

HARNAD, Stevan. Waking OA's "slumbering giant": the university mandate-to-mandate open access. **New Review of Information Networking**, [S.l.], v.14, n. 1, p. 51-68, 2009. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/17298>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

HARNAD, Stevan et al. The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access. **Serials Review**, Greenwich, v. 30, n. 4, p. 310-314, 2004. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042814040415>>. Acesso em: 1 set. 2017.

HARNAD, Stevan. *A Subversive Proposal*. In: OKERSON, Ann; O'DONNELL, James(Ed.). **Scholarly Journals at the Crossroads: A Subversive Proposal for Electronic Publishing**. Washington: Association of Research Libraries, June 1995.

HILL, Michael W. Information policies: premonitions and prospects. **Journal of Information Science**, [S.l.], v. 21, n. 4, p. 273-282, 1995.

IBICT. **Sai o resultado do Edital FINEP/PCAL/XBDB 002/2009**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2009/sai-o-resultado-do-edital-finep-pcalxbdb-002-2009/impresao>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

JACOBSEN, Priscila. **Ciência aberta coloca foco nas relações: entre ciência e poder**. Porto alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/blogdabc/ciencia-aberta-coloca-foco-nas-relacoes/>>. Acesso em: 1 out. 2017.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, n.1, jan./abr. 2009.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**. v. 35 n. 2, Brasília, DF, p. 91-102, May/Aug. 2006.

KURAMOTO, Hélio. O Brasil ganha um novo aliado na batalha pelo Acesso Livre. **Blog do Kuramoto**, [S.l.], 2012. Disponível em: <<https://kuramoto.wordpress.com/2012/08/28/o-brasil-ganha-um-novo-aliado-na-batalha-pelo-acesso-livre/>>. Acesso em 18 out. 2017.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009.

LEITE, F. C. L. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília, DF: IBICT, 2012.

MARTINS, Bia. **Da ciência cidadã à ciência comum**. 2015. Disponível em: <<https://www.cienciaaberta.net/da-ciencia-cidada-a-ciencia-comum/>>. Acesso em: 2 out. 2017.

MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet Lemos, 1999.

NASSI-CALÒ, Lilian. Desafios da sustentabilidade do modelo de acesso aberto: periódicos em saúde do Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 24, 2016a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/pt_0104-1169-rlae-24-02827.pdf >. Acesso em: 1 set. 2017.

NASSI-CALÒ, Lilian. Resultados do workshop AlterOA: recomendações para o futuro do Acesso Aberto. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, jan. 2016b. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2016/01/28/resultados-do-workshop-alteroa-recomendacoes-para-o-futuro-do-acesso-aberto/#.Wi6p4kqnHIV>>. Acesso em: 18 set. 2017.

NUNES, Renato Reis; MARCONDES, Carlos Henrique; WEITZEL, Simone da Rocha. Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANCIB: Fiocruz, 2012.

OPENDOAR. **The Directory of Open Access Repositories**. Nottingham, 2017. Disponível em: <<http://www.opendoar.org>>. Acesso em: 18 out. 2017.

PASSERINI DE ROSSI, B. Acceso abierto: ¿un modelo realmente abierto para investigadores de países en desarrollo? **Revista argentina microbiología**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 44, n. 4, dic. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0325-75412012000400001>. Acesso em: 6 out. 2017.

PORTELA, Graça. **Acesso aberto**: Kuramoto elogia iniciativa da Fiocruz e vê nova função para as bibliotecas. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.iciet.fiocruz.br/content/acesso-aberto-kuramoto-elogia-iniciativa-da-fiocruz-e-v%C3%AA-nova-fun%C3%A7%C3%A3o-para-bibliotecas>>. Acesso em: 13 out. 2017.

RELATÓRIO Finch. Reino Unido, 2012.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/community-list>>. Acesso em: 18 out. 2017.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Ciência aberta**: conhecimento para todos: princípios orientadores. Lisboa, 2016a. Disponível em: <<https://www.fosteropenscience.eu/content/ci%C3%Aancia-aberta-conhecimento-para-todos>>. Acesso em: 1 out. 2017.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Sobre ciência aberta**. Lisboa, 2016b. Disponível em: <<http://www.ciencia-aberta.pt/sobre-ciencia-aberta>>. Acesso em: 1 out. 2017.

RIZOR, S. L. et al. Open access goals revisited: how green and gold open access are meeting their original goals. **Journal of Scholarly Publishing**, Toronto, p. 321-335, v. 5, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://www.crossref.org/iPage?doi=10.3138%2Fjsp.45.4.01>>. Acesso em: 2 set. 2015.

REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DE ACESSO ABERTO DE PORTUGAL. **Kit de políticas open access**. 2009. Disponível em: <http://projeto.rcaap.pt/index.php?option=com_repository>. Acesso em: 26 ago. 2013.

ROARMAP. Disponível em: <<http://roarmap.eprints.org>>. Acesso em: 8 out. 2017.

RODRIGUES, Eloy. O acesso aberto (na UMinho e no mundo): onde estamos e por onde vamos? RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.180-194, jun. 2014. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29487/3/Eloy_RECIIS.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

RODRIGUES, Eloy. Rumo ao futuro: os repositórios da próxima geração. **Open Access**, Braga, nov. 2017. Disponível em: <https://openaccess.sdum.uminho.pt/?p=4914&utm_campaign=shareaholic&utm_medium=facebook>. Acesso em: 30 nov. 2017.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira; RODRIGUES, Antonio Moitinho. Os autores e o repositório científico: estudo de caso. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p. 107-121, 2014.

ROSA, Flávia. **A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu repositório institucional**: uma política de acesso aberto. 2011. 242 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SILVA, Fabiana Vilar. **Subsídios para a elaboração de uma política de depósito mandatória em repositórios institucionais brasileiros**: uma análise de estudos de casos a partir de elementos de desenvolvimento de coleções. 2014. 252 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo. Rio de Janeiro: Zahar Press, 2012.

SWAN, Alma. **A eficácia das políticas de Acesso Aberto**: Um briefing paper para instituições de investigação. 2015. Disponível em: <http://pasteur4oa.eu/sites/pasteur4oa/files/resource/Efic%C3%A1cia%20das%20pol%C3%ADticas%20para%20institui%C3%A7%C3%B5es_final.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

SWAN, Alma. HEFCE announces Open Access policy for the next REF in the UK: Why this Open Access policy will be a game-changer. **LSE Impact Blog**, London, 2014. Disponível em:<<http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2014/04/01/hefce-open-access-ref-gamechanger/>>. Acesso em: 18 out. 2017.

SWAN, Alma. The business of digital repositories. In: WEENINK, Kasja; WAAIJERS, Leo; VAN GODTSENHOVEN, Karen (Ed.). **A driver's Guide to European Repositories**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008.

TAY, Aron. Rethinking institutional repositories. **Online Searcher**, Medford, v. 41, n. 2, p.10-16, Mar./Apr. 2017.

TOLEDO, Karina. União Europeia quer ampliar a participação do Brasil no Horizonte 2020. **Agência FAPESP**, São Paulo, 13 mar. 2017. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/uniao_europeia_quer_ampliar_a_participacao_do_brasil_no_horizonte_2020/24907/>. Acesso em: 1 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Repositório instrucional. **Alerta**. Salvador, 2017. Disponível em: <<https://ndc.ufba.br/node?page=1>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

VEIGA, Viviane; MACENA, Luis Guilherme. O autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 35-47, dez. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15107>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

WEITZEL, Simone da Rocha. As novas configurações do acesso aberto: desafios e propostas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-75, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciict/17101>>. Acesso em: 20 out 2017.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Versão em português. **Acesso aberto**. [S.l.], 2017a. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Acesso_aberto>. Acesso em: 2 out. 2017.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Versão em português. **Ciência cidadã**. [S.l.], 2017b. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%Aancia_cidad%C3%A3>. Acesso em: 2 out. 2017.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Versão em português. **Dados abertos**. [S.l.], 2017c. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dados_abertos>. Acesso em: 2 out. 2017.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Versão em português. **GitHub**. [S.l.], 2017a. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/GitHub>>. Acesso em: 2 out. 2017.

XIA, J. et al. A review of open access self-archiving mandate policies. **Libraries and the Academy**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 85-102, jan. 2012.

ZIMAN, J. M. **A força do conhecimento**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 380 p.]

APÊNDICE A – Ofício encaminhando do primeiro questionário para gestores dos cinco gestores de RI

1º Questionário
Enviado para Gestores
de RI das 5 Regiões.

Serviço Público Federal
Universidade Federal Da Bahia Inst. De
Humanidades, Artes E Ciências - IHAC Prof.
Milton Santos

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

Salvador, 16 de agosto de 2016

Prezado(a) Senhor(a),

Meu nome é Anilza Rita de Souza Gomes. Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – EISU/UFBA. Tenho como orientadora a Dra. Flávia Garcia Rosa, professora da UFBA e diretora da Editora, foi responsável pela implantação do Repositório Institucional da UFBA.

Meu tema e pesquisa para o mestrado é sobre Repositórios Institucionais Brasileiros. No momento estou escrevendo um artigo para a minha qualificação intitulado: **Análises das Políticas de Funcionamento de Repositórios Institucionais Brasileiros**. Sendo assim, escolhemos cinco repositórios, um por região geográfica para analisarmos e compararmos as políticas de autoarquivamento praticadas por eles. O Repositório da Fundação Osvaldo Cruz/**FIOCRUZ** é um dos Repositórios selecionados para a nossa pesquisa.

Criamos um questionário com quatro perguntas abertas para os gestores desses repositórios. e gostaríamos de saber da possibilidade dos senhores responderem e nos devolver a resposta até o dia 25/08/16, pois a participação dos senhores será de suma importância e enriquecedora para o nosso trabalho.

Desde já agradecemos imensamente essa grande contribuição.

Segue anexo questionário conforme mencionado no teor deste ofício.

Atenciosamente,

Anilza Rita de Souza Gomes
Mestranda do EISU/UFBA

Prof.^a Flávia Garcia Rosa
Orientadora

Serviço Público Federal
Universidade Federal Da Bahia
Inst. De Humanidades, Artes E Ciências - IHAC
Prof. Milton Santos

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

PROJETO: Práticas de disponibilização da produção científica da UFBA: contribuição à política institucional de acesso aberto

Anteprojeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Flávia Garcia Rosa

Mestranda: Anilza Rita de Souza Gomes

Artigo: Análises das políticas de funcionamento de Repositórios Institucionais Brasileiros

1º QUESTIONÁRIO PARA GESTORES DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

- 1) O autoarquivamento no RI dessa Instituição ocorre de forma satisfatória?
- 2) Como membro do Grupo Gestor/Equipe do RI da Fundação Osvaldo Cruz/**FIOCRUZ** que medidas você acredita que seriam necessárias para ampliar o autoarquivamento?
- 3) Você acha que a política vigente ajuda a povoar o RI?
- 4) Para a definição da política de mandato de autoarquivamento vocês analisaram a de outros Repositórios? O que acharam? Apontaria alguma como satisfatória?

APÊNDICE B – Questionário

**2º Questionário Enviado
para Gestores de RI das 5
Regiões.**

Serviço Público Federal

**Universidade Federal Da Bahia Inst. De Humanidades, Artes E Ciências - IHAC Prof.
Milton Santos**

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

Salvador, 17 de agosto de 2017

Prezado (a) Senhor (a),

Meu nome é Anilza Rita de Souza Gomes. Sou Mestranda do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – EISU/UFBA. Tenho como orientadora a Dra. Flávia Garcia Rosa que é Diretora da Editora da UFBA, foi responsável pela implantação do Repositório Institucional da UFBA e representa a Universidade no comitê gestor do SciELO Livros. Defendeu a tese para obtenção do seu doutorado em 2011, intitulada: A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu Repositório Institucional. Uma política de acesso aberto.

Meu tema para a dissertação é sobre Repositórios Institucionais Brasileiros. No momento estou finalizando a minha dissertação no mestrado sob o título: **Análises das Políticas de Funcionamento de Repositórios Institucionais Brasileiros**. Há um ano atrás, enviamos uma pesquisa com 3 perguntas para os Gestores dos repositórios escolhidos, um por região geográfica para analisarmos e compararmos as políticas de autoarquivamento praticadas por eles em comparação ao RI da UFBA. Neste momento estamos precisando mais uma vez da ajuda de V.Sa. no sentido de responder este novo questionário para implementar as informações recebidas anteriormente e assim finalizarmos nossa pesquisa.

Gostaríamos de saber da possibilidade dos senhores responderem e nos devolver a resposta até o dia 25/08/17, pois a participação dos senhores será de uma importância enriquecedora para o nosso trabalho.

Desde já agradecemos imensamente essa grande contribuição.

Segue anexo questionário conforme mencionado no teor deste ofício.

Atenciosamente,

Anilza Rita de Souza Gomes
Mestranda do EISU/UFBA

Prof.^a Flávia Garcia Rosa
Orientadora

PROJETO: Práticas de disponibilização da produção científica da UFBA: contribuição à política institucional de acesso aberto

Anteprojeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Flávia Garcia Rosa
Mestranda: Anilza Rita de Souza Gomes

Pesquisa: **Análises das políticas de funcionamento de Repositórios Institucionais Brasileiros**

QUESTIONÁRIO PARA GESTORIES DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

- 1) Houve crescimento considerável de autoarquivamento no RI dessa Instituição no período de junho/2016 a junho/2017?
Sim:
Não:
- 2) Houve algum tipo de medida implementada para esse crescimento? Sim:
Não:
Em caso afirmativo, qual?
- 3) A política vigente do RI foi modificada: Sim:
Não:
Em caso afirmativo, informar qual a medida adotada:
- 4) De que forma as novas medidas contribuíram para o aumento do autoarquivamento?
Informar melhorias:
Não se aplica:

APÊNDICE C – E-mail enviado aos docentes pesquisadores UFBA**DOCENTES PESQUISADORES UFBA****Anilza Souza** (nailzasouza78@gmail.com)**11 DE JULHO 2017**

Para:

Senhor Professor,

Meu nome é Anilza Rita de Souza Gomes. Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – EISU/UFBA. Tenho como orientadora a Dra. Flávia Garcia Rosa, professora da UFBA e diretora da Editora, foi responsável pela implantação do Repositório Institucional da UFBA.

Meu tema e pesquisa para o mestrado é sobre Repositórios Institucionais Brasileiros. No momento estou escrevendo a minha dissertação com o título: **Análises das Políticas de Funcionamento de Repositórios Institucionais Brasileiros**. Sendo assim, escolhemos cinco repositórios, um por região geográfica para analisarmos e compararmos as políticas de autoarquivamento praticadas por eles. Entretanto faz-se necessário conhecer a opinião dos docentes pesquisadores/produtores científicos acerca de repositórios institucionais e autoarquivamento.

Para conhecer a opinião destes pesquisadores, confeccionamos um questionário com doze perguntas semiestruturadas abordando questões dentro do tema acima referido. Gostaríamos de contar com a colaboração de VS. Sas. quanto a possibilidade de responderem o questionário e nos devolver a resposta até o dia **14/07/17** para que, possamos assim concluir o nosso estudo, baseado nessa consulta. A participação dos senhores será de suma importância e enriquecerá bastante o nosso trabalho.

Desde já agradecemos imensamente essa grande contribuição.

Segue abaixo o endereço eletrônico do questionário conforme mencionado no teor deste ofício.

Atenciosamente,

Anilza Rita de Souza Gomes

Mestranda do EISU/UFBA

Prof.^a Flávia Garcia Rosa

Orientadora

<https://pt.surveymonkey.com/r/S9WMN2J>

APÊNDICE D – Entrevista com grupo gestor do RI da UFBA

Serviço Público Federal
Universidade Federal Da Bahia Inst. De Humanidades, Artes E Ciências -
IHAC Prof. Milton Santos
Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

Salvador, 03 de julho de 2017

Prezado Senhor,

Meu nome é Anilza Rita de Souza Gomes. Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – EISU/UFBA. Tenho como orientadora a Dr^a. Flávia Garcia Rosa, professora da UFBA e diretora da Editora.

Meu tema e pesquisa para o mestrado é sobre Repositórios Institucionais Brasileiros. No momento estou escrevendo a minha dissertação com o título: **Análises das Políticas de Funcionamento de Repositórios Institucionais Brasileiros.**

Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo as perguntas sobre o Repositório Institucional da UFBA. A sua participação será de suma importância e enriquecerá bastante o nosso trabalho. Temos como prazo para a devolução das respostas o dia **06/07/2017.**

Desde já agradecemos imensamente essa grande contribuição. Segue anexo questionário conforme mencionado no teor deste ofício.

Atenciosamente,

Anilza Rita de Souza Gomes
Mestranda do EISU/UFBA

Prof.^a Flávia Garcia Rosa
Orientadora

Entrevista com a Superintendente do SIBI
E o Coordenador do R.I/UFBA

Serviço Público Federal
Universidade Federal Da Bahia Inst. De Humanidades, Artes E Ciências -
IHAC Prof. Milton Santos

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

Questionário para Gestores do Sistema Universitários de Bibliotecas da UFBA

- 1) Como ocorre a gestão do Repositório Institucional da UFBA pelo SIBI?
- 2) De que modo vem ocorrendo a disponibilização de conteúdo pelo R.I da UFBA?
Autoarquivamento ou o SIBI intermedia esse processo?
- 3) Quais as dificuldades encontradas no processo de autoarquivamento por parte dos depositantes?
- 4) Quais as ações que o SIBI está desenvolvendo para ampliar o número de documento disponibilizados no R.I.?

APÊNDICE E – Questionário com ofício encaminhando questionário para pesquisadores da UFBA

Serviço Público Federal
Universidade Federal Da Bahia Inst. De Humanidades, Artes E Ciências - IHAC Prof.
Milton Santos

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

Salvador, 11 de maio de 2017

Prezado (a) Senhor (a),

Meu nome é Anilza Rita de Souza Gomes. Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – EISU/UFBA. Tenho como orientadora a Dra. Flávia Garcia Rosa, professora da UFBA e diretora da Editora, foi responsável pela implantação do Repositório Institucional da UFBA.

Meu tema e pesquisa para o mestrado é sobre Repositórios Institucionais Brasileiros. No momento estou escrevendo a minha dissertação com o título: **Análises das Políticas de Funcionamento de Repositórios Institucionais Brasileiros**. Sendo assim, escolhemos cinco repositórios, um por região geográfica para analisarmos e compararmos as políticas de autoarquivamento praticadas por eles. Entretanto faz-se necessário conhecer a opinião dos docentes pesquisadores/produtores científicos acerca de repositórios institucionais e autoarquivamento.

Para conhecer a opinião destes pesquisadores, confeccionamos um questionário com doze perguntas semiestruturadas abordando questões dentro do tema acima referido. Gostaríamos de contar com a colaboração de VS. Sas. Quanto a possibilidade de responderem o questionário e nos devolver a resposta até o dia **18/05/17** para que, possamos assim concluir o nosso estudo, baseado nessa consulta. A participação dos senhores será de suma importância e enriquecerá bastante o nosso trabalho.

Desde já agradecemos imensamente essa grande contribuição.

Segue anexo questionário conforme mencionado no teor deste ofício.

Atenciosamente,

Anilza Rita de Souza Gomes
Mestranda do EISU/UFBA

Prof.^a Flávia Garcia Rosa
Orientadora

Serviço Público Federal
Universidade Federal Da Bahia Inst. De Humanidades, Artes E Ciências - IHAC Prof.
Milton Santos

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

PROJETO: Práticas de disponibilização da produção científica da UFBA: contribuição à política institucional de acesso aberto

Anteprojeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Flávia Garcia Rosa

Mestranda: Anilza Rita de Souza Gomes

Artigo: Análises das políticas de funcionamento de Repositórios Institucionais Brasileiros

QUESTIONÁRIO SOBRE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS PARA DOCENTES
PESQUISADORES/PRODUTORES CIENTÍFICOS

1) Conhece o RI da UFBA?

Sim: ()

Não: ()

2) Quando tomou conhecimento dos RI a UFBA?

2010 ()

2011 a 2013 ()

2014/2015 ()

2016 ()

3) Conhecendo o Movimento de acesso Aberto qual a importância você atribui ao Movimento?

Relevante: ()

Muito relevante: ()

Nenhuma relevância: ()

4) Utiliza prioritariamente publicar em periódicos de acesso aberto?

Sim: ()

Não:()

5) Utiliza o RI como fonte prioritária de consulta?

Sim: ()

Não: ()

6) Como tomou conhecimento do RI

- Busca através dos Google
- Diretamente no site do RI
- Através do Alerta?
- Apresentação em evento no âmbito da UFBA:
- Indicação de um colega:
- Outras opções:

7) Disponibiliza sua produção no RI da UBA?

- SIM NÃO

8) De que modo ocorre a disponibilização?

- a. Não disponibilizo:
- b. Autoarquivamento:
- c. Bibliotecária da Unidade:
- d. Bolsista/ auxiliar de pesquisa:
- e. Servidor do Depto/Colegiado do Programa de pós-graduação
- f. Outros (especifique)

9) A partir de quando passou a disponibilizar a produção no RI?

- 2010:
- 2011-2013:
- 2014/2015:
- 2016-08-18:

10) Por que considera importante disponibilizar a produção no RI?

- a) Amplia a visibilidade no âmbito de uma instituição:
- b) Possibilidade de compartilhar a pesquisa e estabelecer parcerias para ampliá-la:
- c) Não considera relevante disponibilizar:

11) Qual dificuldade aponta para proceder ao autoarquivamento?

- Complexidade do sistema do RI:
- Informações insuficientes para o processo do autoarquivamento:
- Necessidade de treinamento:
- Necessidade de equipe específica para auxiliar nesse processo:
- Desconhece o RI:
- Outras:

12) O que sugere como melhoria para o processo de autoarquivamento?

ANEXO A – Portaria nº 024/2010



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

PORTARIA Nº. 024/2010

O REITOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta instituição; considerando a necessidade de: a) preservar a produção científica; b) ampliar a visibilidade da produção científica, da memória cultural, artística técnica e tecnológica; c) potencializar o intercâmbio com outras instituições; d) acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; e) ampliar o acesso à sua produção científica, cultural, artística e tecnológica; f) facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; g) aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão;

RESOLVE:

Art. 1º - O grupo gestor da Política do Repositório Institucional, constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL doravante, neste documento, denominado de "RI";

Art. 2º - O RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;

Art. 3º - O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Open Archives (Arquivos Abertos);

Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre;

§1º - o devido depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

§2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com o(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista

ANEXO B –Orientações do repositório



ORIENTAÇÕES PARA USO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFBA

O Repositório Institucional (RI) da UFBA está inserido no movimento mundial de acesso aberto à produção científica. A adoção desse novo modelo de gestão para documentos eletrônicos possibilitará uma maior visibilidade da Instituição e valorização, preservação e divulgação da sua produção, contribuindo para sistematizar uma política de disseminação para a UFBA, bem como para disponibilizar à sociedade o resultado de suas atividades de pesquisa, criação e inovação.

MISSÃO

Armazenar, preservar, divulgar e dar acesso a produção científica e acadêmica da Universidade, seja na área das artes, das ciências, das humanidades, da tecnologia, da inovação ou da criação.

OBJETIVO

Reunir num único local virtual a produção acadêmica (científica, artística, cultural, tecnológica, de inovação, didática e instrucional) da Universidade, contribuindo para ampliar a visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação, além da preservação da memória intelectual, seja na área das artes, das ciências, humanidades, da tecnologia, da inovação ou da criação.

ORGANIZAÇÃO DO RI

O RI está organizado em torno de comunidades que correspondem às unidades (Escolas, Faculdades, Institutos) da Universidade Federal da Bahia. Cada comunidade pode reunir os seus documentos em diferentes coleções (tipos de documentos ou informação). O número de documentos por coleção é ilimitado. As coleções contemplam os seguintes tipos de documentos (a inclusão de outro tipo de documento não previsto nesta relação será possível somente mediante consulta ao grupo gestor do RI UFBA):

ANEXO C – Portaria nº 125/2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete da Reitoria

PORTARIA Nº. 125/2015

O REITOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Constituir Grupo Gestor da política do Repositório Institucional – GRIO, vinculado à Reitoria, composto por **OLIVAL FREIRE JUNIOR**, *Pró-Reitor de Pesquisa, Criação e Inovação*; **HILDENISE FERREIRA NOVO**, *Diretora do Instituto de Ciência da Informação*; **FLÁVIA GOULART MOTA GARCIA ROSA**, *Diretora de EDUFBA*; **LIDIA MARIA BATISTA BRANDÃO TOUTAIN**, *Superintendente de Sistemas de Bibliotecas*; **LUIZ CLAUDIO DE ARAÚJO MENDONÇA**, *Superintendente de Tecnologia e Informação*; **PAULO COSTA LIMA**, *Assessor Especial do Reitor*; e, **RODRIGO FRANÇA MEIRELES**, *docente do Instituto de Ciências da Informação*, para, sob a presidência do primeiro desenvolver, implantar e manter o **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL – R1** da Universidade Federal da Bahia, ao qual será incorporado o Banco de Teses e Dissertações da UFBA.

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

Palácio da Reitoria, 19 de junho de 2015.

João Carlos ^{JKC} Sales Pires da Silva
Reitor